

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
(ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE (CPDA)

DISSERTAÇÃO

A FORMAÇÃO DO DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST

SÉRGIO BOTTON BARCELLOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

A FORMAÇÃO DO DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST

SÉRGIO BOTTON BARCELLOS

Sob a Orientação do Professor

Raimundo N. Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA,

Seropédica, RJ
Março de 2010.

631.58
B242d
T

Barcellos, Sérgio Botton.

A Formação do Discurso da Agroecologia no
MST. / Sérgio Botton Barcellos, 2010.

139 f

Orientador: Raimundo N. Santos

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 127-137.

1. Assentamento - Teses. 2. MST – Teses. 3.
Agroecologia – Teses. I. Santos, Raimundo N. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

SÉRGIO BOTTON BARCELLOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.

APROVAÇÃO EM:

Raimundo Nonatos dos Santos. Dr. UFRRJ-CPDA
(Orientador)

Leonilde Servolo de Medeiros. Dr^a. UFRRJ-CPDA

Tânia Clemente de Souza. Dr^a. UFRJ-PPGAS/MN

DEDICATÓRIA

À minha mãe Alair Botton Barcellos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha base de sustentação, meu porto seguro: minha família, que tanto amo.

Ao meu pai Sérgio (*in memoriam*) pela pessoa que foi, pelo incentivo que me deu e por ter feito tudo o que podia por mim, incondicionalmente. Muito do que sou e o que faço vem de você. Prometo carregar e jamais vou esquecer o seu amor por todos nós.

A minha mãe Alair pela força do seu exemplo, pelo incentivo que me dá apesar das dificuldades e por proporcionar a tranquilidade necessária para seguir em frente a minha jornada com o mundo. Pessoa que carinhosamente também corrigiu e revisou esse trabalho.

Aos meus irmãos Aline e Tiago, pela ajuda e convivência durante toda essa nossa vida, apesar da distância e diferenças, vocês são parte de mim em todo o momento e em qualquer lugar.

Aos meus sobrinhos Matheus e João Pedro e a minha sobrinha Júlia. Vocês são a fonte de meu reencantamento para essa vida, às vezes, tão complicada e cheia de obstáculos. É muito bom me sentir criança quando estou com vocês.

Vocês todas (os) fazem muita falta no meu dia-a-dia!

A Fernanda, pela ajuda, pelo carinho, pelo companheirismo e por se propor a exercitar o amor, sentimento tão esquecido nos dias de hoje, nesse período turbulento que vivo na vida. A moça com quem tenho convivido nesse período da vida. Pessoa que também fez importantes observações nesse trabalho. Te amo figura! Obrigado por tudo!

A Luciana minha ex-companheira, pelo amor, carinho e dedicação. Pessoa que me incentivou muito a realizar mais essa conquista na minha vida. Jamais te esquecerei. Muito Obrigado!

Aos meus amigos (da vila, UFSM e da vida) pela parceria, companhia e amizade nos mais diversos momentos dessa vida e período do mestrado. Eita distância! Saudades de todas (os)!

Aos amigos aos quais acredito que conquistei nesse período da vida no Rio de Janeiro-RJ na morada: Cátia, Felipe, Júnior, Maria, Paulinho, Simone e Terezinha. Pelas ruas, contatos pela internet, conversas, banhos de mar e sambas nesse período: Alex, Aninha, Bernard, César, Danilo, Dora, Everton Picolotto (que também auxiliou de forma importante nesse trabalho), Marcos Piccin, Fabrício, Hugo, José Ferreira, Manuela, Marilaine, Roberta, Sabrina, Sheila e mais alguns vários que fizeram parte dessa trajetória.

Aos Professores e colegas da turma de mestrado pela parceria, boas conversas, conselhos e momentos agradáveis que juntos vivemos durante o curso. Em especial aos Professores Canrobert, Elisa, João Paulo, Leonilde, Tânia Clemente de Souza, Raimundo e Zezé pela disposição em compartilhar e conversar em relação aos trabalhos acadêmicos que desenvolvi e coisas dessa vida.

Agradeço de forma muito especial aos militantes do MST em Tupanciretã pela abertura e receptividade junto ao campo de pesquisas. A todas (os) que de alguma forma optaram por colaborar e participar dessa pesquisa (assentados, assistência técnica e dirigentes). Muito obrigado mesmo! Em especial aos companheiros Zaca e Paulista pela companhia, parceria e muitas risadas que demos junto naquele período de realização da pesquisa de campo.

Por fim, agradeço ao meu orientador Prof. Raimundo Santos pela paciência, atenção, e disponibilidade para auxiliar e orientar a realização desse trabalho e pela parceria em outros trabalhos que desenvolvemos. Obrigado!

EPÍGRAFE

“As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. Ou, pelo menos, não era apenas isso. Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.”

LISPECTOR, Clarice. **Os desastres de Sofia.** *In Felicidade Clandestina.* São Paulo, Ática, 1977, p.102.

RESUMO

BARCELLOS, Sérgio B.. 2010. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Essa dissertação tem como problema de pesquisa a constituição do discurso da Agroecologia, junto aos assentados, assistência técnica e coordenação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse estudo se justifica na medida em que a Agroecologia é apontada como alternativa de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi problematizar o contexto e os sentidos do discurso agroecológico no MST. Também foram analisadas as modificações ocorridas nos sentidos e nas marcas discursivas no processo de formação do discurso da Agroecologia no MST, buscando em meio a esse percurso identificar os principais sujeitos que, em determinado período e contexto, possam ter mediado e influenciado esse processo. Como hipótese central acredita-se que a partir das experiências acumuladas pelo MST, o discurso da Agroecologia seria um discurso com características próprias ao Movimento, mesmo que oriundo de outros sujeitos, de diversas correntes teóricas e vertentes políticas nacionais e internacionais. Optou-se pelo método qualitativo para conduzir as etapas do estudo. Para a compreensão da constituição desse discurso no MST, o presente estudo teve como universo de pesquisa as publicações acadêmicas as quais abordam questões sociohistóricas relativas ao MST, inclusive as relacionadas à temática agroecológica, bem como os materiais informativos e de formação política veiculados pelo Movimento. Também faz parte desse universo um assentamento de Reforma Agrária considerado sob a coordenação do MST no qual foi realizada uma pesquisa empírica. Esse assentamento chama-se Santa Rosa e está localizado no município de Tupanciretã, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Para a coleta de dados foram eleitos os seguintes procedimentos: observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. O discurso da Agroecologia enunciado no MST foi considerado um mobilizador de sentidos como a língua, os sujeitos e a história. Desse modo, a constituição desse discurso ocorreu como uma forma de continuar legitimando o tema da Agroecologia relacionado em especial as questões da soberania alimentar e a contraposição da pequena produção agrícola ao agronegócio. Ao mesmo tempo a enunciação desse discurso é percebida com limitações e contradições principalmente devido ao contexto estabelecido nos assentamentos mediante os aspectos relativos à necessidade de sobrevivência dos assentados e o avanço do agronegócio nos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamento; MST; Agroecologia.

ABSTRACT

BARCELLOS, Sérgio B.. 2009. 139 p. Dissertation (Master Science in Social Science). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

This work is a research problem formation and constitution of the discourse of Agroecology with the settlers, technical assistance and policy coordination of the Movement of Landless Workers (MST). This study is justified to the extent that Agroecology is aimed as an alternative environmental and economic in the settlements. Thus, the objective of this study was to question the context and the meanings of the discourse of Agroecology in the MST. We also analyzed the changes in the senses and the discursive marks in shaping the discourse of Agroecology in the MST, looking up in the middle of this route to identify the main subject in any particular period and context, may have mediated and influenced this process. As central hypothesis is believed that from the experiences accumulated by the MST, the discourse of Agroecology was a speech with characteristics of the Movement, even coming from other subjects, several theoretical perspectives and aspects of national and international. We chose the qualitative method to conduct the study stages. To understand the constitution of this discourse in the MST, this study was to search the universe of scholarly journals which address socio-historical issues relating to the MST, including those related to agro-ecological theme, as well as informational materials and training policy run by the Movement. Also part of this universe a settlement of land reform found under the coordination of the MST was performed in which an empirical research. This settlement called Santa Rosa and is located in the municipality of Tupanciretã in the state of Rio Grande do Sul (RS). To collect data, we chose the following: participant observation, semi-structured interviews and document analysis. Speaking of Agroecology stated in MST was considered a way of mobilizing as language, subjects and history. Therefore, the constitution of this discourse occurred as a way to continue to legitimize the issue of Agroecology in particular related issues of food sovereignty and the opposition of small-scale agricultural production to agribusiness. At the same time the utterance of this speech is perceived as limitations and contradictions mainly due to the context established by the settlement relating to the need for survival of the settlers and the growth of agribusiness in the settlements.

Keywords: Settlements; MST; Agroecology.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I: DE ontem para hoje: A emergência da Agroecologia NO MST | 24 |
| 1.1 O MST e Seu Contexto Circundante: Inter-relações e Discursividades | 26 |
| 1.2 As CPAs Entre os Sujeitos Assentados e Dirigentes do MST: a Constituição da Suposta “Crise” | 38 |
| 1.3 A Chegada da Experiência da Agroecologia ao MST | 44 |
| CAPÍTULO II: O DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST NO CONTEXTO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA | 59 |
| 2.1 O Contexto Político no Estado do RS e a Rede Discursiva Acerca da Questão Agrária e da Agroecologia | 60 |
| 2.1.1. O Município de Tupanciretã e o assentamento Santa Rosa | 66 |
| 2.2 Os Sujeitos, as Percepções e o Discurso da Agroecologia no Assentamento Santa Rosa | 73 |
| 2.3 Os Sentidos do Discurso Agroecológico do MST Nesse Contexto | 83 |
| CAPÍTULO III: AS INTER-RELAÇÕES SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO DISCURSO AGROECOLÓGICO DO MST | 94 |
| 3.1 As Questões Comuns ao Discurso da Agroecologia no MST e no Assentamento Santa Rosa | 95 |
| ASSENTAMENTO É EXEMPLO DE REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS | 102 |
| 3.2 Possibilidades e limitações do debate agroecológico no contexto atual “do” MST “e para” o MST | 109 |
| CONCLUSÕES | 119 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 127 |
| ANEXOS | 138 |
| Anexo A - Roteiro Semi-Estruturado Para Entrevista em Campo de Pesquisa | 139 |

INTRODUÇÃO

O “ambientalismo” ou a “questão ecológica”, como temática de relevante importância social na atualidade e ação coletiva emerge ao longo da história com forte evidência no século XX, a partir da década de 1960, abrangendo e mobilizando distintos segmentos da sociedade, em diversas escalas sociais no mundo, constituindo o que pode ser entendido como movimentos “socioambientais”. Esse tema, gerador de grande interesse e ações em escala global, mobiliza os mais diversos grupos sociais os quais entendem como necessárias as mudanças em relação ao atual modelo de desenvolvimento e exploração da natureza.

Conforme Viola e Leis (1995), no caso específico do Brasil, a pauta ambientalista começa a aparecer com mais força, como assunto a ser legislado pelo Estado, a partir das pressões internacionais e grandes conferências mundiais¹ que debateram o tema. Este processo de “ambientalização” teria três fases. A primeira considerada “bissetorial”, durante os anos 70, teve a influência internacional sobre o governo brasileiro, no período da ditadura militar, o qual estimulou a criação de instituições e leis ambientalistas. O segundo período ocorre no contexto da re-democratização política, a partir de 1986 e teria dado curso ao “ambientalismo multissetorial”, no qual o tema mobilizou vários agentes e setores da sociedade. Ainda nesse período, com a Constituição de 1988, a pauta e os grupos de interesse que as portavam começaram a ficar mais em evidência na atuação da defesa e garantia de seus direitos via Constituição². Um terceiro momento foi desencadeado pela Rio-92, a qual se traduziu em ações do governo em forma de leis, e na criação e desenvolvimento de políticas públicas (Viola e Leis, 1995).

Em consonância com o desenvolvimento histórico do modelo agrícola, hegemônico pelos pacotes tecnológicos e o difusionismo agroindustrial capitalista, surgem diversos movimentos em sua contraposição. Os inúmeros problemas socioambientais causados pelo atual sistema de produção agrícola se destacam e são cada vez mais percebidos. Nesse contexto também deve ser considerada, a manutenção das grandes extensões de faixas territoriais (como no caso do Brasil), para a sustentação desse tipo de cultivo agrícola

¹ Exemplos dessas conferências são: o Clube de Roma na década de 1960; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em junho de 1972; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – junho, 1992, Rio de Janeiro, Brasil.

² Cabe destacar que a partir do final da década de 1980, o Estado brasileiro intensifica a promulgação de uma série de leis, decretos e outros instrumentos legais em relação à questão ambiental, as quais passaram a influenciar o campo de ação das políticas públicas.

(monocultura de base agroexportadora). Cabe considerar, que esse modo de produção agrícola propicia e vem acentuando cada vez mais a concentração e a posse de terras no Brasil.

Nesse cenário complexo, em que a temática ambiental está em evidência, ocorrem no Brasil discussões e experiências em relação à Agroecologia nos mais diversos cenários. Nesses, essas experiências são mediadas e desenvolvidas por diversos grupos de interesse social, em contraposição ou favoravelmente as empresas que participam da cadeia produtiva do agronegócio, tanto no mundo rural, quanto urbano. Em um contexto permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso a terra no Brasil, os Movimentos Sociais mobilizados em torno da questão fundiária também estão passando por determinadas mudanças e ampliações tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política. Perante a realidade na qual é debatida a Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem ocupado historicamente lugar de destaque como mediador desse processo. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST incorpora, como uma das suas questões centrais, temas relacionados à temática socioambiental³. Dentre eles destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à Agroecologia (Piccin e Picolotto, 2007).

Esta pesquisa se justifica na medida em que a Agroecologia como discurso tem realce, tanto em documentos e publicações acadêmicas, como em expressões de dirigentes, mediadores técnicos e militantes do MST. Ela aparece como uma alternativa viável na perspectiva de ser uma possibilidade que visa estabelecer autonomia socioeconômica e de estabelecer outras formas de organização no processo produtivo⁴ dos assentamentos. Essas propostas são observadas, além de serem indicadas como alternativa para a organização produtiva dos assentamentos. A temática socioambiental aparece como reivindicação em manifestações públicas em contraposição as ações das multinacionais do agronegócio e do ramo da mineração. Contextualizando a temática da Agroecologia no MST, Martins (2003) aponta que esta alternativa de organização produtiva seria uma possibilidade de superação em relação às experiências coletivizadoras que reconhecidamente foram pouco exitosas na organização do sistema de Cooperativas de Produção Agrícola - CPAs. Nesse aspecto, Carvalho (2007), também ressalta a Agroecologia como uma nova matriz tecnológica

³ O termo “socioambiental” ao qual me refiro, está relacionado às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas.

⁴ Sistema produtivo nos assentamentos se refere às estratégias e opções de produção agropecuária por parte dos assentados, equipe de assistência técnica e coordenação política do MST.

definindo-a como uma relação entre homem e natureza mais harmoniosa na produção agropecuária e florestal, sendo uma espécie de síntese mais desenvolvida das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto agroecológico.

Outro fato que explicita a presença desse tema no discurso do MST foi a importância dada a temática da Agroecologia em seu último Congresso Nacional (realizado em 2007), no qual o Movimento o assumiu como um de seus compromissos (MST, 2007). Dessa forma, a percepção acerca do processo de constituição de um discurso político, em um determinado movimento social (no caso MST), também estimula reflexões acerca das formas de organização adotadas por este ao longo de sua história. Além disso, estudar essa questão possibilita adentrar-se em um tema que visa contribuir com a geração de avaliações relativas às estratégias de organização e gestão política adotadas nos assentamentos de Reforma Agrária.

Sob essa perspectiva, esta dissertação tem como problema analisar como se formou e vem se constituindo o discurso da Agroecologia no MST, junto à sua base social e o seu contexto de atuação e de mobilização política. A base social do MST a ser considerada foram os assentados, a assistência técnica e os coordenadores políticos em âmbito geral e no plano de análise empírico em um assentamento de Reforma Agrária do Movimento.

Para analisar a formação e como está se constituindo o discurso da Agroecologia no MST são levadas em conta as condições sociohistóricas de produção e formação desse discurso. A primeira condição diz respeito ao contexto imediato, que é a situação de produção do discurso; e pelo contexto amplo, ou seja, a conjuntura sociohistórica em questão⁵. A segunda condição, por sua vez, refere-se aos fatores que em determinada conjuntura, situação e mediação ideológica determinam esse discurso em sua forma oral e escrita.

Assim, nesse estudo, parte-se da premissa na qual a Agroecologia, como discurso, não dá orientação somente às relações sociais na produção agropecuária, e na dimensão da atuação econômica do MST, mas também pode influenciar as mais diversas relações políticas e cotidianas junto à base social do Movimento. Sob essa perspectiva, considera-se que a formação discursiva relativa à Agroecologia no MST já está em circulação há muito tempo, e esta advém de sentidos pré-construídos em relação ao MST e por ele mesmo ao longo de sua

⁵ A Análise de Discurso visa a partir da própria interpretação possibilita compreender também de outra maneira a história, não como uma sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, mas como fatos com sentidos, cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso (ORLANDI, 1999).

história. Nesse sentido, esse Movimento pode ser compreendido como um sujeito do discurso dos trabalhadores rurais e dos oriundos do meio urbano, constituídos como sem-terra e assentados.

Esse trabalho procura problematizar o contexto e os sentidos do discurso da Agroecologia no MST. Considera-se que esse discurso é enunciado em um campo social considerado conflitivo, disputado, o qual influencia e é influenciado por relações sociais, históricas e políticas protagonizadas por esse Movimento. Alguns aspectos relacionados às trajetórias, as posições políticas e os papéis assumidos pelos sujeitos que atuam no dia-a-dia do MST foram levados em consideração nessa análise. Do mesmo modo buscou-se identificar a atuação e a percepção da base social do MST em meio as suas relações sociais cotidianas em um assentamento de Reforma Agrária, como plano de análise empírico.

Também foram analisadas as modificações ocorridas nos sentidos e nas marcas discursivas no processo de formação do discurso da Agroecologia no MST, buscando identificar os principais sujeitos que, em determinado período e contexto, possam ter mediado e influenciado esse processo, em meio a esse percurso. Esses sujeitos são os que desempenham função de mediação e atuação junto a espaços sociais como o Estado em sua esfera federal, estadual e municipal; a mídia; demais organizações políticas que atuam como apoiadoras e opositoras ao Movimento⁶.

A formação discursiva do tema da Agroecologia no MST foi investigada tendo como recorte temporal, em especial, os anos de 1990, até o período histórico atual. A escolha desse período histórico justifica-se devido os dados coletados em pesquisa indicarem que durante esse espaço de tempo iniciou-se de forma mais específica e clara a proposição da temática da Agroecologia junto a base social do MST em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento. Esse fato foi relacionado pela necessidade do MST rumar para outra experiência sócio produtiva de organização social, de produção agropecuária e comercialização nos assentamentos vinculados ao MST.

Para a compreensão da constituição do discurso agroecológico no MST, o presente estudo teve como universo de pesquisa as publicações acadêmicas as quais abordam questões

⁶ Os mediadores para Neves (2008) são agentes técnicos ou profissionais alocados para dar existência às representações delegadas, a administração e intervenção públicas. Seriam articuladores de fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutando demandas, apoiando-as, legitimando-as ou as condenando. Nesse caso esses mediadores estariam representados por sujeitos reconhecidamente influentes na realidade dos assentamentos: os órgãos governamentais como INCRA e a SAF-MDA; órgãos de administração estadual e municipal; os financiamentos públicos por meio do PRONAF - agroecologia; as agências de fomento a Extensão Rural como EMATER; o Terceiro Setor em especial ONGs com atuação na temática ambientalista; cooperativas não necessariamente ligadas ao MST.

sociohistóricas relativas ao MST, inclusive as relacionadas à temática da Agroecologia e que problematizam as categorias a serem discutidas nesse trabalho, bem como materiais informativos e de formação política veiculados pelo Movimento. Também faz parte desse universo o assentamento de Reforma Agrária Santa Rosa considerado sob a coordenação do MST no qual foi realizada a pesquisa empírica.

O assentamento Santa Rosa está localizado em uma das regiões de maior densidade de assentamentos e assentados no Rio Grande do Sul (RS). O município de Tupanciretã possui 17 assentamentos, dos quais 11 são coordenados pelo MST. A escolha desse assentamento justifica-se por ser em Tupanciretã um dos locais onde, em pesquisa exploratória, foi observada a ocorrência de experiências, técnicas e tecnologias vinculadas aos preceitos da Agroecologia e por ter sido estruturado pelo programa estadual de Reforma Agrária, intitulado “Novo Modelo de Assentamentos” durante o governo estadual - gestão 1999 a 2002 (Governo Olívio Dutra – PT). Esse programa tinha como um dos seus princípios a proposta de desenvolver nos assentamentos a produção agropecuária nos preceitos da Agroecologia. Sob essas condições, acredita-se que as características desse assentamento podem ser consideradas como um dos indicadores de quais os rumos e os sentidos e direções que o discurso da Agroecologia vem tomando junto ao MST. Nessa pesquisa de campo foi realizada a coleta de dados por meio dos seguintes instrumentos: a observação participante, a realização de entrevistas⁷ e a coleta de documentos, buscando captar os discursos (orais e escritos) dos sujeitos que interagem nesse processo.

Nesse universo de pesquisa que foi percebida a formação discursiva do MST acerca da Agroecologia e que se situou o plano de análise para a formação dessa dissertação. O olhar da pesquisa foi direcionado aos sujeitos e o campo social contido no espaço no qual é enunciado esse discurso⁸. Desse modo, o discurso analisado levou em consideração as dimensões da prática política e da produção do conhecimento acerca da Agroecologia no MST, entendendo que esta movimentação é determinada pelas posições político-ideológicas⁹ que estão em jogo e disputa nesse processo sociohistórico de (re) produção política do mesmo.

Como hipótese central dessa dissertação, acredita-se que a partir das experiências acumuladas pelo MST, o discurso da Agroecologia seria um discurso com características próprias ao Movimento, mesmo que oriundo de outros sujeitos, de diversas correntes e

⁷ Foram ouvidos os assentados, a assistência técnica e os dirigentes locais do MST.

⁸ Entende-se que o discurso ecológico não é consensual, sendo também objeto de disputa em meio às relações sociais, posições políticas e papéis assumidos no dia-a-dia pelos agentes que constituem esse movimento.

⁹ Os processos ideológico-discursivos têm ascendência sobre o sistema da língua e sobre o limite de autonomia do sujeito, sendo historicamente variável nesse sistema (PÊCHEUX, 1999).

vertentes políticas nacionais e internacionais. Assim, foi possível perceber em que medida o MST estaria produzindo um discurso pautado pelas demandas, as experiências e as necessidades da sua base social. Como hipóteses adicionais, foram exploradas as seguintes proposições: a Agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos; considerando que o discurso da Agroecologia se estabelece no MST com mais ênfase a partir de sua inserção na Via Campesina (além de outros aliados), essa relação proporcionou ao movimento estabelecer uma rede maior de aliados políticos (ONGs, associações e órgãos internacionais) e acessar as políticas públicas governamentais com foco socioambiental. Em relação à base social do MST enfocada nesse estudo, as hipóteses levantadas são: eles almejam um manejo agroecológico dos recursos naturais e uma ação social coletiva participativa, reconduzindo de alguma forma o processo social e ecológico nos ecossistemas dos assentamentos; a ênfase colocada pelo Movimento no discurso da Agroecologia pressupõe que a implementação da Agroecologia pode ser entendida como uma prioridade para a assistência técnica e dirigentes do MST. Sob essa perspectiva, compreende-se que os assentamentos rurais são reconhecidos como espaços sociais privilegiados, tanto de produção discursiva em relação à Agroecologia, quanto para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois são um dos principais locais onde está localizada a base social do MST.

Cabe com isso evidenciar os conceitos e categorias, da mesma forma as opções metodológicas para o desenvolvimento da Análise do Discurso, pertinentes para as técnicas de pesquisa aplicadas. A composição do *corpus discursivo* para a realização da *Análise do Discurso* (AD) nessa pesquisa foi constituído a partir da temática agroecológica, temas correlatos ou que abordam o tema de forma adicional, enfocando uma opção temporal desde o início da década de 1990, até a atualidade. Visto isso, cabe explicitar que, para a realização da análise do discurso nesse estudo, foram utilizados materiais textuais (documentos, cartilhas, notícias, textos informativos e formativos) e orais (entrevistas, e observação do campo). A partir disso foi possível selecionar nesses materiais as marcas e impressões discursivas que permitiram captar e compreender o contexto do espaço social e as experiências que influenciam na formação do discurso da Agroecologia no MST, como está se constituindo

esse discurso e por que toma determinados sentidos e outros não, em determinadas condições (sociais, culturais, políticas e históricas) de produção¹⁰.

O marco teórico a ser apresentado diz respeito às seguintes temáticas: Movimentos Sociais Rurais; Agroecologia nos Movimentos Sociais, assentamentos de Reforma Agrária e sociabilidades nesse contexto, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul; formação sociohistórica do MST. O marco teórico desse estudo foi norteado por: *Análise do Discurso (AD)* e *campo social*, bem como pela *noção de experiência*.

A partir da Análise do Discurso da Agroecologia em um determinado contexto, pretende-se elucidar como ocorrem as relações, disputas e interações sociais constituídas na formação desse discurso no MST. Para analisar esse cenário de enfrentamentos e debates, em relação ao discurso da Agroecologia no MST, acionou-se o conceito de *campo social* a partir de Pierre Bourdieu¹¹. Sob esse enfoque, considera-se que a dinâmica social dos assentamentos pode ser um desafio para a materialização dos sistemas de produção e comercialização. Nesse sentido, os assentamentos e o contexto que os cercam são passíveis de serem entendidos como um espaço social marcado por relações de força, de disputa e de conflito por parte dos diferentes sujeitos que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir sentidos nesse local (BOURDIEU, 1989).

Outro conceito que cabe ser referenciado está presente nas obras de Edward Palmer Thompson, o qual foi útil à problematização dessa pesquisa, referente a noção de *experiência*¹². É a partir da experiência que os sujeitos aqui enfocados, têm suas vidas e histórias marcadas por conflitos e disputas, que os configuram como agentes de lutas. Os seres sociais vivem mudanças que dão origem a uma experiência transformada e que também dão continuidade as questões que foram vividas antes do assentamento: e essa experiência é determinante no sentido em que exerce pressões na consciência social existente, propondo novas questões. Nesse aspecto é que se sobressai à noção de experiência e que a torna pertinente para esse estudo, pois enseja analisar os fatos sociais pela forma e por que motivo

¹⁰ Em Pêcheux (1999) a formação discursiva é aquilo que em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode deve ser dito (na forma de um panfleto, programa, exposição, etc.).

¹¹ Segundo Bourdieu (1989, p.134), campo social pode ser compreendido “[...] como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes [...]”.

¹² Os sujeitos experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, por meio das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1978, p. 356).

eles seguiram uma determinada direção e ainda compreender os princípios e tendências fundamentais desses processos¹³ (THOMPSON, 1978).

Por meio destas indicações, em relação à análise dos dados coletados em pesquisa, adentrou-se nos estudos relativos à Análise do Discurso (AD) com ênfase teórica em Michel Pêcheux. Entre as possibilidades verificadas, identificou-se que a AD¹⁴, pôde ser uma opção teórico-metodológica eleita para realizar o estudo de análise acerca do discurso político-ideológico do MST relativo à Agroecologia.

Assim, o discurso nesse estudo foi tratado como algo que evoca uma exterioridade à linguagem criando sentidos ideológicos e sociais. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas, no qual os sentidos das palavras são determinados ideologicamente. Diante disso o discurso a ser analisado foi enunciado por meio de linguagens (escrita e oral) cotidianas, de acordo com Orlandi (2003), permitindo nesse caso visualizar, as marcas discursivas e os sentidos que tomaram o discurso da Agroecologia no MST.

Essa escolha é baseada na busca de estabelecer uma relação existente no discurso da Agroecologia que envolva questões relativas à língua/sujeito/história, na qual a linguagem é estudada não apenas no aspecto lingüístico, mas também como forma material da ideologia (PÊCHEUX, 1975). O processo de análise discursiva, conforme Orlandi (1999) busca interrogar os sentidos estabelecidos em diversos modos de produção desse discurso, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para sua interpretação.

A AD tem em seu referencial teórico-metodológico a busca da interpretação dos processos discursivos que constituem a base da produção do sentido e do dizer (Pêcheux, 1969), levando sempre em conta as condições históricas e específicas da produção do dizer, isto é, a historicidade marcada no discurso. Assim, considerar o discurso é trabalhar com o lugar de onde o sujeito fala a relação do seu dizer com o já dito e com a memória discursiva (Pêcheux, 1999), as formas de atualização dessa memória e o jogo entre o sentido legitimado e aquele que se quer silenciar, mas que continua a produzir sentidos.

Cabe também considerar que essa opção teórico-metodológica, também não deixa de ser uma forma de abordagem qualitativa. Em decorrência disso esse estudo terá uma opção

¹³ A noção de experiência é fator fundante do trabalho de Thompson. O processo de constituição de classe está diretamente ligado, de um lado, à experiência de exploração, repressão, carestia, desigualdade e, de outro, à solidariedade, partilha e comunidade (MUNHOZ, 1994).

¹⁴ Grifos realizados para explicitar algumas opções metodológicas e chaves de análise que pretendo utilizar para realizar a análise do discurso da agroecologia junto ao assentamento pesquisado.

metodológica pela análise qualitativa, pois, segundo Silva (2001), possibilita perceber a relação dinâmica entre o mundo real (objetivo) e o sujeito (subjetivo), como indissociáveis, sendo que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados tornam-se chaves nesse processo investigativo que também insere-se a AD. Ainda, conforme Martins (1989), o uso da metodologia qualitativa pode oferecer a possibilidade de analisar, pessoas, grupos, comunidades, objetivando compreender e descrever a experiência, o comportamento dos sujeitos, suas ações e intenções em seu ambiente natural, dando sentido ou interpretando fenômenos, captando a significação a eles atribuída pelos sujeitos e compreendendo a intencionalidade de determinadas ações, desvelando possivelmente relações até mesmo intersubjetivas.

As fontes utilizadas e a seleção do corpus discursivo ocorreram em meio a pesquisa e a elaboração da dissertação sendo baseadas nas atividades realizadas durante as atividades de campo o que possibilitou a coleta de documentos em arquivos, bibliotecas e demais centros de documentação (inclusive digitais) nos locais onde foram realizados as pesquisas e os estudos de mestrado (Rio de Janeiro-RJ e Tupanciretã - RS). Como fontes secundárias de dados foram usados documentos e referências bibliográficas relacionadas ao discurso da Agroecologia e a formação sociohistórica do MST, como artigos; livros; cartilhas; jornais; notícias em sites da internet; entrevistas já concedidas por integrantes do MST e demais sujeitos que interatuam junto ao contexto do Movimento. Foram utilizadas ainda, publicações acadêmicas como textos, artigos, livros, teses e dissertações que abordam temáticas relacionadas a essa pesquisa, sendo estas: Agroecologia no MST, Análise do Discurso, Movimentos Sociais rurais (direcionado ao MST), campo social, noção de experiência e sociologia política. Por esse caminho foi buscado investigar a prática e a formação discursiva do MST em relação à Agroecologia. Os dados primários foram oriundos dos depoimentos e falas da base social do MST (assentados, assistência técnica e dirigentes locais) no assentamento Santa Rosa no qual foi realizada pesquisa empírica.

A coleta dos dados realizada permitiu enfocar durante a pesquisa bibliográfica e empírica os sujeitos que interagem junto ao espaço social do MST e por meio dessas percepções e da captação do discurso enunciado em seu contexto de atuação política foi possível coletar opiniões, visões e expectativas em relação à Agroecologia; resgatar compreensões e fatos em relação aos sistemas de produção adotados anteriormente no MST; entender e descrever como está se constituindo as ações em Agroecologia junto ao movimento conforme o discurso desses sujeitos; e demais informações que possam ser

pertinentes para responder e elaborar outras questões acerca do problema que está sendo investigado nessa pesquisa.

Nesse caso foi evidenciada a necessidade de captar durante a análise dos dados coletados os sentidos do discurso contido nos materiais discursivos e relacioná-los ao contexto sociohistórico pesquisado. Esse procedimento foi utilizado como mais um instrumento de percepção dos fatos sociais no assentamento a partir da técnica de observação participante. Considera-se que a observação participante trata-se, não apenas de uma técnica, mas também de um processo que implica acessar a comunidade de interesse, selecionar e aproximar-se de informantes-chaves (que tragam diferentes opiniões e perspectivas); participar das atividades em que haja consentimento da comunidade estudada e ao final do período de campo preservar a relação entre investigador e a situação de campo (DEMO, 1995). Sob essa condição foi possível uma observação mais próxima da realidade de vida dos assentados, técnicos e dirigentes, na qual foi buscado entender as práticas discursivas, as condições sociais de produção dos discursos, compromissos político-ideológicos que estavam em jogo e os objetivos seguidos nas lutas do dia-a-dia, bem como, as vivências e as experiências daquele processo em seu cotidiano.

Durante a realização da observação participante no assentamento foram utilizados como instrumentos de registro dos dados produzidos a campo, anotações em diário de campo (BECKER, 1999). Também foi usado o registro digital dos discursos e fatos (MP3 e máquina fotográfica). Esses instrumentos foram utilizados em situações possíveis e convenientes, como nas entrevistas realizadas, conversas e reuniões, sendo que foram usados mediante a prévia aceitação por parte dos sujeitos observados.

As entrevistas foram realizadas junto à base social do MST no assentamento Santa Rosa ocorreram por meio de um roteiro semi-estruturado (Anexo A), junto aos assentados, a assistência técnica vinculada a COPTEC, e a coordenação política do MST em Tupanciretã. As entrevistas ocorreram de maneira informal como uma conversa, baseada em perguntas norteadoras, tendo a função de auxiliar/guiar à condução do diálogo¹⁵. Durante a pesquisa de campo foram entrevistados 11 assentados, 07 técnicos, 02 dirigentes do MST em Tupanciretã e 01 dos membros da diretoria da Cooperativa local vinculada ao MST.

¹⁵ Não necessariamente a conversa foi pautada em perguntas do investigador e resposta dos entrevistados, também pautou-se em outros diálogos que oportunizaram entender melhor as experiências e o cotidiano desses sujeitos, auxiliando na análise do campo e dos discursos.

Para a realização das entrevistas junto aos assentados foram adotados os seguintes critérios¹⁶ como um meio de seleção dos sujeitos a serem entrevistados: o tempo disponível e as possibilidades¹⁷ para a realização da pesquisa de campo. Em aproximadamente 50 dias de investigação a campo buscou-se conversar e entrevistar os assentados que declaradamente tinham opiniões divergentes e diferentes em relação à temática da Agroecologia em vistas de enriquecer os dados coletados e trazer diversas percepções acerca do contexto pesquisado. Em relação aos técnicos e a coordenação política do MST em Tupanciretã foram realizadas entrevistas com todos (as) os sujeitos disponíveis e que aceitaram participar da pesquisa. Por opção do pesquisador e das pessoas com as quais foi negociada a realização da pesquisa de campo, as identificações dos entrevistados ocorreram pelas letras iniciais dos seus nomes ou apelidos, em vistas de manter a privacidade de suas identidades.

Outro procedimento adotado para a realização da coleta de dados em meio ao universo de pesquisa desse trabalho foi à análise documental¹⁸, tanto em pesquisa empírica, quanto na realização da pesquisa bibliográfica durante a efetivação desse estudo. Essa técnica constitui-se, segundo Ludke e André (1986), como uma ferramenta importante para coleta de dados em uma pesquisa de caráter qualitativo. O acesso a discursos orais e escritos com a devida seleção e análise dos mesmos, pode oportunizar o complemento das informações e dados obtidos por meio das outras técnicas de investigação (já mencionadas) e desvelar novos aspectos em relação ao tema pesquisado. Está técnica proporcionou o enriquecimento da pesquisa com a captação de discursos e fatos históricos que não estão registrados na bibliografia acadêmica e não podem mais serem vivenciados, bem como, possibilitou acessar documentos atuais permitindo identificar algumas tendências atuais internas relativas à constituição do discurso da Agroecologia no MST.

A estrutura dessa dissertação foi organizada e sistematizada em capítulos, contendo a seguinte composição: Capítulo I: De ontem para hoje: a emergência da Agroecologia no MST; Capítulo II: O discurso da Agroecologia no MST no contexto do Assentamento Santa

¹⁶Alguns critérios e números em relação às condições e composição dos segmentos sociais no assentamento a serem entrevistados balizam-se em informações já coletadas junto aos técnicos e militantes que venho mantendo contato para tornar possível a pesquisa.

¹⁷ As disponibilidades e possibilidades durante a realização da pesquisa empírica que são referidas seriam as relativas à disponibilidade de tempo dos sujeitos pesquisados, em meio suas tarefas diárias, em demandar atenção para participar da pesquisa e das atividades cotidianas do pesquisador relativas à coleta de dados.

¹⁸ Os possíveis usos da análise documental, no intuito de qualificar um trabalho de pesquisa são revelar as concepções particulares de um indivíduo ou coletivo e trazer à tona registros específicos, não presentes em bibliografias acadêmicas, que retratem de alguma forma a trajetória, discursos e histórias de luta do movimento em questão.

Rosa; Capítulo III: As inter-relações sociais e socioambientais na constituição do discurso da Agroecologia no MST.

Dessa forma, o primeiro capítulo tem por objetivo resgatar o modo como ocorreu à constituição das discursividades e acontecimentos históricos as quais formaram o discurso adotado pelo MST em relação aos modelos de organização sócioprodutivos, em especial a partir dos anos 1990. Com isso, buscou-se conhecer e problematizar os principais acontecimentos relacionados a constituição do discurso da Agroecologia no MST. Esse processo foi observado sob a perspectiva de um processo histórico, dinâmico, disputado e permeado por conflitos entre os sujeitos. Nessa perspectiva, construiu-se um breve resgate e análise contendo os principais acontecimentos conjunturais considerados determinantes para a constituição do discurso enunciado relativo à trajetória sociohistórica e aos sistemas de produção e comercialização historicamente difundidos no MST. Em seguida são descritos os fatores que junto aos acontecimentos históricos foram considerados determinantes para a formação do discurso da Agroecologia no MST.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a constituição do discurso da Agroecologia junto ao Assentamento Santa Rosa localizado no município de Tupanciretã no RS. A presente análise foi realizada a partir das observações junto ao assentamento, dos relatos e das entrevistas dos dirigentes, equipe de assistência técnica e assentados em relação ao tema. Diante disto, este capítulo aborda, inicialmente, o contexto político do RS no período compreendido entre 1999-2002, no qual o assentamento foi estruturado. Assim, buscou-se problematizar e contextualizar o campo social no qual interage a base social do MST e ocorre seu conjunto de experiências, bem como levar em consideração o discurso enunciado em relação à Agroecologia no MST. Também nesse capítulo foram problematizadas as formas e os sentidos tomados pelo discurso agroecológico no MST, no contexto pesquisado.

O último capítulo dessa dissertação tem como objetivo problematizar e inter-relacionar características em comum, traços e marcas discursivas em meio ao campo social e as experiências dos sujeitos junto à constituição do discurso da Agroecologia no MST. O plano de análise para a realização desta inter-relação foram as questões apresentadas no primeiro e segundo capítulo da dissertação. Desse modo, buscou-se inter-relacionar os fatos, os acontecimentos, as questões e os sujeitos os quais interagem em âmbito geral e com o MST, ou seja, no plano nacional, com os que interagem com o MST no contexto do assentamento Santa Rosa. Outro objetivo que perpassa a elaboração do capítulo consiste na realização de um breve ensaio acerca do campo de conhecimento da Agroecologia e os estudos relativos à sociologia ambiental.

CAPÍTULO I

DE ONTEM PARA HOJE: A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA NO MST

Esse capítulo tem por objetivo resgatar o modo como ocorreu à constituição das discursividades e acontecimentos históricos os quais formam o discurso adotado em relação aos modelos de organização socioprodutivos preconizados pelo MST, em especial a partir dos anos 1990. Desse modo, pretende-se aferir o foco desta análise para compreender como se constituiu o discurso da Agroecologia no Movimento. Esse processo é observado sob a perspectiva de um processo histórico, dinâmico, disputado e permeado por conflitos entre os sujeitos. Assim, acredita-se que esse discurso pode auxiliar a evidenciar características específicas, apoios e lutas inerentes ao campo social e político no qual está situado esse movimento social.

Nesta perspectiva, será feito um breve resgate e análise da constituição dos modelos produtivos e dos acontecimentos conjunturais que historicamente desenvolveram-se junto à trajetória do MST e aos sistemas de produção e comercialização historicamente difundidos, bem como do discurso enunciado em relação a estes. Nesse sentido serão evidenciados fatos, traços ideológicos e discursividades, de forma a realizar uma abordagem não dualista, como por exemplo: trabalho coletivo e produção cooperativista X Agroecologia; Agricultura convencional X Agroecologia; período pré-Via Campesina X Período pós-Via Campesina e assim por diante. Sobretudo, por tratar-se de um discurso enunciado em um movimento social constituído em espaços sociais¹⁹ dos quais havia outras propostas e discursividades relativas a outras alternativas de modelos de produção e comercialização adotados e disputados na trajetória do MST, além do discurso político oficial e público adotado pela organização.

Sob essa perspectiva, o MST é referenciado como um movimento social situado historicamente e imerso em relações sociais determinadas, pois é nesse contexto em que ele emerge (VENDRAMINI, 2007). Dessa forma, o discurso gerado nesse movimento social

¹⁹ Esses espaços sociais a que me refiro, no qual os sujeitos no MST discursam seriam: assentamentos, áreas ocupadas, reuniões, cursos, escolas de formação, eventos políticos, espaços de intercâmbio, entre outros.

seria considerado um mobilizador de sentidos como a língua, o sujeito²⁰ e a história (PÊCHEUX, 1975). Nota-se que o discurso é tanto um lugar privilegiado de observação das relações entre língua e ideologia, como é também um lugar de mediação, de inter-relação no interior de um dispositivo teórico-analítico, permitindo que em seu funcionamento se visualizem os mecanismos de produção de sentidos desse material simbólico. Sob essa perspectiva é preciso considerar, conforme Orlandi (2001), em relação ao discurso enunciado as posições dos sujeitos, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política e ideológica.

Os sujeitos formadores desse discurso centram-se nos sistemas de produção adotados nos assentamentos sob coordenação política do MST junto aos seus assentados, técnicos e dirigentes, bem como nos fatores histórico-conjunturais relativos ao Brasil e ao campo político configurado por esse conjunto de relações sociais tanto dentro, como fora dos assentamentos. Em relação à formação discursiva da Agroecologia no MST, deve-se considerar que há a discursividade da direção do Movimento, pela qual perpassam sua atuação política e experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes governos, partidos, sindicatos em busca de aliados ou em negociação; as pautas relativas às políticas públicas, como o acesso ao crédito; questões relativas à mobilização da base social do Movimento; resposta a pressões e informações enunciadas pelos meios de comunicação; reuniões, encontros e congressos do MST; dentre outras possibilidades de atuação.

Outro sujeito discursivo a ser focado nessa pesquisa são os que constituem a assistência técnica, junto aos assentamentos coordenados politicamente pelo MST, os quais também têm uma discursividade formada pelo conjunto de experiências e relações sociais determinadas, como: sua formação acadêmico-profissional em bases de uma educação de cunho elitista e tecnicista; os conselhos profissionais; pela relação com os assentados e direção do MST; a formação política e técnica vivenciada junto ao MST; as instituições com as quais ocorre o vínculo empregatício destes (desde a EMATER até a COPTEC vinculada ao Movimento, por exemplo); dentre outras.

Há também a discursividade enunciada pelos assentados a qual é permeada por um leque de influências sociais e experiências vividas como: sua origem e trajetória sociohistórica até chegar ao assentamento; a realidade imediata vivida junto ao assentamento e ao lote relativo às suas atividades de sobrevivência e militância; junto a assistência técnica e

²⁰ Considera-se que o sujeito não é individual, ele é assujeitado ao coletivo. O assujeitamento em Análise do Discurso é produzido quando, segundo Pêcheux (2000), um indivíduo é interpelado pela ideologia, condição necessária para que se torne sujeito do seu discurso.

aos demais assentados; os agentes governamentais como o INCRA, o setor financeiro por meio do pedido de crédito aos Bancos; a rede comercial local na qual adquirem insumos e demais produtos; e demais relações cotidianas.

Por meio destes sujeitos (a base social do MST) e do contexto no qual atuam e vivenciam suas experiências acredita-se que haja a formação de uma rede discursiva a qual influenciou, ao longo da história, a formação discursiva da Agroecologia no MST. Esta formação estaria relacionada às questões sociais, políticas e econômicas vividas em meio à questão agrária e agrícola no país junto ao Estado; à influência da mídia e dos meios de comunicação na formação da opinião pública, às disputas constantes com latifundiários e os complexos agroindustriais transnacionais comprometidos com o sistema de produção do agronegócio. Cada sujeito situa-se e age historicamente também enunciando seu discurso, sendo esta mais uma das discursividades que influenciam na formação do discurso da Agroecologia no MST. Parte-se da premissa que em meio a esse conjunto de fatos históricos, relações sociais e discursividades ocorreu a constituição do discurso do MST em relação aos seus sistemas de produção e comercialização, como o das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) e o da Agroecologia, por exemplo.

Juntamente com a realização de um resgate histórico e das discursividades as quais podem ter influenciado a constituição do discurso da Agroecologia no MST, também foi realizada uma revisão bibliográfica cujo objetivo é inter-relacionar a *análise do discurso*, o *campo social* e as *experiências* vividas pela base social do MST em suas vivências e atuação política. Assim, a estruturação desse capítulo será feita a partir das seguintes partes: o MST e o seu contexto circundante: inter-relações e discursividades; as CPAs entre os sujeitos assentados e dirigentes do MST: o seu processo e a constituição da suposta “crise”; o discurso da Agroecologia chegando ao MST.

1.1 O MST e Seu Contexto Circundante: Inter-relações e Discursividades

Para Caldart (2001) o MST é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica que foi estabelecida no Brasil. O MST nasceu da articulação das lutas pela terra, as quais foram retomadas com mais força a partir do final da década de 1970 e início de 1980, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, foram expandidas por todo o Brasil. Junto a isto ocorreram mobilizações sociais no meio rural brasileiro em referência ao processo de

redemocratização político-social do país, após o golpe militar em 1964, e voltaram a ganhar força social na década de 1980 culminando em uma série de mobilizações em prol da assembléia constituinte. As mobilizações e os acampamentos dos “sem-terra” que ocorreram naquela época foram considerados de grande importância na instituição do MST como um agente político na luta por reforma agrária no país. Assim, este Movimento foi gerado em meio à reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década dos anos 1980 (MEDEIROS, 1989).

O MST foi criado formalmente, em 1984, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, no estado do Paraná. Cabe também ressaltar que nesse período ocorreu também a reorganização da União Democrática Ruralista (UDR). Conforme descrito no site da organização, a UDR organizou-se em contraposição a discussão da Reforma Agrária e a (re) emergência dos Movimentos Sociais Rurais no país, dentre estes o MST

A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO, em seguida foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF. Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para conscientizar o Congresso Nacional a criar uma Legislação que assegurasse os direitos de propriedade. *Na época, uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil.* A reação dos ruralistas foi imediata, decidiram então fundar a União Democrática Ruralista - UDR. Foi a maior mobilização do setor já visto neste país. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988 a Lei que preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas (UDR, 2009. Grifos do autor).

Em texto divulgado no site da internet, o MST expressa um discurso com uma perspectiva histórica de embate político semelhante ao da UDR em relação às negociações políticas junto ao Congresso Nacional a favor da Reforma Agrária:

E somos também parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E com este ímpeto, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social (MST, 2009).

Da mesma forma, ocorreram mudanças de ordem econômica no país, no qual a modernização conservadora da agricultura decorrente do período de governo militar, desencadeou também um conjunto de acontecimentos sociais no país. Esses acontecimentos conforme Da Ros (2006) estão diretamente relacionados ao caráter seletivo configurado nesse processo, o qual foi concentrado geograficamente nas regiões Centro-Sul do Brasil, e

beneficiou apenas os médios e os grandes produtores rurais dedicados à produção das culturas de exportação.

As conseqüências desse processo e opção pelo modelo de desenvolvimento agrícola e agrário nos anos de 1960 e 1970 podem ser observados, como referencia Bergamasco (2003), com o aumento da produção e da produtividade das lavouras e dos produtos animais, o fornecimento de divisas ao país, a migração de um grande contingente de trabalhadores para os centros urbanos, bem como alimentos a baixo preço, garantindo a redução do nível salarial nas cidades. Assim, devido as conseqüências sociais deste modelo de desenvolvimento agrário e agrícola, a partir dos anos 1980, registrou-se uma reorientação das políticas para o setor rural. O crédito tornou-se escasso e ainda mais seletivo, esgotando-se assim as antigas fórmulas e mecanismos de política agrícola. Sob esse cenário, compreende-se que a política econômica nesta década foi baseada na abertura de mercados, na formação de blocos de integração econômica, controlados por empresas transnacionais e os Estados transferem seus poderes para esferas globalizadas. Um dos operadores desta forma de seletividade social, como já destacado, foi à política de crédito rural que, durante a década de 1970, ofereceu amplos programas de financiamento com taxas de juros negativas para os grandes produtores e latifundiários do país (GONÇALVES NETO, 1997 *apud* DA ROS, 2006).

Em Da Ros (2006, p. 127) constam algumas das principais conseqüências sociais promovidas pela modernização no meio rural brasileiro que foram observadas nos anos 1980:

- i) a concentração da propriedade fundiária e da renda no campo; ii) o aumento da dependência dos agricultores ao crédito; iii) desaparecimento das pequenas propriedades associado ao aumento das dificuldades de acesso à terra; iv) a diminuição dos empregos associada ao surgimento da sazonalidade do trabalho rural; vi) o aumento do êxodo e a conseqüente redução da população rural; vii) o surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos; viii) o surgimento de problemas ecológicos.

Nesse contexto as dinâmicas da luta pela terra tendem a surgir como alternativa de mobilização social para a camada da população rural atingida por essas medidas. As famílias, ao buscarem um pedaço de terra, organizando-se junto a um movimento social, almejavam possibilidades para a construção de projetos de futuro, nos quais as áreas reformadas poderiam tornar-se lugares de vida, de trabalho e de produção agropecuária.

Em consonância com a conjuntura socioeconômica do país, a discussão em relação aos sistemas de organização da produção teve início a partir de 1986 nos assentamentos rurais do MST, segundo Fernandes e Stédile (1999), devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. A organização dos sistemas de produção surgiu nos assentamentos de reforma agrária no Brasil como um fator determinante

para a permanência do trabalhador assentado na terra. O MST entendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, com a consolidação da cooperativa também como forma específica de formação política, favoreceria a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, o modelo de coletivização, baseado nas CPAs proporcionou a sua base social experienciar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos.

As linhas políticas e orientações para a organização dos assentamentos transformaram-se ao longo do tempo no MST, tanto em suas dimensões econômicas e político-ideológicas, na promoção da cooperação agrícola. Ao abordar essas mudanças ocorridas entre 1989 e 1999, Martins (2003) descreveu a circulação de diversos documentos em meio ao debate político interno do Movimento, muitos dos quais publicados pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) criada em 1992²¹. No II Congresso do MST, em 1990, o tema do mesmo traduzia a inclinação e a menção a formulação de modelos de produção com o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”. Dessa forma, o aumento do número de assentamentos de reforma agrária, ocorrido especialmente a partir da década de 1990, aprofundou o desafio da atuação do MST, pois era necessário viabilizar socioeconomicamente esses novos núcleos. Isto decorre da dependência da própria legitimidade da bandeira da reforma agrária, em grande parte de um desenvolvimento considerado próspero nos assentamentos.

O surgimento das CPAs coincidiu com a definição política de se constituir, no MST, um sistema cooperativista dos assentados, o qual foi um dos principais responsáveis pela organização dos assentamentos e da promoção da cooperação. Tal sistema teve sua organização estruturada a partir das cooperativas de base (célula básica) junto aos assentamentos às CPAs, às Cooperativas Centrais em nível intermediário na esfera estadual e à CONCRAB em nível nacional como uma esfera superior (MARTINS, 2003).

Para o MST, o processo de formação de CPAs foi difundido como forma de superar o modelo tradicional de produzir do camponês (o trabalho individual familiar). A forma campesina de pensar e agir era considerada por sua direção um obstáculo para a consolidação dos assentamentos enquanto espaço diferenciado de produção e vivência, objetivando a superação da lógica do sistema capitalista. A produção e a organização social coletiva²² nos

²¹ Isenta-se de reproduzir aqui a evolução destas formulações, mesmo porque não é objetivo desta dissertação.

²² Conforme Carvalho (1999), a pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas para a construção do chamado “homem novo”, de inspiração socialista, expressa pelos novos valores que a prática social coletiva iria desenvolver e consolidar, superando os valores hegemônicos na ordem capitalista. Deveria,

assentamentos foi proposta como ideal pelo MST no final dos anos 1980, a partir da crença da construção de um gérmen “socialista” no campo e uma outra forma de organizar a produção primária. Para isto foram desenvolvidas diversas atividades, rituais (místicas, oficinas, congressos, encontros, debates políticos), materiais de formação e publicidade (cartilhas, jornais e revistas), como instrumentos de consolidação e difusão simbólicas e ideológicas para a formação de uma consciência organizativa coletiva.

Sob essa perspectiva, cabe considerar que ao final dos anos 1980, a coordenação do MST era interpelada por um ideário marxista-leninista deslocando o eixo articulador de seu discurso e ações, do político-religioso vinculado a igreja católica por meio das Comissões Pastorais, para o político-econômico (STRAPAZZON, 1996). Esse processo foi denominado por Navarro et al (1999) como “ideologização da produção”. A constituição das cooperativas para o MST, segundo Vêras (2005), representava a busca de condições para uma suposta revolução social, a qual estava atrelada ao desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas modernos e às transformações das relações sociais no campo. Dentre essa matriz tecnológica moderna adotada pelas cooperativas foi necessário estabelecer novas relações de trabalho no campo como: racionalização de métodos; especialização de tarefas; utilização de máquinas e insumos químicos; agroindustrialização e a integração no mercado. Essa concepção foi estimulada e implementada em diversos assentamentos coordenados politicamente pelo MST.

Assim, as CPAs podem ser consideradas como uma das principais formas nas quais o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto ao discurso relacionado a esse modelo de produção. Desse modo e durante este período histórico foram organizadas mais de 40 experiências de produção coletiva e cooperativizada, nos assentamentos sob a coordenação política do MST, em todo o país e em diversas regiões (MARTINS, 2003).

Mediante a esse conjunto de dinâmicas sociais é que várias propostas e discursividades relativas à viabilização dos assentamentos foram elaboradas, principalmente pelos sujeitos políticos do MST. No entanto, a própria dinâmica interna dos assentamentos é, em si mesmo,

portanto, ocorrer uma revolução nas práticas sociais e na concepção das pessoas envolvidas naquela nova experiência social.

um desafio para a materialização de propostas, como as coletivizadoras, considerando se tratar de um espaço social onde os sujeitos e os grupos são definidos pelas suas posições relativas, sendo que os interesses que daí resultam podem ser contraditórios e conflituosos (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, a opção por um determinado tipo de organização social e produtiva faz parte dessas situações de enfrentamentos e disputas por projetos, rumos e discursos, tanto externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

Assim, a formação do discurso acerca de um sistema de produção, no caso do MST, pode ser considerada uma construção feita no próprio discurso, por isso, permeável e passível de deslizamentos de sentido, pois um discurso é sempre atravessado pelo “já ouvido” e pelo “já dito”, segundo Pêcheux (1997), limitando de alguma forma a capacidade criativa do falante. Além de um discurso, isso pode ser caracterizado como um *interdiscurso*, pois disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa a palavra em uma dada situação discursiva (ORLANDI, 2003).

Sob esses aspectos deve-se considerar o campo social constituído pela base social do MST no qual são produzidas relações sociais antagônicas, concorrentes e complementares. Portanto, além da certeza em relação às possíveis contradições que possam ser constatadas pelo MST em seu discurso em relação ao contexto materializado pelos sistemas de produção e comercialização adotados, também é preciso analisar as incertezas do contexto político e conflituoso no qual a sua base social atua. Com isso, o entendimento acerca das controvérsias políticas é socialmente construído em um movimento social, inclusive em relação aos seus modelos de produção agropecuária e organização social, conjuntamente com a diversidade cultural, político-ideológica, discursiva e de conflitos do seu meio.

Nesse contexto estavam inter-relacionados como fatos a implementação do modelo cooperativista nos assentamentos sob a coordenação política do MST juntamente com a adoção de um modelo de reestruturação democrática do Estado e o início da aplicação das medidas de ajuste estrutural que ocorreram a partir de 1990, logo após a eleição de Fernando Collor à Presidência da República. Além das medidas de ordem monetária, este governo iniciou o processo de abertura da economia e a desregulamentação dos setores, sob a tutela do Estado, promovendo a liberalização comercial e o enxugamento da estrutura governamental (CORDEIRO et al, 2003).

Conforme Da Ros (2006) o Estado, por meio do governo Collor, dificultou ainda mais a consolidação dos assentamentos de reforma agrária e da assistência técnica no meio rural,

como por exemplo, com a extinção em 1991 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) desativando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) além de outras instituições ligadas à agricultura. A partir desse momento, a coordenação do sistema passou para a Secretaria de Extensão Rural (SER), ligada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Ainda, cabe explicitar o desmantelamento da política de crédito especial para a reforma agrária criada no governo Sarney, e a política de assistência técnica existente neste governo, prejudicando as famílias assentadas, intensificando o empobrecimento e a precarização dos projetos de assentamentos rurais no Brasil (FERNANDES, 2001).

Em relação à discussão de Estado, Pinheiro (1995) descreve que a partir da década de 1990 no Brasil foi difundida uma visão de um Estado ajustador, no qual suas políticas sociais estavam orientadas a favorecer camadas da sociedade excluídas socioeconomicamente, direcionando os gastos sociais a esse público e estimulando formas de co-financiamento aos que já tinham alguma capacidade produtiva no meio rural. Como alude Zanini (2006), neste período houve uma forte pressão social por investimentos dos trabalhadores rurais, por meio de suas organizações representativas e Movimentos Sociais do campo, como o MST.

Essa conjuntura também é identificada pelo próprio MST ao expor sua percepção daquele período histórico do país, em sua página na internet:

Foi assim, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida - cerca de 90 mil famílias - ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra. E quando não recorria à burocracia e à falta de vontade política para inviabilizar a Reforma Agrária, o Estado omitia-se ou estimulava a violência. Assim foram os anos de Fernando Collor na Presidência da República, com despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. *Nossa resposta estava na organização, na expansão do Movimento nacionalmente, no avanço na área de produção. Como dizia o lema de nosso II Congresso, em 1990, "Ocupar, Resistir e Produzir"*. (MST, 2009. Grifos do autor).

Com as eleições de 1994 e 1998 nas quais Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito presidente por dois mandatos inaugura-se mais uma fase da questão agrária no Brasil em relação ao processo de Reforma Agrária e implementação de assentamentos. Conforme Fernandes (2001), o governo FHC realizou em seu primeiro mandato uma ampla política de constituição de assentamentos rurais. Desse modo, acreditava-se que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário no Brasil seria resolvido.

No segundo governo de FHC (1998-2002), a política de apoio à agricultura familiar permaneceu, porém o montante de recursos investidos ficaram sem consideráveis investimentos. Neste governo ocorreu a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) e com isso institucionalizou-se uma visão considerada dualística de agricultura – ou uma política de focalização. Assim, o apoio à agricultura familiar ficou sob os auspícios do MDA e a agricultura intensiva ligada ao agronegócio ficou vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)²³ (SABOURIN, 2007). Sob o ponto de vista do Estado no Brasil na categoria de agricultura familiar incluem-se os assentados de Reforma Agrária.

Assim, Fernandes (2001) indica que o governo FHC mudou de estratégia e adotou como estratégia de coibir a ação dos Movimentos Sociais Rurais a repressão do Estado criminalizando a luta pela terra no país e desenvolvendo medidas políticas que visavam colocar na agenda da questão agrária do Brasil ações de cunho mercantilista. Assim, em 2001, foram criadas duas medidas provisórias naquele governo: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas. Além disso, nesse governo foi implantado o Banco da Terra, uma das políticas de crédito para a compra de terras e a criação de assentamentos.

Em relação à assistência técnica para os assentamentos o LUMIAR (Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária) foi uma política pública resultante das diversas lutas e mobilizações sociais empreendidas na primeira metade da década de 1990, por setores sociais organizados em sindicatos, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e Movimentos Sociais, no caso o MST. Em 1999 o Governo FHC lançou o programa “Novo Mundo Rural”, constituído por um conjunto de medidas e políticas públicas agrícolas e agrárias. Esse programa buscava dar respostas para a conjuntura política de intensas mobilizações e reivindicações dos Movimentos Sociais e sindicatos rurais da época, na tentativa de retomar o protagonismo, dividir as organizações de trabalhadores e neutralizar de alguma forma, inclusive as ações do MST.

Conforme Resende e Mendonça (2005) o Projeto Novo Mundo Rural financiado pelo Banco Mundial foi centrado em três questões: o assentamento de famílias como uma política social compensatória; a “estadualização” das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”. Esse projeto teve

²³ Essa medida apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura com duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada [...] (SABOURIN, 2007, p. 718).

como principais programas o Cédula da Terra, o Banco da Terra, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos.

Entre o final de 1999 e início de 2000, após denúncias de desvios de recursos públicos e de função das equipes locais (PIMENTEL, 2007, p.74 e GUANZIROLI, 2001), o LUMIAR foi extinto²⁴. A indefinição quanto aos prestadores de assistência técnica para os assentamentos fez com que muitas Superintendências Regionais do INCRA recorressem às Empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na tentativa de resolver esse impasse. O Projeto LUMIAR foi uma das iniciativas do Programa Novo Mundo Rural e ocorreu no período em que o MST adotava como modelo de produção as CPAs.

Diante da conjuntura política gerada no governo Collor e FHC (1990 - 1998) é importante considerar que o Estado brasileiro teve participação ativa como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, além do fomento em assistência técnica. Assim, as políticas governamentais de crédito foram estruturantes na implantação das cooperativas almeçadas pelo MST (BORGES, 2007).

Nesse sentido, em Medeiros e Leite (2004), está ressaltada a significativa importância do acesso as Políticas Públicas pelos assentados para a viabilização socioeconômica e produção agropecuária nos assentamentos de reforma agrária. Mediante o conjunto de medidas governamentais, os agricultores assentados tendencialmente entraram em contato com situações sociais até então inéditas. Entre as mais notórias estão as de acesso ao crédito monetário como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os serviços de assessoramento técnico, energia elétrica, água potável, entre outros.

Sob essa perspectiva, Oliveira (1994), analisando as propostas das cooperativas agrícolas, percebeu dificuldades para os assentados. Apontou que a especialização produtiva e do trabalho a qual estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, poderia significar a entrada das famílias assentadas e assentados nas conturbações monetárias da estrutura bancária (créditos, PRONAF e empréstimos) para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de viabilizar a produção e a comercialização de seus produtos.

Em consonância com esse conjunto de fatores está a pressão exercida pelo setor do agronegócio junto à questão da Reforma Agrária. Tal processo ocorreu sob a forma de pressão política exercida pelos representantes deste setor junto à bancada Ruralista no Congresso

²⁴ A literatura pesquisada não é precisa quanto ao mês do ano em que o LUMIAR foi extinto, provavelmente, devido aos autores utilizarem manifestações governamentais diferentes. Por exemplo, para Peixoto (2002: 167) foi em novembro de 1999 o mês da “suspensão” do LUMIAR, já para Guanzirolí et al. (2003, p. 10) foi em junho de 2000 que “o governo encerrou as atividades do Projeto”.

Nacional, ou seja, pela disputa e concentração da maioria dos recursos agrícolas, repressão a ocupação de latifúndios por meio da polícia e milícias rurais armadas, por exemplo. Mediante essa disputa ocorreu a difusão dos preceitos de um modelo agrícola baseado na monocultura, a utilização de insumos químicos, sementes transgênicas no qual os sujeitos aliados à cadeia econômica do agronegócio enunciam em seu discurso a defesa de uma agricultura de cunho modernizante, eficiente e de resultados produtivos em larga e alta escala. Cabe citar a incidência e a influência dos ruralistas junto à mídia desde a realização da compra de espaços comerciais, até a efetivação de alianças e conchavos políticos junto aos meios de comunicação. Isto cria um imaginário de criminalização das ações dos Movimentos Sociais (rádios, televisão, jornais e revistas). Considerando este aspecto e o conjunto de relações sociais as quais o MST estabelece com os ruralistas, pode-se dizer que são mais um sujeito a enunciar uma discursividade em relação ao Movimento e a Reforma Agrária. Geralmente esta discursividade enunciada tem como conteúdo o questionamento constante da viabilidade econômica e da produção agrícola dos assentamentos de Reforma Agrária e a criminalização das ações dos Movimentos Sociais Rurais.

A presença crescente do agronegócio na pauta de exportações do Brasil, conforme Schlesinger (2006), e a necessidade de geração de saldos comerciais positivos, face às dificuldades decorrentes do endividamento e o aumento das exportações são enunciadas no discurso dos Ruralistas e em diversos setores do Estado como sendo a principal mola propulsora do desenvolvimento no país. Assim, com esse pretexto o agronegócio tem um grande estímulo governamental para que ocorra o crescimento das suas atividades. Parte significativa do PIB transformou-se em apoio às atividades do agronegócio, sob as mais variadas formas: construção de infra-estrutura (estradas, hidrovias, portos), perdão de dívidas, isenções fiscais e muitas outras.

Durante a década de 1990, no governo FHC, houve ainda a atuação da mídia em consonância com o Estado durante. Este fato pôde ser percebido, conforme Comparato (2001), em especial após a mudança de postura daquele governo diante do MST, após o massacre de Eldorado dos Carajás²⁵. O Governo (FHC) começou a atuar a partir de uma tentativa de coordenar as áreas destinadas à Reforma Agrária como estratégia de enfrentamento ao Movimento. O objetivo do governo era impedir a ação e a visibilidade do MST que ocorria por

²⁵ O Massacre de Eldorado dos Carajás foi um acontecimento de repercussão internacional no qual ocorreu a morte de dezenove sem-terra em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará.

meio da ocupação de prédios públicos, como por exemplo, nas sedes do INCRA, também por meio de manifestações nas grandes cidades, da interrupção de passagem nas rodovias federais, da ocupação de fazendas e a formação de acampamentos, sendo estas últimas ações preferenciais dos sem-terra, naquele período.

Uma das maiores expressões da ação do MST durante o governo FHC aconteceu no início de 1997, quando o MST, mobilizou-se no país com uma marcha que culminou em um grande ato político em Brasília, no mês de abril daquele ano. Assim, pode-se observar a influência da mídia na formação da memória discursiva em relação ao MST (Figura 01). O MST organizou-se por meio do apoio recebido por diversos setores da sociedade naquela época, pois enunciava um discurso com pautas mais abrangentes e buscando dialogar com outros segmentos sociais, mesmo em um período de forte repressão e ação do Estado perante as ações Movimento. Segue abaixo uma determinada análise da conjuntura por parte do MST naquela época

Nos forjamos, portanto, dentro deste princípio de solidariedade. Compreendendo que a Reforma Agrária não é uma luta por benefícios apenas para os camponeses, mas uma forma de melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores. Expressamos esta idéia em nosso III Congresso (1995), com a palavra de ordem “Reforma Agrária. Uma luta de todos”. E com estes lutadores e lutadoras do povo, compreendemos que a Reforma Agrária não poderia ser uma política isolada das demais transformações que o povo brasileiro necessita. Que era necessário construir um Projeto Popular para o Brasil. E que nossa contribuição para este país mais justo e soberano estava nas declarações do nosso Congresso seguinte, “Reforma Agrária. Por um Brasil sem Latifúndio” (MST, 2000).

Na medida em que o MST ganhou força no cenário nacional, reivindicando os seus direitos, segundo Souza e Júnior (2002) a grande imprensa atuou de forma ambígua, pois proporcionou visibilidade ao Movimento, mas por outro lado desvirtuou os seus objetivos junto à opinião pública pela forma como divulgou suas ações. A função desempenhada pela imprensa contribuiu para reforçar a enunciação de um discurso relativo ao radicalismo do Movimento e com isso uma suposta inviabilidade da luta acerca da Reforma Agrária. Assim, o MST foi exposto pela imprensa nacional, ora como Movimento de reivindicação, ora como “marginal” o qual agregava um “bando de desordeiros”. Portanto, por parte da mídia e dos sujeitos vinculados ao agronegócio ficou clara a tentativa destes de homogeneizar os sentidos da formação de um discurso relativo à situação agrária do país e a formação de opinião em relação ao MST, mediante seus preceitos ideológicos e o lugar que ocupam na sociedade.

Cabe ressaltar que a memória social coletiva é ligada ao plano do campo social, das experiências vividas pelos sujeitos e a memória discursiva é vinculada a documentos, fatos históricos e publicações acadêmicas relativas ao MST, por exemplo. A memória discursiva

faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa e interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. No entanto, esta regularização discursiva é suscetível de ser desconstruída diante de novos acontecimentos. Assim, sempre há um jogo de força na memória sob o jogo da interpretação dos acontecimentos, no qual busca-se manter a regularização dos enunciados, mas em relação ao possivelmente implícito (MENDONÇA, 2004).

Perante esse contexto no qual interagiram esse conjunto de sujeitos em que ocorreram diversas discursividades em relação ao MST e ao tema da Reforma Agrária pode-se considerar que estes influenciam a formação da opinião pública e, em grande medida, a formação de uma memória discursiva em relação ao MST tanto nas esferas externas (sociedade em geral), como internas do Movimento (assentamentos, cooperativas, dentre outras).



Fonte: Revista Veja n.º 24, 1997.



Fonte: Revista Veja n.º, 2000.

Figura 01. Capas da revista Veja. Demonstração de uma das facetas da mídia naquele período em relação ao seu discurso sobre o MST.

Esta parte do capítulo teve como proposta demonstrar que as formas de atuação e discursividades dos sujeitos atuantes em relação ao MST podem influenciar na constituição de um discurso no MST, porém, sem detalhar a ação específica de cada um. Assim, cabe demonstrar que o discurso da Agroecologia no MST, tem influência e é determinado pelo contexto sociohistórico e pela interpelação ideológica vivida por um sujeito discursivo conforme a posição ocupada por este no Movimento, como assentado, técnico ou dirigente.

Dessa forma, ao resgatar traços, formas e marcas discursivas de cada sujeito que interagiu em algum campo político e enunciou um discurso em relação ao MST pode ser possível, além de reconstituir a história e a formação de uma memória discursiva relativa ao Movimento, compreender os sentidos e os rumos que a constituição de um discurso, como o da Agroecologia, por exemplo, assume atualmente.

1.2 As CPAs Entre os Sujeitos Assentados e Dirigentes do MST: a Constituição da Suposta “Crise”

Dependendo dos sujeitos que interagem nos assentamentos de Reforma Agrária, esse espaço em si, pode passar a ter vários significados, formas de vivência e propiciar a formação de um determinado discurso. Nesse sentido, Carvalho (1999) aponta que para as famílias assentadas este tende a ser um espaço em que se abrem possibilidades para a objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais pode ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo em um determinado imóvel rural adquirido pelo Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com a finalidade de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma Agrária.

Dentre algumas contradições e limitações ora criadas ou impostas aos modelos de produção adotados pelo MST perante determinado contexto social e político do país, a organização do trabalho nos assentamentos por meio das CPAs também encontrou resistência e gerou questionamentos junto às famílias acampadas e assentadas em relação aos seus costumes culturais e tradicionais. Em seu estudo Zimmerman (1994, p. 208), aponta que os assentados buscavam a “(...) efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra (...)” e, com isso, ter de alguma maneira sob seu controle a organização e os resultados da produção.

Nesse caminho, Scariot (2003, p. 71) aponta que “os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e redirecionamento nas estratégias de organização da produção, o que torna os espaços dinâmicos e ricos em possibilidades”. A partir disso é possível analisar que cada grupo social em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos no MST em relação às CPAs consolidou um tipo de conhecimento

prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social concreta na qual o Movimento age. Com isso, determinada posição de um movimento social, bem como suas estratégias de ação política junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política do MST, como da sua base social.

Outro fator apontado por Martins (2003) era a absorção, pelas CPAs, de pequenos grupos de famílias de trabalhadores rurais, sendo o modelo desenvolvido, uma forma de cooperação quase restrita aos assentados que apresentavam engajamento em relação ao processo constituído, não ampliando e atingindo, portanto, um número considerável de assentados no interior dos assentamentos do MST. Visando massificar a cooperação, indo além da cooperação em pequenos grupos, estimulou-se como prioridade no Movimento, a partir de 1994, a cooperação na prestação de serviços. Surgem assim as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) por meio do estímulo com recursos de crédito cooperativo relativos ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA).

Cabe destacar que este tipo de organização da produção em CPAs ainda resiste, sendo uma alternativa acionada em grupos de assentados ou em assentamentos pelo Brasil, tanto do ponto de vista econômico, como por razões político-ideológicas. Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, a gestão coletiva da produção agropecuária por meio das CPAs permitiu “juntar ou somar esforços de cada agricultor individual para fazer coisas em conjunto” (SCARIOT, 2003, p.58), revelando uma profunda crença na divisão social do trabalho como princípio organizacional da produção nos assentamentos.

No entanto, no decorrer deste processo pode ser percebido em um estudo (FAO/INCRA, 1998, p.40) que o modelo de produção e comercialização das CPAs

seja através da existência de grupos de produção ou de máquinas e equipamentos, ou pela gestão coletiva do uso das áreas, afetou positivamente os projetos de assentamentos. A organização diminuiu os custos, potencializou os recursos naturais, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos.

Nos assentamentos onde existe maior organização, foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados na pesquisa citada, onde havia falta de organização política, o processo resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como falta de organização produtiva. Se houvesse tal organização, esta poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e potencialização dos sistemas produtivos. Ou seja, a organização produtiva de

um assentamento é fator preponderante para torná-lo viável, juntamente com uma maior organização política a qual pressionou os governos diversas vezes em relação às demandas que um assentamento possa ter.

Contudo, ficou evidente, que a organização das cooperativas, associações, entre outras formas organizativas foram reconhecidas como importantes para viabilização dos assentamentos de reforma agrária, mas, por outro lado, percebeu-se as grandes dificuldades enfrentadas pelo modelo de CPAs e suas demandas operativas e econômicas em relação aos costumes e experiências dos assentados na sua forma de cultivar a produção agropecuária. Com isso, como alude Thompson (1987), percebeu-se que as contradições são inerentes ao movimento social, pois este é permeado por avanços e recuos, gerados não apenas pelas condições objetivas, materiais, mas também pelas condições subjetivas, pelas possibilidades históricas já construídas pelos trabalhadores e suas tradições em um contexto mobilizado politicamente pelo discurso da luta de classes.

Nesse sentido, alguns estudos de Scopinho e Martins (2003) descrevem que algumas formas de organização produtiva difundidas nos assentamentos de Reforma Agrária, como as CPAs, coordenados politicamente pelo MST enfrentaram duas ordens de dificuldades: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito insuficientes, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, estariam às dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados, relacionadas, segundo os autores, à “falta de formação cultural” para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo MST.

Da mesma forma, Ferrante (1994) identificou processos semelhantes, quando afirma que, no processo de luta pela terra, “todos os demandantes” se põem como iguais, mas isso não implicaria em “ver na terra o mesmo projeto”. Neste sentido, a (re) produção discursiva em relação a esses modelos de produção adotados pelo MST fez parte de tais situações de enfrentamentos e disputas por projetos e rumos no interior dos assentamentos, constituindo o conjunto de experiências vivenciadas neste campo social.

As CPAs ao serem propostas para o conjunto das famílias assentadas e ao serem efetivadas no interior de cada lote demonstraram dois principais equívocos, conforme Martins (2003, p. 178-179), que seriam:

compreender as mudanças sugeridas como um resgate de uma comunidade camponesa utópica, fechada em si mesma, auto-suficiente, buscando a restauração de uma dinâmica econômica, política e cultural interpretada como um retorno ao passado em que a produtividade do trabalho seria drasticamente reduzida e os avanços tecnológicos ignorados. O segundo equívoco seria apreender as referidas mudanças como uma tentativa de se manter competitivo nos mercados, o que

pressuporia a adoção de práticas produtivistas, demandadoras de capital e a manutenção da articulação com as agroindustriais processadoras e ou mesmo incorporar, nas mudanças propostas, a precarização do trabalho, como as concepções da multifuncionalidade do negócio familiar.

Neste aspecto, Scariot (2003) aborda que as trajetórias sociais dos trabalhadores rurais, anteriores ao assentamento, seriam marcadas por um valor/cultura gerado(a) no âmbito da unidade familiar de produção, calcada na propriedade privada da terra e nas decisões tomadas familiarmente, o que implicaria sérias dificuldades de adaptação às organizações coletivas, como aquelas pensadas pela direção do MST. Portanto, para Souza (2000), desenvolver a cooperação agrícola e a organização desta de forma coletiva nos assentamentos rurais se constituiu como um desafio, pois histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou pela família agricultora, ou mesmo a reproduzir os padrões ditados por cadeias agrícolas já determinadas, no tocante ao que e como produzir/comercializar. Então, torna-se compreensível no momento imediato da conquista da terra, a possibilidade dos assentados almejarem e enunciarem um discurso, bem como tomarem a decisão de perseguir o sucesso econômico nos moldes capitalistas, mesmo que isso seja contraditório aos princípios políticos e ideológicos do MST.

A vivência do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de uma significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e capacidade produtiva, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente de seu lote, do assentamento e da própria região. Nesta direção argumenta-se que as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção nos assentamentos de Reforma Agrária dirigidos politicamente pelo MST.

Em meio a esse conjunto de situações e sujeitos, cabe considerar o papel desempenhado e o discurso enunciado pela direção do Movimento. É importante ressaltar que dentro de uma perspectiva marxista-leninista (na qual a coordenação do MST demonstrava se apoiar), a forma como as tecnologias eram empregadas não eram consideradas como um problema em si. Assim, o que importava discutir, como aludem os estudos acadêmicos e técnicos desenvolvidos, bem como os materiais do MST na época, não era a própria tecnologia, mas o sistema social e econômico no qual ela se encontrava. Justificava-se dessa maneira, a utilização de um arranjo tecnológico na agricultura em bases “modernas”, o qual aumentasse a produção e a produtividade dentro dos assentamentos, uma vez idealizado que as cooperativas promoveriam o acesso aos meios de produção na sociedade e a divisão integral dos resultados obtidos entre os assentados (VÉRAS, 2005).

Para a coordenação do Movimento, na época, a produção do camponês por ser basicamente familiar e artesanal, em que se observa uma mínima divisão social do processo produtivo, era determinada um comportamento ideológico “reacionário, personalista e isolacionista” (MST, 1986), portanto, indesejável dentro dos assentamentos do MST, uma vez que desaparecia o processo produtivo que, teoricamente, deveria estar socialmente dividido. Conforme demonstra o depoimento de agricultores em dissertações, teses e na cartilha supracitada, os Laboratórios Organizacionais do Campo (LOC) se difundiram em diversos assentamentos do MST nesse período, antes do estímulo ao desenvolvimento das CPAs. Essa proposta de organização do campo foi elaborada por Clodomir de Moraes, segundo Borges (2007), um dos responsáveis no MST, durante os anos 1980, pela orientação teórica do cooperativismo, dos cursos de formação e laboratórios organizacionais. Sua contribuição possibilitou a construção da proposta cooperativista, baseada na mecanização, divisão do trabalho e produção em escala²⁶. Essa condição de trabalho e de vida seriam as bases de formação do operariado agrícola, sujeito da transformação social. Essa abordagem teórico-conceitual estaria calcada no pensamento de Kautsky (BORGES, 2007).

Dentre esse conjunto de fatores relativos ao MST e aos diversos sujeitos os quais atuavam em meio ao campo social da Reforma Agrária no Brasil na época, o modelo cooperativista e de coletivização no MST, bem como, a afirmação destes princípios organizativos entraram em evidente questionamento e crise, junto à base social do movimento em especial ao final dos anos 1990²⁷. As contradições sociais inerentes à implantação das cooperativas, o sistema de trabalho coletivo e o acirramento da oposição com o Estado provocaram um possível desgaste e descrédito do modelo adotado²⁸. Essa crise possibilitou que houvesse em meio ao Movimento um processo que proporcionou a ocorrência de avaliações e de mudanças importantes na orientação política, produção e comercialização da produção agropecuária do MST junto aos assentamentos rurais, as quais serão discutidas mais adiante neste capítulo (BORGES, 2007).

Em relação a estas descrições, fatos e contextos resgatados, mediações ideológicas e marcas discursivas em relação a aquele período, torna-se pertinente considerar as questões referentes ao modo de vida do assentado o qual, muitas vezes, fica refém da vida imediata à

²⁶ Ver mais em MST (1986).

²⁷ Essa crise foi evidenciada inclusive pelo próprio MST e por parte de estudos acadêmicos realizados por integrantes vinculados à direção do movimento, como na dissertação de mestrado de Martins (2003).

²⁸ Frente a esse contexto, cabe ressaltar, corroborando com Borges (2007), que o estado brasileiro pode ser considerado um dos agentes protagonistas dessa crise, pois como financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, uma vez que as políticas governamentais de crédito nos anos de 1990 foram estruturantes da implantação das cooperativas almejadas pelo MST.

qual corresponde a consciência sensível, cuja expressão empírica disso é o senso comum. Desse modo, em um país com um contexto rural hegemônico, em certa medida, por um sistema de produção agrícola agroexportador com base nos princípios do agronegócio, a pequena produção do agricultor tendencialmente fica subjugada ao capital, de uma forma ou outra (BERTERO, 2007). Isso se justifica pelo fato das experiências vivenciadas e as relações de produção estabelecidas pelos assentados não serem exteriores ao sistema e à estrutura social capitalista, no qual estão inseridos por diversas tramas sociais (meios de comunicação, acesso a serviços, políticas públicas, infra-estrutura, comércio, etc..).

No processo relativo ao modelo de produção e comercialização das CPAs nos assentamentos coordenados politicamente pelo MST, nos quais interagem diversos sujeitos discursivos, foi percebida a busca dos sujeitos em atuar e enunciar discursividades na construção de uma memória discursiva²⁹, (re) significando conceitos, silenciando acontecimentos, direcionando sentidos em relação ao MST e ao modelo de produção das CPAs nos assentamentos. Assim, dependendo da função e do espaço que o sujeito ocupa, bem como da sua forma de atuação no campo político das relações sociohistóricas que vive e é interpelado ideologicamente buscam e estabelecem um espaço para cumprir seu papel no jogo de forças dentre as relações de poder (BOURDIEU, 1989).

Pode-se também perceber movimentos diferenciados de constituição pela disputa na formação de determinada memória discursiva entre os diferentes sujeitos (assentados, técnicos e dirigentes) e os momentos históricos vivenciados em relação as CPAs no MST, assumindo posições discursivas ora concordantes ou discordantes de oposição ou apoio às diretrizes políticas do MST e ao sistema de produção em questão. Isso pôde ser evidenciado em relação ao próprio MST e à evolução histórica dos seus sistemas de produção em meio aos diferentes sujeitos constituintes desse processo. Na relação do Movimento com o Estado, mídia e os agentes ligados ao agronegócio também ocorreram diversas e convergentes movimentações no tocante à disputa de uma determinada memória e aos sentidos de um discurso referente à situação agrária do país, às ocupações de terra e ao estabelecimento de assentamentos no país junto à opinião pública e à sociedade.

Esta perspectiva e discurso da organização coletiva e das CPAs como modelo de produção nos assentamentos esteve apoiada em grande medida em argumentos de ordem

²⁹ “(...) a memória discursiva seria aquilo que em face de um texto surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÉCHEUX, 1990, p.52).

tecnológica e econômica, e com menor ênfase em aspectos sociais e de uma suposta moral ideológica do Movimento. No campo tecnológico, como alude Melgarejo (2000) o esforço contemplaria o fato de equacionar as necessidades e meios disponíveis para viabilizar as unidades produtivas, em função da inadequação do modelo preconizado pela chamada “modernização conservadora da agricultura”. Em termos econômicos, a organização coletiva permitiria acumulação de capital, superação das limitações de escala e redução dos custos de investimentos e também maior acesso ao crédito e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Portanto, as experiências das CPAs em assentamentos que não obtiveram um suposto êxito social e comercial dentre as expectativas do sistema capitalista, não significaram a inviabilidade do modelo em questão. Apenas relatam e problematizam acontecimentos comuns a muitos assentamentos nos quais a organização social e de produção eram centradas no modelo das CPAs e na coletivização. Acredita-se que o acontecimento dessa crise, na história do MST, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização sócio-culturais, políticas e econômicas dos assentados de Reforma Agrária representados politicamente por este Movimento.

1.3 A Chegada da Experiência da Agroecologia ao MST

A partir da crise do modelo coletivizador de organização social e cooperativista de produção e comercialização no MST, a Agroecologia vem sendo constantemente mencionada em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento pela necessidade de rumar para mais uma experiência sócioprodutiva que abranja as necessidades e a diversidade socioambiental dos assentamentos no Brasil. Dessa maneira, ao longo da história do MST é possível perceber e observar, conforme Vendramini (2007), que as ações do Movimento são produzidas em um emaranhado de relações sociais contraditórias entre si. Sob esse aspecto as propostas de produção do MST, mesmo a Agroecologia, constituem-se em um contexto conflituoso e permeado por dificuldades de viabilização socioeconômicas dos assentados nos assentamentos. Sob essa perspectiva, essa terceira parte do capítulo visa focar questões, fatos e sujeitos considerados relevantes, mediante pesquisa bibliográfica acadêmica, materiais

e documentos alusivos ao MST, que permitam problematizar as principais questões acerca da constituição do discurso da Agroecologia neste Movimento.

A constituição do discurso da Agroecologia no MST ocorre em um contexto sociohistórico vivenciado no Brasil, o qual é gerador de experiências em tecnologias sociais de caráter socioambiental tanto em âmbito urbano, quanto rural junto a sua população. Em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social (BORGES, 2007).

Em interface com esse modelo o qual também atinge assentamentos de Reforma Agrária, os agentes políticos como o MPA, a FETRAF, a CONTAG e o MST, entre outros, responsáveis por organizar e coordenar ações coletivas junto a trabalhadores rurais, especialmente nas áreas de assentamentos, têm colocado em suas agendas a necessidade de criação de novas tecnologias sociais, conforme Paiva, 2009. Dentre estas, estão as práticas agrícolas vinculadas ao debate ambiental e à sustentabilidade, consideradas como agroecológicas³⁰. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados Movimentos Sociais rurais, dentre eles o MST, incorporaram como uma das suas questões centrais temas relacionados a temática socioambiental, como, por exemplo, a preservação ambiental, a defesa da biodiversidade, culturas locais e a Agroecologia (PICCIN e PICOLOTTO, 2007).

Segundo Costa Neto e Canavesi (2002) *apud* Gliessman (2000), o termo Agroecologia foi utilizado pela primeira vez significando uma aproximação entre ecologia e agricultura. Ao longo do século XX esse conceito foi passando por diversos rearranjos e novas interpretações, desde um apelo mais voltado à “consciência ambiental”, passando pelo manejo de agroecossistemas até ser tratada como um paradigma socioambiental. Destacam-se nesse sentido os pesquisadores em Agroecologia, sociologia e estudos campestres da Universidade de Córdoba na Espanha.

Dessa forma, o surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações de reprodução/transformação das relações de produção sociais nas quais se dão os processos discursivos (PÊCHEUX, 1997). Assim, um discurso novo é constituído em meio às relações sociais e políticas mediante determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 1969).

³⁰ Nesse campo político, de constituição de pautas e temáticas em relação a esse caso existem outros movimentos sociais, tanto do ramo sindical e rural, associações, articulações e ONGs que também se destacam nesse processo, e que inclusive, na pertinência de haver uma rediscussão e redimensionamento dessa pesquisa, possam também ser enfocados ou considerados.

As condições de produção discursiva podem ser problematizadas na perspectiva do campo social em Bourdieu (1989), pois se considera que um determinado espaço é constituído a partir dos aspectos estruturais e das disposições dos sujeitos neste cenário. A quantidade e os tipos de capital acumulados³¹ pelos sujeitos serão responsáveis por informar suas posições no espaço social, o qual assume a forma específica de um *campo*. A caracterização do campo se dá por meio da definição do espaço social onde se encontram fixadas as posições, no qual os sujeitos situam-se e movimentam-se objetivando conquistas. Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos, neste caso o discurso da Agroecologia no MST. Para Bourdieu (1983, p. 94), o campo é definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os agentes em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. Esta visão estaria inter-relacionada entre estruturas, processos e valores que introduzem também o lugar da *experiência*, no qual o sujeito se insere e faz uma determinada história (THOMPSON, 1981). Sob essa perspectiva de análise pretende-se compreender como se constituiu o discurso da Agroecologia no MST.

Assim neste cenário, o papel desempenhado pelo Estado em relação ao tema socioambiental, como alude Ferreira (1998), no Brasil começa a destacar-se com a criação em 1974, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) pelo então presidente Ernesto Geisel, após a participação do Brasil na Conferência de Estocolmo – 1972 a partir da qual a pauta ambiental ganha atenção institucional junto ao Estado³². Conjuntamente com esse processo no Brasil, conforme Viola (2003), na fase considerada ambientalista, mesmo em período de ditadura militar, o movimento brasileiro considerado ecológico esteve constituído por dois movimentos paralelos e independentes entre si, sendo os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e o das comunidades alternativas rurais. Cabe considerar que tanto eventos em escala mundial organizados pela ONU em relação à temática ambiental, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 no Rio de Janeiro, quanto à pressão internacional de outros países influenciaram, em grande medida, a constituição de uma agenda ambiental no Brasil (VALADÃO e BRANDENBURG, 2009).

Em uma conjuntura mais atual, a partir do ano de 2003, com o início do Governo Lula as Políticas Públicas (PPs) para a agricultura passam por um processo de reorientação e

³¹ Em Bourdieu (1983) é possível compreender os diferentes capitais quanto à quantidade (capital global ou soma de capitais) e os tipos (capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico).

³² Conforme Viola (2003), com o objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais os quais exigiam a existência formal deste tipo de órgão, para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas.

aumento dos investimentos, de maneira que o governo sinaliza que as PPs atenderiam de forma mais específica as demandas dos agricultores familiares, assentados de Reforma Agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros. A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi um dos órgãos atuantes nesse cenário, no qual os agentes que o compuseram também passaram a influenciar os espaços e o campo político-institucional de constituição das PPs para este setor da população rural. A SAF em seus departamentos, no caso da DATER (Extensão Rural) foi composta por ex-dirigentes políticos da EMATER-RS³³, na qual se pode perceber a influência exercida no campo da institucionalidade para o debate da pauta da Agroecologia e das tecnologias de produção agrícola nessa linha, como a valorização dos produtos agrícolas considerados orgânicos junto as PPs de crédito e apoio a comercialização, por exemplo (ANA, 2007).

Um segundo aspecto a ser ressaltado é que nas fontes acadêmicas disponíveis, descreve-se que a perspectiva da Agroecologia passa a ser introduzida na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. Desse ano em diante, o discurso do MST intensificou seu conteúdo em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade (COSTA NETO e CANAVESI, 2002).

Porém as marcas discursivas em relação à temática ambiental no MST são evidenciadas já em 1992, quando junto com outros movimentos sindicais e sociais de esquerda não participa da ECO-92, pois estes consideravam que a reunião de Cúpula era um suposto jogo de cena, e que não havia uma preocupação efetiva com a questão ambiental. Paralelamente esses movimentos organizaram na cidade de Vitória (ES) um evento chamado de Conferência dos Povos. Esta conferência originou um documento o qual deveria balizar as ações dos agricultores assentados, inclusive os representados pelo MST. Nela foram apresentadas as principais idéias relativas ao “sistema de miséria, exploração e opressão existente nesses países [pobres] e sobre a destruição do meio ambiente”.

Em 1995 o MST passou a integrar a Via Campesina³⁴ cuja atuação ocorre de forma destacada em relação à agenda socioambiental e se propõe a cumprir um papel de aglutinação

³³ Um desses agentes seria Francisco Caporal, o qual já foi coordenador da EMATER-RS durante o governo Olívio Dutra. Neste período ocorreu o fomento, junto à entidade, da discussão e implementação da agroecologia como alternativa junto ao sistema de assistência técnica e extensão rural, também influenciando a constituição desse discurso junto à política estadual de Reforma Agrária no RS no período de 1998-2002.

³⁴ A Via Campesina é um movimento internacional criado em 1992, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas em cerca de 175 países da América, Ásia, África e Europa (FIAN; VIA CAMPESINA, 2004). Ainda, segundo Borrás (2004, p.3) a Vía Campesina se ha revelado como un actor principal en las actuales luchas populares internacionales contra el neoliberalismo que, entre otras cosas, exigen responsabilidades a las agencias intergubernamentales, se enfrentan y se oponen al control corporativo sobre los recursos naturales y la tecnología, y defienden la soberanía alimentaria. Además, ha contado con un papel destacado en campañas

dos Movimentos Sociais do campo no Brasil. A partir de 1999, ano em que a seção brasileira da Via Campesina foi formada, as pautas socioambientais passaram a ser debatidas de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações das entidades que compõem a Via Campesina no Brasil, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Diante disso o MST pronunciou como uma das prioridades deliberadas em seu 3º Congresso (MST, 2009):

Desafios que se apresentaram à nossa luta, nesse contexto histórico, nos empurraram para: [...] o fortalecimento e ampliação da nossa política relações internacionais – priorizando os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992, e da Via Campesina; [...]

Outro marco em relação a esse tema no MST foi a divulgação, em 1999 do Projeto de formação e educação ambiental e espera com isso na perspectiva de que adotaria “uma reforma agroecológica” em seis assentamentos do Rio de Janeiro, criando “um novo modelo de agricultura que seja produtivo socialmente, não excludente e que assegure a preservação ambiental” (MST, 2000. p.07)

Assim, a partir de 2000, o MST revela em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de uma transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de levar este novo discurso à sua base social, junto com outros diversos assuntos que merecem atenção como a violência no campo e o combate a política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Nesse evento, Borges (2007) descreve que foram construídas as novas bases da luta política e das práticas produtivas, voltadas essencialmente para a Agroecologia, a qual passou a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica.

Por último, em seu quinto Congresso Nacional realizado em 2007, o MST assumiu como um de seus compromissos:

de gran polémica política como, por ejemplo, las dirigidas contra la OMC, los gigantes corporativos mundiales como McDonalds, y los organismos modificados genéticamente (OMG) y las multinacionales que los fomentan, como Monsanto.

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2007).

Com isto, o MST se comprometeu em defender as sementes “crioulas” e a biodiversidade, incentivando as “práticas de Agroecologia” nos assentamentos. Ficava, porém, indicado que esse é um processo em construção, e que esse movimento social tenta se colocar como um sujeito que irá interagir nesse campo social (Piccin e Picolotto, 2007).

Nesse sentido, como aludem Costabeber³⁵ e Moyano (2000), a transição agroecológica nos mais diversos cenários está sendo impulsionada por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. A primeira representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. No caso do MST, essa mudança seria representada pela notória constituição de projetos e ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios; utilização de biofertilizantes; plantio de lavouras em cultivo direto; uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária, dentre outras. O segundo processo está associada à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de uma alternativa de desenvolvimento sob um determinado contexto local. Ações nesse sentido são sinalizadas pelo MST tais como: criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia; constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos; criação e fomento da BioNatur³⁶ (Figura 02); manifestações públicas questionando as ações das multinacionais do agronegócio; realização das Jornadas em Agroecologia; entre outras atividades. Nesse contexto, cabe considerar a influência e a ação dos mediadores técnicos, como por exemplo, ONGs nacionais e internacionais e a Via Campesina, e ainda, as políticas públicas e assistência levadas a cabo.

³⁵ Costabeber, um dos autores referenciados nessa problematização foi um dos coordenadores da EMATER no RS, juntamente com Francisco Caporal no período de 1998-2002.

³⁶ A BioNatur, segundo site da entidade, se constitui em um projeto estratégico para o MST e para inúmeras organizações de pequenos agricultores, constituindo uma rede nacional de produção e comercialização de sementes agroecológicas de hortaliças (BIONATUR, 2008)

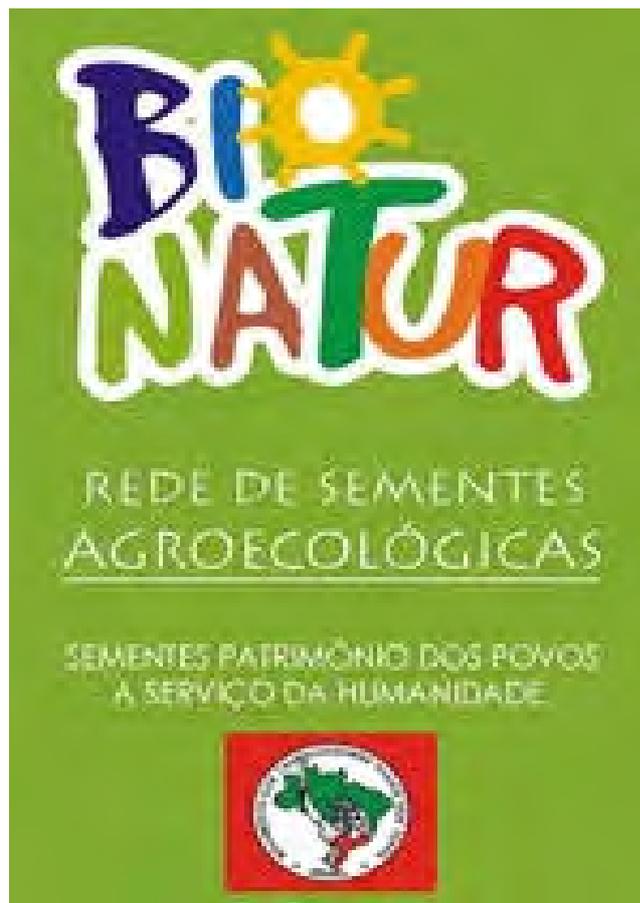


Figura 02. Ilustração de uma das propagandas da Bionatur, empresa vinculada ao MST (Fonte: BIONATUR, 2008).

Dessa forma, o MST estimula a Agroecologia nos assentamentos como mais uma alternativa de produção agropecuária e ambientalmente mais responsável e harmônica na relação assentado-ambiente. Isso pode ser percebido no discurso do MST em uma das edições do seu Jornal

Agroecologia: a construção de um novo modelo para o campo

Por uma alternativa agroecológica para o campo trabalhar a terra com respeito, sem o uso de agrotóxicos, preservando a natureza para as futuras gerações. Este é um dos princípios da produção agroecológica, uma alternativa concreta e viável ao modelo do agronegócio, que destrói o meio-ambiente e gera pobreza e violência para o campo. Atualmente existem várias iniciativas em todo o país que comprovam a eficiência deste sistema da produção. No Paraná, as 20 famílias do assentamento Santa Maria consolidaram a produção de cana-de-açúcar, onde produzem de 12 a 15 toneladas de açúcar mascavo por mês. A produção atende, além do comércio local, estados como RJ, MS e SP (JST, n.º 263, 2006. Grifos do texto).

As cartilhas e materiais de uso pedagógico nas escolas, centros de formação e eventos do MST também são veículos ou publicações nos quais a temática da Agroecologia tem espaço destacado, na informação/formação de estudantes, militantes e simpatizantes do

Movimento, bem como de suas próprias equipes de assistência técnica. Por meio destes materiais o MST visa proporcionar uma formação técnica e social direcionada aos preceitos da Agroecologia no discurso que enuncia aos seus técnicos, militantes, assentados e em relação a realidade dos assentamentos.

Esse discurso pôde ser captado em um de seus materiais denominado de a Cartilha da Biodiversidade

Para a organização desta um novo padrão produtivo deve-se desenvolver pesquisas e técnicas agroecológicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. Bem como utilizar manejos agroecológicos e desenvolver programas massivos de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país. Especializando quadros em diferentes áreas específicas do novo modelo tecnológico, com base na ciência agroecológica, visando à promoção de uma agricultura sustentável (CARTILHA DA BIODIVERSIDADE, 2005, p. 129).

Já o discurso em relação à proteção da biodiversidade e acerca das sementes crioulas (diretamente relacionado ao da Agroecologia para o MST) como patrimônio da humanidade ganhou repercussão internacional mediante à participação do Movimento junto à Via Campesina nas edições do Fórum Social Mundial (FSM), as quais ocorreram, em sua maioria no Brasil, desde 2001. Outros espaços e ações políticas nos quais o MST participou também foram importantes para a difusão do seu discurso acerca das pautas socioambientais e da Agroecologia. Mais uma participação importante nesse aspecto, dentre tantos outros eventos nos quais o MST esteve presente foi no Fórum das ONGs que aconteceu paralelamente à Conferência Mundial de Alimentação organizada pela FAO em 1996, tendo dentre seus objetivos de ação, difundir o seu debate acerca das questões ambientais junto com a Via Campesina.

Estes fatos evidenciaram que o discurso relativo à Agroecologia por parte do MST constituiu-se articulado com outras pautas socioambientais. Nesse aspecto não só no sentido de abranger e consolidar os sistemas de produção agropecuária junto aos assentamentos, mas também como uma das pautas políticas centrais do Movimento nos últimos tempos, na produção de um discurso e de uma simbologia, tanto para sua base social, Movimentos Sociais e entidades aliadas, como para o Estado e o conjunto da sociedade que acompanha suas mobilizações.

Atualmente, mais um evento no qual o MST destacou-se pela sua participação e que demonstrou mobilização política internacionalmente, bem como um discurso amplo relativo à

pauta ambiental, foi a Marcha Internacional contra o aquecimento Global em 2007, ocasião em que o Movimento vinculou em seu Jornal a seguinte informação

Mas não serão estas as soluções para a redução das emissões de carbono que estão destruindo nosso planeta. São oportunidades de negócio, que geram lucro para as grandes empresas, trazendo mais concentração de terra, exploração do trabalho e do meio ambiente nos países pobres. Para nós, do MST e Via Campesina, a luta contra o aquecimento global passa pela luta contra o agronegócio e as monoculturas, inclusive as de cana-de-açúcar e soja para a produção de agro-combustíveis. Empresas como a Aracruz Celulose, recebem dinheiro de créditos de carbono que são usados para expandir monoculturas que são socialmente e ambientalmente destrutivas.

No Brasil cabe ressaltar que o MST também participou, por meio de seus representantes, de diversos eventos e espaços políticos, tanto na esfera governamental, acadêmica como nos meios de comunicação enunciando seu discurso em relação às pautas socioambientais e da Agroecologia. Nesse sentido, um dos principais eventos dos quais o MST participou foram os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e a organização da Jornada de Agroecologia no estado do Paraná há quase nove anos, este junto a outros Movimentos Sociais vinculados a Via Campesina. Estes dois eventos foram divulgados como destaque em uma das edições do Jornal do MST

O mês de junho foi marcado por duas atividades que discutiram e mostraram as iniciativas concretas na produção agroecológica no Brasil. De 7 a 10 de junho, em Cascavel-PR, aconteceu a 5ª Jornada de Agroecologia, com a participação de cerca de cinco mil pessoas. Já de 2 a 6 de junho, em Recife-PE, mais de 1.500 pessoas estiveram presentes no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Promover a substituição da matriz de produção convencional em produção agroecológica, para preservar a biodiversidade e garantir a soberania alimentar foi a principal tese reafirmada pelas 18 organizações que compõem a 5ª Jornada de Agroecologia (JST, 2006).

Mais uma forma de mobilização política e enunciação de seu discurso realizada pelo Movimento acerca das pautas socioambientais, estão ocorrendo em locais onde as transnacionais vinculadas ao agronegócio estão territorializando e instalando suas plantas industriais e desenvolvendo seus sistemas de produção no Brasil. Dentre essas empresas as mais citadas em seu discurso e alvo de suas mobilizações e ações políticas são a Syngenta, Monsanto, Aracruz Celulose e a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce, após sua privatização em 1996.

Mediante a participação nestes eventos em escala nacional, internacional e em ações, atos e manifestações públicas foi percebida a influência e a incidência do discurso ambiental e agroecológico do MST, o qual foi enunciado de forma efusiva por seus dirigentes políticos³⁷.

Em alguns estudos que foram analisados durante a pesquisa bibliográfica para elaboração desta dissertação como (como COSTA NETO e CANAVESI, 2002; BORGES, 2007; PICCIN, 2007; VÉRAS, 2005; BARCELLOS, 2009) fica claro que para a base social do MST a pauta da Agroecologia é um discurso enunciado mediante disputas, conflitos e questionamentos no contexto do Movimento. Em outro estudo realizado por Gonçalves (2008) no estado do PR junto aos assentamentos no qual foi abordada a questão da Agroecologia, além de serem apresentados os assentamentos e os depoimentos de assentados que trabalham junto a práticas de manejo e cultivo nos preceitos da Agroecologia, foi constatada a existência de modos de cultivo e técnicas vinculadas à agricultura moderna ou convencional nos assentamentos.

Assim, segundo Gonçalves (2008, p. 264):

são assentamentos nos quais existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam, na unidade de produção, a Agroecologia, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais, baseados no padrão técnico produtivo da “Revolução Verde” e da agricultura transgênica. Nesses assentamentos, a realidade local é marcada pelos conflitos políticos e ideológicos entre os projetos defendidos pelo MST (a Agroecologia) e os assentados não-agroecológicos, que continuam produzindo no modelo convencional.

Essa relação entre sistemas de produção com práticas consideradas tradicionais e agroecológicas será explorada no decorrer desta dissertação, pois no assentamento Santa Rosa em Tupanciretã-RS, no qual foi realizada a pesquisa empírica para este estudo, foram encontradas evidências deste tipo de correlação entre os sistemas de produção dos assentados que desenvolvem a produção agropecuária em bases tecnológicas tanto nos preceitos da agroecológicos ou não-agroecológicos, ou até a produção conjunta destas. Assim, cabe verificar como essa relação entre os sistemas de produção influenciam a formação discursiva dos diferentes sujeitos do assentamento pesquisado e no contexto social do município onde está localizado.

Cabe também considerar, que a Agroecologia não é um modelo de produção constituído e pautado em oposição ao das CPAs. Durante os anos 1990 nos quais as CPAs estiveram em plena atividade e após consideradas como em crise, técnicas agropecuárias

³⁷ Isso pode ser perceptível devido ao fato dos dirigentes do Movimento deterem o que se chama de “liberação”, na qual recebem um certo apoio logístico e financeiro, para exercerem essa função de liderança, representação para participar destes atos e para mobilizarem e organizarem politicamente a base social.

alternativas e de manejo ambiental já eram debatidas e desenvolvidas no interior dos assentamentos e enunciadas no discurso do Movimento. Portanto não caberia denominar e analisar estes sistemas de produção como antagônicos e com condições de estruturação totalmente distintas nos assentamentos sob a coordenação do MST, mas sim como resultados de um processo com variadas ações e experiências produtivas simultâneas, em percurso tanto nos assentamentos, como para a base social do MST. Assim, apesar de descrever sujeitos e períodos similares na parte anterior deste capítulo referentes às CPAs, esta parte descreve acontecimentos históricos diferenciados, relativos à constituição de outras alternativas de produção, mas simultâneos. Essa divisão foi adotada para fins de contextualização e uma problematização mais focada na temática da Agroecologia.

Do mesmo modo, no aspecto acadêmico devem ser consideradas as contribuições dos pesquisadores e professores da Escola de Estudos Avançados em Campesinato – Córdoba/Espanha, as quais fomentam estudos e pesquisas no âmbito epistemológico-conceitual com foco na Agroecologia. Dessa forma, para situar conceitualmente esse processo é fundamental apresentar algumas considerações que permeiam uma análise mais abrangente em relação à Agroecologia.

Um modelo de produção que tenha em vista a questão socioambiental pode constituir sistemas de agricultura alternativa, potencializando a biodiversidade ecológica, a diversidade sociocultural e o desenvolvimento local das comunidades (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, 1996). A Agroecologia deve ser percebida nesse aspecto acadêmico também por meio destes sujeitos, pois estes compõem o campo político no qual se formou e constituiu o discurso adotado pelo MST.

Na problematização relativa à Agroecologia, levam-se em conta as contribuições de Eduardo Sevilla Guzmán³⁸ e Stephen Gliessman. Para esses estudiosos, a Agroecologia constitui-se como um campo de estudos que ambiciona um manejo ecológico dos recursos naturais e uma ação coletiva participativa capaz de reconduzir o eixo alterado da coevolução social e ecológica da sociedade. A Agroecologia surgiu como um enfoque novo para o desenvolvimento agrícola, sendo mais sensível às complexidades das agriculturas locais e ampliando os objetivos e critérios agrícolas, para abarcar prioridades como a sustentabilidade,

³⁸ Eduardo Sevilla Guzmán também já realizou trabalhos de assessoria e elaboração de publicações tanto para a Via Campesina quanto para o MST, em relação à temática do campesinato e agroecologia. Exemplo disso é a publicação “Sobre a evolução do conceito de campesinato” editada pela Expressão Popular (editora vinculada ao MST), no ano de 2005.

seguridade alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos com igualdade, junto com o objetivo de uma maior produção agrícola (ALTIERI, 1991).

A Agroecologia em Sevilla Guzmán (2005) é uma ciência que pode reforçar a resistência dos camponeses ao capital globalizado, sobretudo porque amplia a capacidade de integração entre produtores e consumidores, por meio de redes de comercialização e impedindo e atuando em contraposição da ampliação dos mecanismos a difusão da proposta de sistema alimentar proveniente das empresas do setor agroalimentário. Dentro dessa perspectiva conceitual de sustentabilidade, a mudança do modelo de agricultura moderna para diversificados estilos de agricultura sustentável está intimamente relacionada ao desenvolvimento de um tipo de nova ciência comprometida com princípios e práticas que visam à construção de um novo paradigma de produção agropecuária. Dentre essas perspectivas existem técnicas agropecuárias associadas à Agroecologia como a Biodinâmica, Homeopatia, Fitoterapia, agricultura orgânica, agricultura natural, Agricultura biológica e Permacultura.

Estes pressupostos e técnicas abarcariam fatores como a conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, são explorados conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Essa abordagem é configurada na ciência da Agroecologia que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Assim, Gliessman (2000) descreve que a Agroecologia proporciona a valorização do conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Mediante essa revisão bibliográfica de estudos e materiais relativos à Agroecologia no MST percebeu-se que esse discurso não se forma exclusivamente pelo MST ou somente junto à Via Campesina de forma isolada, uma vez que a Agroecologia tem uma estruturação interdiscursiva³⁹ na qual sujeitos/mediadores⁴⁰ interagem, disputam e influenciam politicamente a formação deste processo discursivo. Em meio a esse conjunto de inter-relações sociais e políticas que se constituem no MST, do discurso da Agroecologia associado ao socioambiental se conformam como um processo permeado por conflitos e divergências as quais perpassam a mediação desse discurso por parte dos sujeitos atuantes no movimento,

³⁹ O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva (ORLANDI, 1999).

⁴⁰ Esses sujeitos/mediadores seriam colaboradores políticos que fazem intermediações junto a governos, organizações do terceiro setor, que elaboram e fazem parceria junto a projetos para captação de recursos. São, geralmente, técnicos de extensão e assistência técnica rural que trabalham junto aos assentamentos, bem como, pessoas contratadas para prestação de serviços técnicos ao MST.

pelas entidades do terceiro setor (ONGs, Associações, entre outras), Universidades, Estado, instituições as quais também tem sujeitos que produzem discursividades em relação a esse discurso.

Portanto, as experiências acumuladas pelo MST em referência à Agroecologia e ao discurso nessa temática são oriundas de um interdiscurso com peculiaridades do Movimento, mesmo que provenientes de outros espaços e de diversas correntes de pensamento políticas e teóricas nacionais e internacionais. Como alude Rodrigues (2006), o conteúdo discursivo materializado (de forma pontual ou de forma geral) pelo MST tem como efeito, entre outros, estabelecer contato direto ou indireto com organizações da sociedade civil, do terceiro setor, partidos políticos, sindicatos, associações, Movimentos Sociais rurais e urbanos geral, entre outros.

A partir da experiência que os sujeitos do MST aqui enfocados tiveram em suas vidas e histórias, marcadas por conflitos e disputas, tornam-se agentes de lutas, conforme Vendramini (2002). Os seres sociais vivem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: essa experiência é determinante no sentido em que exerce pressões na consciência social existente, propondo novas questões, no caso o discurso e o modelo de produção da Agroecologia no MST. Diante deste aspecto é possível que se sobressaiam às ações políticas que determinaram a constituição do discurso da Agroecologia no MST tornando possível compreender por quais motivos este seguiu uma determinada direção, princípios e tendências nesse processo (THOMPSON, 1978). Sob essa perspectiva evidencia-se que os sujeitos no MST ao enunciarem o discurso da Agroecologia estão em determinadas posições sociais semelhantes ou distintas, subjetivando-se, de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso.

Assim, a partir deste entendimento buscou-se compreender a ação política e o discurso do MST não somente a partir das contradições estruturais as quais ele se insere, mas também foram consideradas estas ações a partir de “uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma ação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e de coerções” (MELUCCI, 1985, p. 793). A partir dessa compreensão visualizou-se que a base social do MST não é apenas composta por indivíduos meramente influenciáveis pela interpelação de diferentes fatores político-ideológicos, mas também e essencialmente é composta por sujeitos que são portadores de estratégias e iniciativas, de um discurso, valores e de uma formação sociohistórica as quais permitem entender suas ações e como realizam sua produção e reprodução social nesse contexto. Nesse aspecto o sujeito, para

constituir-se, submete-se à língua, ao simbólico, em conjunto com a história na produção de sentidos, do acontecimento e do simbólico (ORLANDI, 2001).

Outra variável possível de ser percebida é que o MST ao deliberar em seus espaços políticos e por meio da ação de sua base social em atuar e discursar acerca de pautas diferenciadas, como a da Agroecologia, abriu possibilidades de os sujeitos interagirem em outros espaços de relações sociais. Essa interação lhes proporcionou novas oportunidades de atuação política junto a uma gama maior de sujeitos que passaram ou ainda podem vir a apoiá-los. Enfim, essa perspectiva possibilita aos Movimentos Sociais estabelecerem ações e uma produção discursiva em todos os campos da política, tanto no âmbito simbólico⁴¹, como interativo, institucional e substantivo, catalisando para si um conjunto de oportunidades políticas junto às redes de sujeitos às quais se relacionam, mobilizando recursos de poder. A partir disto ocorreu no MST o que pode ser considerado como um processo de hibridação de múltiplos recursos materiais, discursivos, simbólicos e cognitivos (IBARRA et al, 2002).

Nesse aspecto pode-se perceber que o papel destes diversos sujeitos no MST é estabilizar sentidos e eliminar as diferenças existentes de interpretação de um discurso em muitas situações. Essa variabilidade de situações na constituição de um discurso, por meio de uma interpretação unívoca da realidade, pode ser percebida em todos os sujeitos e interpretações na constituição do discurso da Agroecologia no MST. Conforme Orlandi (2001) a determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos em um discurso tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas de suas atuações sociais.

Nesse tempo/espço material específico é possível observar que as diversas experiências dos assentados podem se entrecruzar, na consolidação e defesa de interesses e direitos, unindo fragmentos de antigas estruturas e expectativas em relação à Agroecologia enquanto atuação política, forma de viabilização socioeconômica e na enunciação de um discurso, como uma forma de expressão e manifestação social.

Pode-se perceber que o discurso da Agroecologia no MST não é apenas sustentado sob preceitos de preservação/preservacionista em relação ao meio- ambiente e aos sistemas de produção agropecuária. O MST ao enunciar esse discurso busca debater, junto com os seus apoiadores, uma pauta socioambiental mais ampla e assim busca discutir as suas diversas relações com o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e internacionalmente. Isto envolve, por exemplo, dentre diversas pautas, a questão da

⁴¹ O poder simbólico consiste, conforme Bourdieu (1989), no poder de construir a realidade, de impor princípios de visão, divisão, classificação do mundo social inclusive no caso de um discurso delegando ao seu detentor o uso dessas situações a partir de discursos legitimamente estabelecidos.

apropriação dos recursos naturais e territórios por parte das indústrias transnacionais instaladas no Brasil, inclusive as vinculadas ao agronegócio e denunciar o grande estímulo dado pelo Estado para o crescimento e estabelecimento econômico dessas empresas. Portanto não é um discurso que ao ser analisado sobre o contexto vivenciado pelo MST em uma esfera macrossocial tenha tendência a princípio a algum tipo de silenciamento em relação à temática ambiental/agroecológica e a desvinculação de suas pautas históricas, como o debate acerca da realidade agrária brasileira.

Já o Estado no Brasil transparece ter no atual governo ações políticas e um discurso dúbio, tanto sobre sua relação com o MST, como em relação a questão do debate acerca da Agroecologia. Isto pode ser percebido pelo montante assimétrico de recursos destinados ao fomento do agronegócio e da agricultura familiar, bem como o conjunto de ações em prol de um modelo de desenvolvimento agrícola nos preceitos da agricultura moderna ou convencional. Cabe também considerar as ações e os planos do governo que pautam a Agroecologia como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a linha do PRONAF-Agroecologia e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Assim, ao mesmo tempo em que é enunciado um discurso de apoio ao tema e à Reforma Agrária, também há ações do governo, em grande medida, de apoio e fomento ao agronegócio e à concentração da posse das terras agricultáveis do país para a expansão do agronegócio incentivada com recursos públicos.

Outra observação importante em relação à constituição do discurso da Agroecologia no MST são os contornos variados que este pode assumir em função do grupo social que irá enunciá-lo e de suas ações junto aos campos e espaços de representação política. Assim, uma proposta denominada agroecológica pode se caracterizar, segundo Coelho e Silveira (2009), tanto pela racionalização e substituição de insumos, quanto por uma proposição não apenas produtiva agrônômica, mas sim que busque agregar aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros (COELHO e SILVEIRA, 2009). Esses aspectos serão mais bem discutidos e problematizados ao longo deste trabalho em seus capítulos posteriores.

CAPÍTULO II

O DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST NO CONTEXTO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA

O objetivo deste capítulo é analisar a constituição do discurso da Agroecologia junto a um assentamento de Reforma Agrária sob a coordenação política do MST localizado no município de Tupanciretã no Estado do Rio Grande do Sul. A presente análise será realizada a partir de dados oriundos de observações junto ao assentamento, relatos e entrevistas de dirigentes, equipe de assistência técnica e assentados em relação ao tema.

Diante disto, este capítulo aborda, inicialmente, o contexto político do RS no período compreendido entre 1999-2002, no qual o assentamento foi estruturado. A estruturação desse assentamento ocorreu por meio de uma política pública fundiária estadual do referido período, intitulada de “Novo modelo de assentamento”. Dentre as premissas dessa política pública constava, como uma de suas diretrizes, o estímulo às práticas e técnicas de produção relacionadas à Agroecologia. Trazer tais aspectos à tona pode contribuir para à análise, pois esses fatores conjunturais influenciam e podem determinar, de uma certa forma, a constituição da rede discursiva em relação à Agroecologia no MST do RS e no Assentamento Santa Rosa.

Assim, buscou-se problematizar, por meio da contextualização no campo social no qual interagem esses sujeitos, seu conjunto de experiências e levar em consideração as falas enunciadas em relação à Agroecologia no MST. O assentamento Santa Rosa foi escolhido para entender a força do discurso da Agroecologia no MST, devido ao contexto político em que se deu sua constituição para abordar e ilustrar essa intenção de pesquisa, por razões as quais já foram devidamente descritas na introdução deste trabalho, e que serão mais detalhadas neste capítulo.

Na parte final deste capítulo serão problematizados formas e sentidos tomados pelo discurso agroecológico no MST, no contexto pesquisado. Sob essa perspectiva foram identificadas nuances e percepções da relação construída e estabelecida entre os diferentes sujeitos, mediante seus distintos modos de vivência (experiências) e sociabilidade (tensões e lutas constitutivas), produzidas e reproduzidas no interior dos assentamentos e em seus

contextos locais, como no município de Tupanciretã e no Assentamento Santa Rosa. Assim, a estruturação deste capítulo será feita a partir das seguintes partes: O contexto político no estado do RS e a rede discursiva acerca da questão agrária e da Agroecologia; Os sujeitos, as percepções e o discurso da Agroecologia no assentamento Santa Rosa; Os sentidos do discurso agroecológico do MST nesse contexto.

2.1 O Contexto Político no Estado do RS e a Rede Discursiva Acerca da Questão Agrária e da Agroecologia

Perante o cenário de estabelecimento dos assentamentos de Reforma Agrária na década de 1990, ou seja, a política agrária federal no Rio Grande do Sul, durante o governo FHC, acredita-se que seja preciso considerar fatos marcantes para conjuntura política estadual naquele período. Conforme Da Ros (2006), esses fatos seriam caracterizados pela necessidade da Superintendência Regional do INCRA no RS responder à demanda emergencial por terra, devido às pressões do MST, em um momento no qual o governo federal havia realizado cortes no orçamento da autarquia, assim prejudicando o cumprimento das metas anuais de assentamentos divulgadas publicamente. Ainda, nesse mesmo período, ocorreu a suspensão das vistorias no RS, em 1998, decorrente dos desdobramentos políticos produzidos pela reação do patronato rural, coordenado na sua maioria pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), no movimento intitulado como “vistoria zero”.

Entre os anos de 1999 a 2002, a política agrária federal no Rio Grande do Sul teve como uma das principais ações, segundo Da Ros (2006) o processo de descentralização operacional da política de reforma agrária. Essa ação foi objetivada em duas medidas importantes: a assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica com o governo estadual e a criação da Delegacia Regional da Reforma Agrária, ocorridas respectivamente, nos anos de 1999 e 2000. Com isso a criação dos assentamentos rurais passou a ocorrer mediante aquisições e desapropriações litigiosas e negociadas conjuntamente com o avanço do modelo de reforma agrária de mercado, materializada na implantação do Banco da Terra no estado.

A atenção da política agrária do Governo Federal na época junto ao Rio Grande do Sul, não era diferente da preconizada em âmbito nacional, conforme Da Ros (2006), pois pouco era anunciado ou sinalizado como e de que forma iria ocorrer o processo de Reforma Agrária por meio das políticas públicas viabilizadas no período.

Um dos sujeitos atuante nesse cenário foi a FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) fundada em 1927. Em 1929, por meio do Decreto 4.306, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, a FARSUL foi declarada entidade de utilidade pública por representar, segundo texto publicado em seu site, "a classe rural, um dos fatores preponderantes da vida econômica do Estado". No ano de 1960, a entidade afirma ter defrontado com as grandes mudanças pregadas e discutidas em âmbito nacional no período, pois, em sua interpretação, "vivia-se ante as ameaças de uma reforma agrária radical e socialista". No dia 26 de novembro de 1965 foi outorgada pelo Ministério do Trabalho a Carta Sindical cujo conteúdo transformou a Federação das Associações Rurais em Federação dos Sindicatos Rurais mantendo a sigla tradicional FARSUL, em vistas de enquadrar-se na legislação vigente na época. Suas ações em contraposição à Reforma Agrária e ao MST são históricas e são aliadas aos governos estaduais eleitos de 2003 até a atualidade.

Assim, acredita-se que esses breves dados históricos possam auxiliar a situar a posição discursiva da FARSUL como sujeito nesse contexto político descrito. Em Tupanciretã a FARSUL é representada pelo Sindicato Rural local o qual é composto, em sua maioria, por sojicultores. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, em um depoimento dado por um dos dirigentes da FARSUL no estado, e que também participa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

No RS só existem invasões pontuais. Durante os sucessivos governos de Antônio Britto (PMDB), Olívio Dutra (PT), Germano Rigotto (PMDB) e Yeda Crusius (PSDB) houve marchas e contra-marchas; no entanto, há 14 anos não existem propriedades invadidas no estado, pois a Justiça tem emitido regularmente mandatos de re-integração de posse e a Brigada Militar (BM) tem cumprido à risca os mandados. Certamente no governo petista de Olívio Dutra a BM não tinha a mesma liberdade de ação como antes e como nos dois últimos governos. Então, aqui no Sul o movimento tem sido de invade - mandado de reintegração - ação policial - desinvade.

Entrevista concedida ao periódico Mídia sem Máscaras em 2007.

Em 1998, ocorreu a eleição da coligação Frente Popular ao governo estadual no RS com um discurso político-ideológico nitidamente em oposição ao governo federal (FHC), pois indicava um alinhamento às reivindicações dos Movimentos Sociais e sindicais do campo, dentre estes o MST. Um dos maiores exemplos dessa atenção aos Movimentos Sociais no seu plano de governo foi ilustrado com o anúncio que a Frente Popular, por meio do governo estadual, iria assentar 10 mil famílias de agricultores sem-terra naquele período.

Uma das marcas do governo eleito em seu discurso era a necessidade da inclusão social dos segmentos historicamente marginalizados da sociedade. No contexto de constituição do Assentamento pesquisado, em 1998, cabe ressaltar o cenário político e com qual discurso este governo foi eleito para o estado e as suas propostas em relação ao tema agrário para o RS.

No âmbito das políticas agrícolas e agrárias, no programa de governo constava a importância histórica da agricultura familiar no RS e a centralidade da reforma agrária como uma das medidas preconizadas para o desenvolvimento rural. Em relação à efetivação da política estadual de reforma agrária apontou-se, no plano de governo, para a realização de ações em dois sentidos: a) a arrecadação de terras para a realização de assentamentos; b) a montagem das condições para que os assentados pudessem obter progresso econômico e social. Além disso, destacou-se a necessidade do governo estadual se aliar com os Movimentos Sociais do campo em vistas de pressionar a União a rever os índices de produtividade na época. Já no setor agrícola, em relação ao ramo agropecuário estavam previstas a reestruturação das instituições de pesquisa e extensão agropecuária, assim como, políticas de crédito voltadas para a construção de um modelo agrícola com bases na Agroecologia e na agricultura familiar que passaria a ser prioritário.

Isso pode ser evidenciado de modo explícito no Plano de Governo da Frente Popular, o qual considera que

A Reforma Agrária possui uma importância política muito grande. Por um lado, na conjuntura do último período a luta pela Reforma Agrária conseguiu aglutinar a oposição ao governo FHC, promovendo a retomada do movimento popular e sindical. Por outro, a Reforma Agrária possui o papel histórico de promover a democratização do acesso a terra, quebrando o poder político que a propriedade da terra confere a setores tradicionais (burguesia agrária) e modernos da sociedade brasileira (multinacionais, bancos, empresários urbanos).

A Reforma Agrária também possui uma grande importância no aspecto econômico-social, principalmente ao contribuir para promover o “rejuvenescimento” da agricultura familiar e a implantação de uma nova estrutura de produção para o campo.

Proposta de Governo da Frente Popular – Candidatura Olívio Dutra – 1998. Rio Grande do Sul. Pg. 53.

Nessa conjuntura e devido ao considerável apoio dos Movimentos Sociais rurais ocorreu a ocupação de cargos estratégicos no governo do Estado por integrantes desses movimentos, ou por pessoas a eles vinculadas, especialmente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, inclusive na formação do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo

(GRAC). Outro aspecto importante a ser destacado naquele governo foi sua disposição em tratar os conflitos fundiários no estado como uma questão política, não como caso de polícia, mantendo, assim uma relação de negociação e diálogo político durante as ocupações de terras junto aos Movimentos Sociais.

As mudanças nas diretrizes da política agrária do governo federal em consonância com a política agrária estadual em conjunto com os movimentos sindicais e sociais do campo, conforme Da Ros (2006), foram também importantes nesse período. Deve-se levar em conta, segundo o autor, que o Banco da Terra do governo federal foi o principal programa implementado pelo governo federal no Rio Grande do Sul, mesmo que rejeitado pelo MST e pelo governo estadual. Porém, no que se refere à política de descentralização preconizada pelo MDA na época, foi observada uma adesão parcial do governo estadual, mediante a assinatura de um convênio de cooperação técnica o qual possibilitou ambas as esferas governamentais à realização de aquisições de terras conjuntamente.

Para efeito de visualização e percepção, os dados em relação à atuação do Governo Federal e Estadual na época, em relação à questão agrária no RS estão expostos nos estudos de Carvalho (2002)

Quadro 01. Projetos de assentamentos (PAS) e famílias assentadas por ano e por fonte dos recursos governamentais no estado do Rio Grande do Sul no período de janeiro de 1999 a junho de 2002.

| GOVERNO ANO | GOVERNO FEDERAL | | GOVERNO ESTADUAL | | CONVÊNIO (GOV. FED.+GOV.EST.) | | |
|----------------|-----------------|------------|------------------|------------|----------------------------------|------------|--|
| | Nº DE PAs | Nº DE FAM. | Nº DE PAs | Nº DE FAM. | Nº DE PAs | Nº DE FAM. | |
| 1999 | 17 | 718 | 24 | 865 | – | – | |
| 2000 | 11 | 342 | 5 | 241 | 20 | 778 | |
| 2001 | – | – | 13 | 387 | 4 | 83 | |
| 2002 | – | – | 1 | 7 | – | – | |
| TOTAL PARCIAL | 28 | 1060 | 43 | 1500 | 24 | 861 | |
| TOTAL PAs | | | | | | 95 | |
| TOTAL FAM. | | | | | | 3421 | |

FONTE Carvalho (2002).

Outro marco em relação à política agrária no RS foi a realização, no ano de 2001, da I Conferência Estadual de Reforma Agrária, com o apoio do governo estadual. Nesse espaço político os agricultores assentados foram orientados a construir uma matriz produtiva agropecuária com base nos preceitos da Agroecologia, dentro dos acampamentos e nos

assentamentos do MST. Assim foi evidente que os assentamentos criados nesse período tiveram maior apoio do Estado, por meio de políticas de crédito, da assistência técnica oficial, com isso viabilizando uma maior ação política do Setor de Produção e Meio-ambiente do MST.

Já as ações do Estado no RS, na época, deram aporte às propostas agroecológicas com a criação de linhas de crédito e fomento junto à assistência técnica oficial por parte da EMATER aos agricultores, a partir do estímulo ao uso de práticas e tecnologias alternativas de produção. Nesse cenário político, constituíram-se muitos assentamentos de Reforma Agrária no RS criados a partir de uma proposta de política pública intitulada como “Novo Modelo de Assentamentos”, inclusive vários reconhecidos como assentamentos estaduais (VERAS, 2005).

Cabe considerar que na composição da coordenação e diretoria da EMATER – RS, durante este governo, os cargos foram ocupados por quadros os quais tinham em sua trajetória uma formação acadêmica de pós-graduação junto ao Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidad de Córdoba na Espanha. Assim nesse período passou a ser proposto para a Extensão Rural, por Caporal e Costa Beber (2000, p.4) como

uma nova Extensão Rural aqui definida como Extensão Rural Agroecológica, que constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde.

Mediante a exposição desses pressupostos durante aquele governo foi apontada qual seria a direção política e o modelo de desenvolvimento rural preconizado para o estado durante aquele período. Esta direção pode ser observada tanto pelas ações políticas como as de assistência técnica por parte da EMATER, inclusive com a realização de um seminário anual e a produção de diversos materiais de publicidade, como por exemplo, uma revista periódica com artigos acadêmicos, cartilhas de instrução técnica em relação à Agroecologia⁴².

Além dos sujeitos de Estado, tanto na esfera federal, quanto estadual, e dos Movimentos Sociais Rurais, outro sujeito que interagiu nesse campo social por meio de suas discursividades, foram os meios de comunicação. Dentre esses, os que mais se destacaram

⁴² O evento citado foi o Seminário Estadual sobre Agroecologia que está em sua décima edição e tem status internacional há cinco edições. Já o material publicado refere-se a Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, junto a outros materiais disponibilizados no site: www.emater.tche.br.

foram os veículos de comunicação pertencentes à subsidiária das Organizações Globo no RS, a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS) a qual é proprietária de um dos jornais locais mais reconhecidos no estado, o Zero Hora. No período aqui retratado, no qual ocorreu o Governo Olívio Dutra, segundo Da Ros (2006), geralmente o discurso desses meios de comunicação em relação às ocupações realizadas pelo MST eram enunciados alinhados político-ideologicamente com o da FARSUL e do Governo Federal. Tais notícias divulgadas geralmente envolviam o governo do RS, uma vez que era da competência deste o acionamento do aparato policial nas ações de reintegração de posse dos latifúndios ocupados e a manutenção da ordem pública, dentre outros impasses.

Recentemente esse alinhamento pôde ser evidenciado em matéria publicada em 09 de abril de 2009, no Jornal de N° 15933, referente a ação do Ministério Público no RS em relação ao MST,

A desistência do homem que enfrentava o MST

Pressões levam procurador Gilberto Thums a desistir de embate contra o movimento

Isolado no Ministério Público, criticado pela Igreja, questionado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo governo federal, pressionado pelos Movimentos Sociais, o procurador Gilberto Thums jogou a toalha em sua cruzada contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O procurador anunciou a saída de cena após ser constrangido, na terça-feira, em uma audiência pública na Assembléia Legislativa com a presença de 200 filhos de sem-terra. Os estudantes estavam no parlamento gaúcho para tentar reverter o fechamento das escolas itinerantes em acampamentos do movimento – uma das vitórias que Thums havia obtido contra o MST. Ao abraçar a causa contra o movimento, há nove meses, Thums não sabia, mas liderava o exército de um homem só. Abandonado, não resistiu às pressões de aliados de um movimento que ao longo das últimas três décadas arregimentou parceiros e amigos em diferentes setores da sociedade civil e do Estado brasileiro. Depois do encontro na Assembléia, Thums anunciou que se afasta de embates contra o movimento e admitiu que há possibilidade de rever o acordo que resultou na extinção das escolas. (Grifos do autor).

Justifica-se o destaque para esse período histórico por ser o momento no qual os sujeitos discursivos supracitados estavam imersos e atuantes neste contexto, os quais fizeram parte de um determinado campo social em âmbito estadual relacionado ao assentamento Santa Rosa e à apropriação do discurso da Agroecologia por parte do MST. Destacam-se também nesse período histórico o papel político e o discurso assumido por uma esfera do Estado e os sujeitos que o compunham, em relação às políticas agrárias e agrícolas com uma clara predileção pelo apoio a pequena agricultura. Em meio à realização destas políticas foi creditada à Reforma Agrária uma boa parcela de responsabilidade como um meio possível de desenvolvimento socioeconômico e a Agroecologia como uma alternativa de modelo para a produção agrícola.

Assim, o contexto político a ser destacado nesse período é o do Estado do RS como mais um dos sujeitos que em um determinado período histórico (1999-2002) assimilou e enunciou um discurso relativo à necessidade da reforma agrária e da Agroecologia como princípios balizadores de um plano de desenvolvimento do meio rural. Por meio desse conjunto de fatos e sujeitos atuantes este período ficou marcado por múltiplas discursividades de ruptura e desestabilização em relação ao discurso do Estado sobre a temática da Reforma Agrária e de um modelo agrícola pautado nos princípios da Agroecologia.

O discurso da reforma agrária estabelecido no estado perante essa conjuntura política acabaria por ser desestabilizado, pois aumentaram o número de ocupações, em relação aos governos anteriores e posteriores a esse, foi ampliada fortemente a pressão pela implementação dos assentamentos de Reforma Agrária. Deste modo, a partir de uma nova ação do Estado e de uma ação mais forte e organizada dos Movimentos Sociais do campo no RS, dentre estes o MST, evidenciou-se o grau de disputa por diferentes sentidos e significados de um discurso junto à sociedade gaúcha acerca dos modelos de produção agrícolas adotados.

O debate da Agroecologia foi tomado pelo MST no estado do RS em meio a esse cenário político, e desta forma também chegou no município de Tupanciretã e aos assentamentos lá localizados mediante suas peculiaridades regionais e locais em relação ao seu contexto social.

Dessa forma, buscou-se compreender os sujeitos e o cenário político, exterior ao assentamento, no qual foi enunciado e ocorreu a formação discursiva acerca da Agroecologia no MST. A descrição, nesse sentido, buscou os aspectos históricos os quais constituem os sentidos, tensões, contradições, equívocos, deslizamentos e a própria condição material de determinadas experiências e ideologias que constituem os sujeitos e o discurso que estes enunciam. Assim, optou-se por evidenciar alguns fatos marcantes e as diferentes posições sociais ocupadas pelos sujeitos no período em meio às disputas travadas historicamente no RS sobre a questão agrária e em meio a isso, à constituição do discurso da Agroecologia no MST.

2.1.1. O Município de Tupanciretã e o assentamento Santa Rosa

A pesquisa empírica foi realizada em um assentamento localizado em uma das regiões de maior densidade de assentamentos e assentados no RS, na região central do estado, no

município de Tupanciretã. No município existem dezessete assentamentos⁴³ dos quais onze assentamentos são considerados sob a coordenação do MST.

O assentamento pelo qual optou-se foi o Santa Rosa, sendo este um dos assentamentos estruturados durante o governo estadual de 1999-2002⁴⁴, pelo programa “novo modelo” de assentamentos. O assentamento foi formado ao final do ano de 1998, após a ocupação da área e o estabelecimento de um acampamento em 1996. Esse programa estadual de reforma agrária também tinha como uma de suas diretrizes estimular a Agroecologia como alternativa de modelo agrícola e proposta de sistema de produção para os assentamentos. A escolha do assentamento justifica-se por ser em Tupanciretã um dos locais onde, em pesquisa exploratória, foi observada a ocorrência de experiências, técnicas e tecnologias vinculadas aos preceitos da Agroecologia.



Figura 03: Foto captada durante o aniversário de 10 anos do assentamento Santa Rosa em pesquisa de campo. No ato havia diversos sujeitos políticos, como por exemplo, os assentados, técnicos da COPTEC, dirigentes do MST, o Prefeito e Vereadores de Tupanciretã, Deputado Estadual e Federal.

O município de Tupanciretã foi emancipado em 21 de dezembro de 1931 por decreto do então presidente na época, Getúlio Vargas. Para a constituição deste município ocorreu o

⁴³ Em relação a organização e coordenação política dos assentamentos de Reforma Agrária na região foi observada a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Municipais Sem Terra (MMST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

⁴⁴ Em 13/12/2008 durante a pesquisa de campo o assentamento completou 10 anos de fundação.

desmembramento dos municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos, pertencentes à microrregião centro ocidental Riograndense (FAMURS, 2009).

Tupanciretã destaca-se no RS por ter umas das maiores produções de Soja do estado, bem como um grande número de assentamentos de Reforma Agrária e de pequenas propriedades que são responsáveis pela diversificação da produção agrícola local, nas quais plantam soja, milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agropecuários, e que também ao longo dos anos foram intensificadas atividades agropecuárias como a leiteira, a piscicultura e a suinocultura.

Nesse contexto Tupanciretã é considerado como o município que detém a maior produtividade de soja do estado por hectare, com média de 40 sacas/ha (dados da Assessoria de Imprensa da EMATER, 2009) ⁴⁵. Ainda cabe destacar que em 2006, conforme dados da Federação de Economia do Rio Grande do Sul (FEE-RS), o município esteve entre os 10 maiores em produção de Valor Agregado Bruto (VAB) para a agropecuária no RS, conforme figura abaixo.



Tabela 7

Agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS – 2006

| Municípios | Agropecuária | | | | | Estrutura do Valor Adicionado Bruto (%) | | | Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$) | População | |
|-------------------|--------------|----------------------|------------------|--------|----------------------------|---|-----------|----------|---|------------|------------------|
| | (R\$ 1000) | Variação nominal (%) | Participação (%) | | Posição no Ranking em 2005 | Agropecuária | Indústria | Serviços | | Habitante | Participação (%) |
| | | | 2006 | 2005 | | | | | | | |
| Uruguaiana | 172.140 | 39,4 | 1,37 | 1,41 | 2º | 14,56 | 24,34 | 61,11 | 13.412 | 136.364 | 1,24 |
| Alegrete | 170.357 | 23,6 | 1,36 | 1,57 | 1º | 22,18 | 18,78 | 59,04 | 9.328 | 88.513 | 0,81 |
| Caxias do Sul | 150.509 | 27,2 | 1,20 | 1,35 | 3º | 2,04 | 42,02 | 55,94 | 20.923 | 412.053 | 3,76 |
| Itaqui | 144.616 | 36,6 | 1,15 | 1,21 | 5º | 28,52 | 26,37 | 45,11 | 12.714 | 42.842 | 0,39 |
| Venâncio Aires | 134.556 | 42,1 | 1,07 | 1,08 | 9º | 13,51 | 36,82 | 49,67 | 16.377 | 67.373 | 0,61 |
| Vacaria | 134.515 | 127,9 | 1,07 | 0,67 | 25º | 21,28 | 14,52 | 64,20 | 11.226 | 62.261 | 0,57 |
| Dom Pedrito | 134.399 | 15,0 | 1,07 | 1,33 | 4º | 33,22 | 14,43 | 52,35 | 10.123 | 42.151 | 0,38 |
| Tupanciretã | 122.326 | 270,2 | 0,97 | 0,38 | 61º | 37,80 | 5,66 | 56,54 | 15.698 | 22.123 | 0,20 |
| Cachoeira do Sul | 121.582 | 32,9 | 0,97 | 1,04 | 10º | 17,32 | 13,86 | 68,82 | 8.463 | 89.669 | 0,82 |
| Canguçu | 115.384 | 20,5 | 0,92 | 1,09 | 8º | 30,14 | 7,77 | 62,09 | 7.623 | 52.245 | 0,48 |
| Total | 1.400.384 | - | 11,14 | 11,14 | - | - | - | - | - | 1.015.594 | 9,26 |
| Rio Grande do Sul | 12.570.881 | 43,4 | 100,00 | 100,00 | - | 9,27 | 28,16 | 62,57 | 14.310 | 10.963.219 | 100,00 |

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

Figura 04: Tabela com índices de produção agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS-2006. Fonte: FEE, (2006).

⁴⁵ A região, a qual abrange os municípios de Tupanciretã, Jarí e Quevedos, possui uma área de 137 mil hectares cultivados com soja.



Figura 05: Fotografia captada na área rural de Tupanciretã. As lavouras de soja são paisagens comuns no município.

O município está localizado na região centro-oeste do estado do RS, com aproximadamente 22.556 habitantes, em 2007, segundo estimativa do IBGE (2006), dentre os quais, aproximadamente 5000 pessoas residem em área rural e dos quais 706 famílias (2600 habitantes) vivem em assentamentos rurais. Este dado representa que 57,63% da população rural do município reside em assentamentos de Reforma Agrária, conforme dados da EMATER (2001). No município estão instalados dezessete projetos de assentamentos, sendo 11 considerados sob coordenação política do MST⁴⁶, conforme figura abaixo.

⁴⁶ Elucidando a importância da região na formação do MST no RS, este assentamento constituiu-se como o primeiro assentamento do MST na região central do RS.

| Nome do Assentamento | Área (hectare) | Famílias | Ano de Fundação | Origem da Luta | Entidade Gestora |
|----------------------------|----------------|----------|-----------------|----------------|------------------|
| Nª Senhora Aparecida | 1.755,50 | 70 | 1986 | MST | RS*** |
| Nova Tupã | 444,90 | 43 | 1991 | MST | RS*** |
| Nª Senhora de Fátima | 1.776,80 | 74 | 1996 | MST | INCRA |
| Santa Rosa | 2.136,10 | 129 | 1998 | MST | INCRA |
| Invernada | 620,47 | 27 | 1998 | Municipários* | INCRA |
| São Francisco | 484,00 | 22 | 1999 | Municipários* | INCRA |
| Pôr do Sol | 1.013,23 | 42 | 2000 | MAB** | RS*** |
| Conquista da Esperança | 262,24 | 16 | 2000 | MST | RS*** |
| Nª Senhora da Conceição | 1.275,94 | 54 | 2000 | MST | RS*** |
| Nova Aliança | 1.153,92 | 70 | 2001 | MST | INCRA |
| São Domingos | 1.345,78 | 64 | 2001 | Municipários* | INCRA |
| Nova Várzea | 420,00 | 18 | 2001 | MST | INCRA |
| Cachoeira | 749,06 | 43 | 2001 | MAB** | RS** |
| Barrisul 1 | 143,00 | 06 | 2002 | MST | INCRA |
| Barrisul 2 | 100,00 | 06 | 2002 | MST | INCRA |
| Nova América | 51,24 | 13 | 2002 | Municipários* | RS*** |
| Nova Conquista-Mãe de Deus | 153,00 | 09 | 2002 | Municipários* | RS*** |
| TOTAL | 13.884,98 | 706 | | | |

Quadro 1-

Fonte: Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. (Coperterra)

* Municipários: Famílias do próprio Município organizadas na luta pela terra, sem nenhum vínculo com algum Movimento Social.

** MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens.

***RS: Refere-se como entidade gestora, o Governo Estadual.

Figura 06: Quadro com a lista de assentamentos com área, n.º de famílias, ano de fundação, origem da luta e entidade do Estado gestora. Fonte: Moreira e Medeiros (2009).

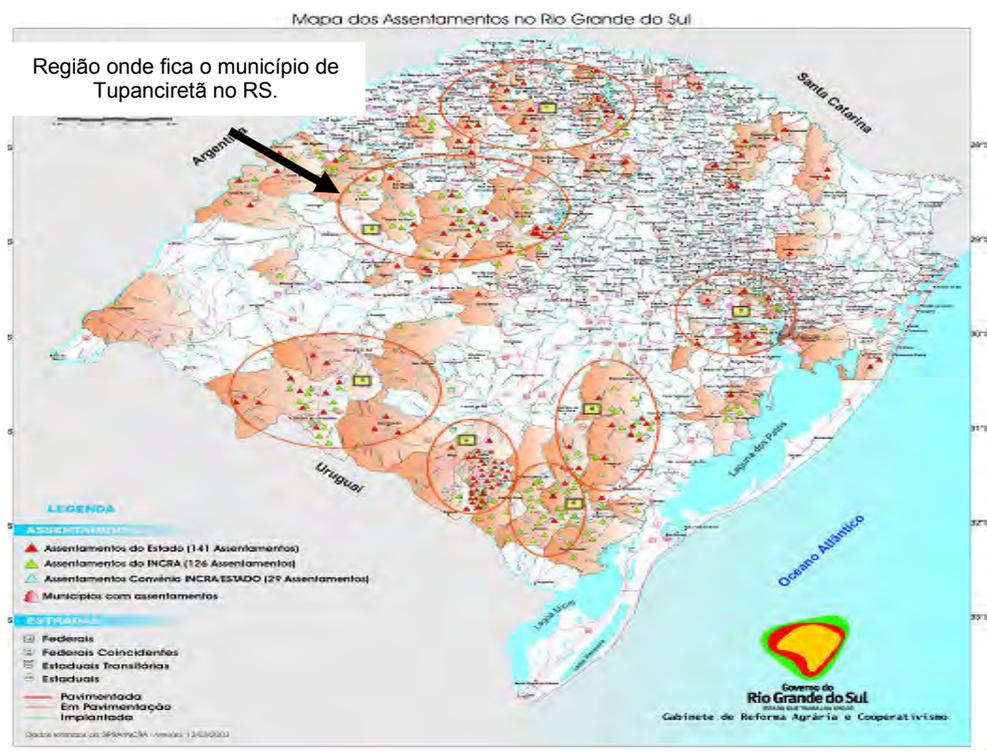


Figura 07: Mapa do RS com destaque para a localização dos assentamento implantados e sinalização da região em que se situa Tupanciretã. Fonte: Da Ros (2006).

No assentamento pesquisado, existem aproximadamente 129 famílias assentadas, com cerca de 370 habitantes. O assentamento tem 2200 hectares de terra, média de 15 hectares por lote/família. O assentamento Santa Rosa foi dividido em 4 bolsões, cada bolsão sendo uma comunidade (Bolsão 1, 2,3 e 4). Neste assentamento, segundo os assentados, as famílias são oriundas das mais diversas regiões do RS e de aproximadamente 50 municípios do estado. As fontes de pesquisa consultadas não oportunizavam em seu conjunto de dados uma especificação no aspecto supramencionado.



Figura 08: Fotografia da via de acesso ao assentamento Santa Rosa.

A atual conjuntura política do município apresenta uma determinada relação com a organização e o contingente populacional que habita os assentamentos sob a coordenação do MST. Esse fato pode ser demonstrado, por exemplo, pela composição do atual governo municipal no qual o prefeito eleito é do PMDB e o vice-prefeito do PT os quais tiveram apoio reconhecido por parte da maioria dos assentados, por intermédio dos dirigentes. Outro fato que realça este fato é que o secretário municipal de agricultura e uns dos vereadores eleitos na atual legislatura já foram assentados.

No município também se destacam as cooperativas, as quais agregam os agricultores a elas associados e são mobilizadoras de recursos financeiros na economia local. Em

Tupanciretã há duas cooperativas vinculadas aos sistemas de produção agropecuária dos assentamentos, considerados sob coordenação do MST. Uma delas é a Cooperativa Mãe Terra (COOPERTERRA) que é uma cooperativa de produção agropecuária formada em 2001, vinculada ao MST e possui cerca de 300 associados. Sua principal atividade é o apoio à produção de leite nos assentamentos (MDA, 2006). A cooperativa é dirigida e gerenciada pelos próprios assentados e as gestões tem sucessão bianual. A sua infraestrutura conta com uma agroindústria de armazenamento e distribuição de leite, um escritório administrativo e uma loja para a venda de produtos e utensílios agropecuários. O corpo técnico da cooperativa é composto por técnicos em agropecuária, um agrônomo e um Médico Veterinário os quais prestam assistência técnica.

Segundo Balen e Silveira (2005) com a estruturação da COOPERTERRA, muitos agricultores assentados tiveram a possibilidade de ter outra alternativa de produção agropecuária em relação ao monocultivo da soja, pois passaram a dispor de uma infraestrutura que garantiria a comercialização de outro produto, o leite.



Figura 09: Foto de uma das instalações da COOPERTERRA – Loja de produtos agropecuários.

Outra Cooperativa inserida neste contexto é a organizada pelos técnicos que atuam junto ao MST que é a COOPTEC – Cooperativa de Prestação de serviços Técnicos Ltda. A COOPTEC foi fundada em 1996, em meio à realização do Projeto LUMIAR, e tem como

finalidade principal desenvolver atividades de elaboração e coordenação de projetos de fomento técnico e crédito, bem como atividades cotidianas de assistência técnica. A COOPTEC em Tupanciretã realiza assistência junto aos sete assentamentos sob a coordenação política do MST. A cooperativa é atualmente composta por oito técnicos: um veterinário, um agrônomo, uma farmacêutica, uma técnica em enfermagem, uma professora formada no magistério, dois técnicos em agropecuária e um em Agroecologia, uma secretária e um historiador.

Por meio da COOPTEC são viabilizados e efetivados diversos convênios com entidades governamentais, principalmente junto ao INCRA, e não-governamentais os quais possibilitam apoio e fomento técnico, captação de recursos para viabilização de projetos junto aos assentamentos e para a realização das atividades técnicas por meio da aquisição de equipamentos para o seu corpo técnico.

Os sujeitos os quais compõem estas cooperativas foram observados e entrevistados no decorrer desta pesquisa. Assim, foi percebido que os mesmos ocupam papel de destaque como sujeitos atuantes e formadores de opinião junto aos assentados e a direção do MST, bem como na comunidade do município. Este reconhecimento e legitimidade das cooperativas justificam-se principalmente pelo auxílio na viabilização e escoamento da produção agropecuária dos assentados, e pela prestação de serviços técnicos nos assentamentos.

Cabe ainda destacar que existem algumas outras formas de atuação técnica que foram percebidas em conversas junto aos assentados e a direção do MST. Dentre elas, foram citadas algumas ações da EMBRAPA e ações de fiscalização e regularização de lotes esporádicas do INCRA. Há também nos assentamentos influência e intervenção das granjas as quais estimulam e auxiliam o escoamento da produção de soja no interior dos assentamentos. No assentamento Santa Rosa esta realidade também está presente.

2.2 Os Sujeitos, as Percepções e o Discurso da Agroecologia no Assentamento Santa Rosa

A realidade pesquisada, conforme já descrito anteriormente, apresenta uma série de aspectos sociais os quais podem possibilitar a observação e a compreensão do campo social e das experiências vivenciadas pelos sujeitos do MST junto à constituição e à enunciação do discurso da Agroecologia neste movimento. Os sujeitos enfocados nesta pesquisa são os

assentados, a equipe de assistência técnica vinculada a COOPTEC e os dirigentes locais do MST. Em meio ao campo social constituído em Tupanciretã onde os sujeitos atuam e enunciam o seu discurso em relação à Agroecologia foram captadas falas e depoimentos destes, os quais expuseram como compreendem o tema da Agroecologia e os sentidos que esse discurso assume no MST em um assentamento de Reforma Agrária.

Nesse sentido a percepção do assentado R. acerca da Agroecologia é

O que eu entendo por Agroecologia é a volta do agricultor ao seu passado mesmo né, porque o que aconteceu, foi se perdendo, foi sendo imposto por um modelo econômico, foi imposto e o agricultor foi se perdendo... foi se perdendo... sei lá, a criatividade de produção... por exemplo, hoje, aqui mesmo na propriedade do meu irmão, já se criou uma dependência do trator pra fazer aquilo ali, ah “não faço um pedacinho de nada se não for aquilo ali”. Eu acredito que essa dependência é tanto da questão da mão de obra, quanto da questão química mesmo... foi uma coisa imposta e a Agroecologia pra mim é uma volta as produção antiga né, ao processo produtivo anterior [...]

Já para o técnico RC. a Agroecologia é percebida como um sistema

[...] integrado dentro de uma unidade produtiva, e que seja capaz de gerenciar seus próprios recursos. Sem usar agrotóxicos, gerar insalubridade... Acho que a Agroecologia tem que atender esse requisito.

O depoimento do dirigente W. aponta para uma perspectiva mais voltada a preservação ambiental e dos recursos naturais, no qual ele diz entender

[...] que a Agroecologia é a preservação da natureza né, principalmente as nascentes de água né, as reservas florestais que a gente tem que preservar né. Eu acho que a natureza é muito importante. A Agroecologia na natureza, convivendo com a natureza e a Agroecologia todo mundo vai ter a subsistência né. Mesmo com a saúde, com as famílias e tudo mais né. Na conjuntura da organização né. Isso no assentamento é muito importante, que a gente mantenha a natureza e continue dando força pra Agroecologia.

Para o dirigente e assentado P. que há muitos anos ocupa esta posição junto ao MST no município de Tupanciretã a Agroecologia

Significa o que nós era no passado, o que era os agricultor no passado. Não usar o pacotão, não usar inseticidas. Pensar pra frente, coisa sadia. A produção de alimentos saudios, para tua família no começo. O que hoje temos muito é soja. Tem até no jardim isso. Agroecologia não é pensar em veneno. Pensar na tua subsistência em produzir alimentos saudios, essa é a primeira coisa.

Pode ser observado que a percepção do assentado e do técnico estaria associada a um conhecimento e uma experiência sobre a Agroecologia ligada às tradições e às vivências que estes tiveram em seu passado, junto aos familiares que eram agricultores, a partir de uma menor dependência de maquinário, insumos agroquímicos e de uma maior variedade na produção agropecuária. Para o dirigente o discurso da Agroecologia está associado à preservação dos recursos naturais e também à subsistência nos assentamentos de Reforma

Agrária. Essa percepção acerca da Agroecologia está muito associada as pautas políticas relativas a soberania alimentar e à questão da biodiversidade um discurso recorrente no MST e já apresentado no primeiro capítulo. Ambas as falas, de certa forma, têm muito mais pontos de encontro e de concordância e de um complementar ao outro em seu conteúdo, do que necessariamente contrariedades entre si, tanto na postura, quanto em seu conteúdo político.

Outro depoimento nesse aspecto foi o da técnica J. a qual compreende que a Agroecologia tem um sentido socioambiental e de estímulo as formas de organização política no movimento, além dos aspectos técnicos e produtivos acerca da agropecuária, pois seria

Bem mais que produzir orgânicos. Tem haver com toda a relação que tu estabelece com os outros seres independente de sua espécie. Essa é a dificuldade de estabelecer outra forma de relação. Outra coisa que a gente percebe, pregam outra produção, mas são isolados e não se organizam em redes.

Uma questão que chamou a atenção é a forma como os assentados, técnicos e dirigentes políticos estabeleceram contato com a temática da Agroecologia. Por esses depoimentos acredita-se que podem ser captadas marcas discursivas que remetem à experiência vivida anteriormente em relação à temática da Agroecologia. Isso pode ser observado no discurso do assentado R. no qual expõe que o seu contato com o tema foi por meio

Do estado... Foi uma base muito boa nessa questão da Agroecologia, que na verdade a escola por ser um ambiente familiar mesmo né, não era uma escola federal como onde eu conclui o ensino, era uma escola... E por ser uma escola assim em que os alunos faziam interferência na horta, fazia interferência ir lá tirar leite, já tinha esse processo agroecológico né. Lá foi o primeiro contato, daí depois eu vim pra Tupã, daí eu comecei a sair.

Já o técnico RC. entrou em contato com a temática quando

Comecei a ouvir desde o ensino médio, Agroecologia ela já vem sendo falada há muito tempo, dentro da universidade foi se aprofundando mais, mas desde que eu vou ao MST que a coisa se afinilou, mas aprender foi dentro do MST e é um assunto mais evidente... Todos os cursos que participei pelo MST têm uma direção a atender essas questões da Agroecologia, pois até trabalha com baixo custo e atende a realidade do assentado, pois tem pouco dinheiro.

Em meio a esse depoimento e de outros percebeu-se que os técnicos e alguns assentados desse assentamento entraram em contato com a temática e os preceitos da Agroecologia em espaços de formação educacional-técnica e junto à realidade social e política do movimento. Cabe ser considerado que além do conjunto de experiências vivenciadas e da formação discursiva destes sujeitos relativa à Agroecologia, ocorreu anteriormente à experiência junto ao MST e as vivências junto ao ensino oferecido pela rede

pública. Mas, sobretudo, demonstra-se que o contato com a proposta da Agroecologia ocorreu em grande medida ao vivenciá-la no movimento, o que em certa medida demonstra que o MST tem espaços de formação e a predisposição em seu contexto para o desenvolvimento do discurso e experiências junto a sua base social, pois estes sujeitos ao ingressarem no movimento mesmo com uma formação educacional e técnica voltada a formas produtivas convencionais e aos preceitos da revolução verde em agropecuária, também passaram por experiências, nesses espaços, vinculadas aos Movimentos Sociais e ao movimento estudantil, os quais proporcionaram uma sensibilização às questões e problemas de cunho social do país, como a questão agrária. Assim, da mesma forma que o movimento tem diversas influências discursivas acerca da Agroecologia, também o seu contexto e os sujeitos que interagem nesse movimento, enunciam e realizam um movimento discursivo no qual buscam delimitar e criar uma identidade própria que evidencie as particularidades desse discurso no MST.

Já para o dirigente W. o contato com a temática da Agroecologia foi estabelecido

A princípio já foi desde de família né, porque a gente preservou desde a iniciativa da família né. O pai sempre preservou e agente já tem essa maneira de trabalhar né. A gente procura mais preserva a natureza, as nascente de água né, porque é uma riqueza hoje nossa né e também procura não usar muito agrotóxico, essas coisa, a gente procura evitar...

Observou-se que tanto para alguns assentados em conversas realizadas durante a pesquisa, quanto para este dirigente, o contato com a Agroecologia está relacionado em suas falas às suas histórias e às experiências vivenciadas junto às tradições de cultivo agrícolas voltadas à pequena produção em família. Sob esta perspectiva, utilizavam técnicas e práticas mais associadas ao meio-ambiente e a uma produção considerada saudável, ou seja, sem utilização de agrotóxicos, características estas comumente associadas à Agroecologia.

Também percebeu-se a diferenciação não só em relação à formação técnica, mas também relativa à formação política entre os técnicos, em relação a assentados e dirigentes. Isto pode estar associado ao fato destes técnicos, em sua maioria, terem vivenciado em sua história a passagem por algum tipo de participação política junto ao Movimento Estudantil em sua formação profissional. Estas características expressas e percebidas com bastante frequência em suas falas os permitiram-lhes de alguma forma, ter uma vivência junto a outra rede discursiva e uma formação política diferenciada e suplementar à vivenciada junto ao MST, como no caso dos sujeitos assentados e dirigentes em relação a temática da Agroecologia.

Assim, na formação dessa rede discursiva em relação à Agroecologia o conjunto de experiências vivenciadas ao longo da história dos sujeitos aqui enfocados, a formação

recebida junto à vivenciada no MST, mas não necessariamente nas ações realizadas junto ao contexto vivenciado na realidade pesquisada, assumem destaque, certamente influenciando a formação e enunciação deste discurso. Portanto ao remeter-se à realidade do assentamento Santa Rosa a enunciação do discurso da Agroecologia, por parte dos sujeitos atuantes no MST, referente às questões relativas às tradições, a família e a formação escolar-acadêmica assumem relevância, comparadas as trajetórias de participação destes sujeitos junto ao MST. Essas experiências geralmente estão associadas à participação em cursos, eventos, à leitura de materiais de formação e a realidade vivida nos assentamentos, o que garante uma característica peculiar ao MST e ao discurso enunciado sobre a Agroecologia.

Do mesmo modo, os entrevistados, mesmo que não tenham uma intencionalidade explícita nesse sentido, produzem uma memória discursiva da Agroecologia e da questão ambiental aliada ao discurso nacional do MST, mediante o seu contexto de direção política, a conformação local estabelecida nos assentamentos e junto aos centros de formação educacional e política no RS.

Em relação a como os sujeitos percebiam as suas atuações e dos outros ao enunciarem o discurso e interagirem em relação à Agroecologia no assentamento Santa Rosa, assentados, técnicos e dirigentes expuseram suas opiniões, observações e críticas. Assim, para o assentado R. sua percepção seria

É que a questão é que nós temo o movimento dum lado, pregando a Agroecologia e nós temo o assentado tentando sobrevive. Essa é a principal coisa... Nós temo a base teórica no movimento e daí nós temo a realidade no assentado. Porque a gente chegar, falando como dirigente, chegar e impor uma coisa, tem que ver o contexto, ver o que tem por de trás né, tem toda uma sobrevivência... Tem gente que se adapta melhor, vai tentando trabalha nesse processo, não de rompimento, de transição, ajeitando um processo, aliás, tem aquela cultura, já vem oriunda da cultura de produção alternativa, tem sua junta de boi, e já tem essa cultura. E daí tem pessoas que não, que já vem de outro processo... Ah eu era trabalhador lá da granja, da fazenda, eu vou fazer daquele processo que eu sei né...

Para o dirigente W. as suas observações em relação aos assentados e técnicos apontam no sentido de que

A gente vê que o técnico tem várias atividades né, na região tem várias oficinas sobre isso, é colocado isso né. O que a gente sente um pouco... os assentados no geral né... tem vários desinteresse por isso né, dentro da nossa região que é uma grande região da monocultura da soja né... O pessoal de repente deixa de preservar a Agroecologia pra planta soja e a gente sabe que a cultura da soja destrói a natureza né, só a base de veneno e coisa né... mesmo que deu um grande avanço com esse negócio de plantio direto né mas hoje o veneno vai igual né. Mas eu acho que tem uns avanço, tem umas palestra que fazem, que os técnicos sempre fazem, a gente acompanha também na medida do possível né, mas eu acho que tem um pouco essa questão de que tem alguns obstáculo que a gente tem que vencer ainda, mas devagar a gente vai chegar lá.

Já o técnico R.C. percebe a atuação dos demais sujeitos dessa maneira

Acho que não existe na realidade dos assentados a Agroecologia, existem tratamentos alternativos, mas não tem Agroecologia pura aqui. O que se entende por Agroecologia é transição e ruptura, aqui não está em discussão nenhuma dessas duas coisas.

Na realidade do assentamento pesquisado em Tupanciretã o técnico ainda pondera que

Os dirigentes tem um distanciamento, a coisa é difícil. Ele (o assentado) no lote fica muito envolvido naquela coisa dele. A maioria do discurso acerca da Agroecologia que fomenta a produção é a equipe técnica.

A técnica J. também considera algumas questões de difícil concretização no debate relativo à Agroecologia no interior dos assentamentos

A gente hoje tem uma grande dificuldade em implementar algo na área da Agroecologia. A própria organização mesmo pensa em diversificar a produção, devido o avanço do agronegócio para dentro dos assentamentos. Práticas isoladas é mais tranquilo, mas questões gerais é mais complicado, tanto entre técnicos, dirigentes e assentados a dificuldade é maior ainda.

A percepção dos sujeitos em relação à atuação dos demais denota como a percepção de um sujeito está relacionada à ação do outro neste contexto, não ao discurso de cada um em si. Apesar de serem demonstradas pelos assentados, técnicos e dirigentes em suas falas as ações contraditórias às diretrizes políticas do MST realizadas no assentamento Santa Rosa. Estas contradições estariam associadas com a dificuldade do discurso ser enunciado e tornar-se uma ação política principalmente junto aos assentados em seus lotes, por parte de técnicos e dirigentes. Isso também pôde ser evidenciado não só no assentamento pesquisado, mas no conjunto de assentamentos de Reforma Agrária localizados no município que também foram observados.

Essa dificuldade apresentada pelos assentados em enunciar o discurso e atuar nos preceitos da Agroecologia estaria vinculada às dificuldades estabelecidas em sua realidade para viabilizar economicamente e ter uma produção agropecuária que proporcione a sobrevivência das famílias sobre os lotes de terra. Para os técnicos a contradição em enunciar o discurso e desenvolver ações sociais e técnicas junto aos assentamentos seria imposta pela dificuldade em realizar ações educativas de manejo, cultivo, sanidade e terapia agropecuárias nos preceitos da Agroecologia justificada, muitas vezes, pela pouca aceitabilidade dessas por parte dos assentados. A pouca aceitação dos assentados em relação às ações e práticas agroecológicas teria referência, segundo os técnicos e dirigentes, as dúvidas e desconfiças acerca da eficácia da Agroecologia em viabilizar a produção econômica dos lotes e a sobrevivência das famílias. Em relação aos dirigentes as suas dificuldades em enunciar o

discurso e ter uma ação cotidiana nos princípios da Agroecologia estariam vinculadas ao distanciamento do lote e com isso das práticas agropecuárias neste, devido a suas tarefas de coordenação política no MST, o que também o desvincula de debates mais constantes sobre a Agroecologia no MST.

Além destas percepções junto ao universo de pesquisa, houve depoimentos tanto dos assentados, como dos técnicos e dirigentes, acerca das ações sociais e técnicas associadas à Agroecologia no Assentamento Santa Rosa que corroboram nesse sentido. Exemplo disto é o depoimento do assentado R. que declara

O que acontece hoje é que as experiências de Agroecologia que dão certo no movimento é aquela que tem retorno financeiro... aqui no Santa Rosa mesmo é a questão da feira.

Durante as entrevistas foram captadas, em um discurso, algumas iniciativas relacionadas à Agroecologia, por membros integrantes da direção do MST. Segundo esse discurso, foram desenvolvidas, durante um longo período, experiências relacionadas à permacultura, agricultura orgânica e fitoterapia nos lotes onde residiam no assentamento Santa Rosa. Isso pode ser percebido na entrevista com um dos dirigentes do assentamento ao declarar que

Eu acho que aqui no Santa Rosa tem uma experiência que é no Instituto Padre Jovino né... que só teve ali... os freis ficaram seis anos ali, (...) onde tinha aquele bosque em roda da quadra ali, que tem em torno de 3 a 4 hec. que tem um projeto de preservação ali. Tem vários tipos de árvores né 300 e poucas espécies, daí a gente vê que a Agroecologia dá certo né... e que bom se nós conseguisse que todos os assentados tivessem um hec. , meio hec. de preservação né.

Os sujeitos do MST entrevistados no assentamento Santa Rosa foram indagados ainda acerca de quais seriam suas compreensões de como o discurso da Agroecologia no MST teria assumido uma identidade própria, ou uma espécie de marca característica de suas ações e do discurso em relação à Agroecologia para a sociedade e para os próprios integrantes do MST. Nas conversas e depoimentos realizados durante a observação e as entrevistas pelos sujeitos enfocados o que caracteriza e torna peculiar o discurso da Agroecologia no MST, para o assentado R. é a

Subsistência familiar, porque na verdade o caráter do MST ter incorporado a Agroecologia foi a subsistência familiar. É o processo de sobrevivência.

Já para o técnico R.C. uma característica que este discurso assume junto ao MST é que

A Agroecologia é uma liberdade, se livra da dependência aos insumos. É o auto-sustento.

O dirigente P. também ressalta que um dos aspectos que garantiria uma característica específica ao discurso da Agroecologia junto ao movimento e que seria diferencial em relação a esse discurso na sociedade atualmente é o seguinte

A primeira coisa hoje é que tá na moda é a questão econômica. E para o MST estamos discutindo sobrevivência. Mas a gente não quer ter escravidão com isso, uma agricultura atrasada. Falamos do passado como algo “sadio”.

Nos depoimentos dos assentados, técnicos e dirigentes em relação ao discurso da Agroecologia no MST observa-se que esse estaria associado à obtenção de alimentos, diversificação produtiva, soberania alimentar, independência dos produtores e, assim, a uma vida mais saudável. Porém, durante as conversas, depoimentos em entrevistas e observações no contexto pesquisado constatou-se que há uma dificuldade, de maneira geral, em viabilizar economicamente geral a produção agropecuária dos assentados.

Da mesma forma são indicadas essas divergências e pontos de desencontro na enunciação do discurso e da ação da base social sobre a Agroecologia no MST, observou-se que os mesmos argumentos utilizados para substanciar tal discurso, em âmbito geral pelo movimento, são os mesmos argumentos que não permitem a viabilização desse junto ao contexto do assentamento pesquisado. Isso, de certo modo, demonstra uma determinada desconexão e um movimento discursivo dos sujeitos do MST, pois há uma forma de atuação em espaços de representação e manifestação pública na sociedade, e uma que ocorre no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária onde a sua base social estaria desenvolvendo sua ação política e as estratégias necessárias para sua sobrevivência. Sobretudo os sujeitos do MST ao enunciarem esse discurso alegam que as experiências em Agroecologia que tem uma maior repercussão nos assentamentos estão associadas ao retorno econômico a ser obtido.

No assentamento estudado ocorre e está estabelecida uma realidade a qual não propicia ou estimula a enunciação do discurso e a adoção de práticas produtivas nos preceitos da Agroecologia. Isso ocorre em grande medida devido ao fato de que, em Tupanciretã, uma das atividades com destaque na comunidade local e com impacto na sua cadeia socioeconômica é majoritariamente o cultivo de soja. Com isso, a infraestrutura urbana, os meios de recepção e escoamento dessa produção estão baseados nesse mesmo tipo de produção agrícola. Isso não é diferente em relação à infraestrutura urbana e rural que está inter-relacionada com os assentamentos de Reforma Agrária do município.

Outra cadeia importante com reconhecimento social da comunidade percebida durante a pesquisa como uma atividade importante para a economia de Tupanciretã é a cadeia da produção de leite. Essa atividade pecuária ocorre e destaca-se nas pequenas propriedades e em

grande concentração nos assentamentos de Reforma Agrária do município. A COOPERTERRA, conforme já descrito, é uma das responsáveis pela compra e recolhimento da produção de leite da maioria dos assentamentos e junto a alguns pequenos produtores do município. Estima-se, segundo os técnicos que a cooperativa compra e recolhe cerca de 500 mil litros de leite por mês.

Segundo os levantamentos feitos pelos técnicos da COPTEC sobre os níveis de produção de leite, soja, ovelha, mel, gado nos assentamentos de Tupanciretã, a renda bruta gerada seria de R\$ 17,6 milhões anuais, no qual esse valor tende a ser gasto no comércio local. Inclusive, durante a realização das observações na pesquisa empírica foi notória a ocorrência de uma grande movimentação no comércio e nas agências bancárias locais no dia em que os assentados deslocaram-se ao centro de Tupanciretã para ir a COPERTERRA receber o pagamento referente ao leite vendido.

Em alguns lotes do assentamento Santa Rosa pôde ser observada a produção de soja de forma isolada por lote ou como produção integrada entre lotes vizinhos. A produção de soja transgênica ocorre nos assentamentos na maioria das vezes por intermediação da ação política e produtiva dos grandes produtores do município aliados ao agronegócio. Esta intermediação acontece na forma de auxílio tanto na produção, quanto no escoamento da produção no próprio lote do assentado. Outra forma que ocorre comumente é uma espécie de locação informal da área agricultável do lote para a produção de soja no qual o assentado é pago com uma porcentagem da produção colhida. Ainda, mais uma forma de acordo observado em Balen e Silveira (2005) em relação à realidade estudada nos assentamentos de reforma agrária em Tupanciretã é o fato das empresas locais financiarem as lavouras de muitos assentados, ou seja, fornecerem os insumos para o plantio de soja e estes pagarem na safra. Porém faz parte deste acordo comprar todos os insumos recomendados pela empresa e comercializarem a produção por meio da empresa.

Mais um aspecto que não predispõe à realização das práticas nos sistemas de cultivos nos preceitos da Agroecologia, que foi comentado em conversa por um assentado, é o maior dispêndio de tempo em mão-de-obra e esforço físico, o que supostamente não ocorre com a utilização de maquinaria agrícola.

Mesmo assim, os técnicos da COPTEC alegam que durante o trabalho técnico efetuado no cotidiano junto ao assentamento procura-se paulatinamente introduzir em suas atuações técnicas o manejo agropecuário para o tratamento e melhoramento das condições de vida dos animais vinculadas a fitoterapia, homeopatia, a redução do uso de fármacos

alopáticos dos grandes laboratórios e dos insumos agrícolas produzidos por transnacionais vinculadas ao agronegócio. As ações dos técnicos da COPTEC também estão relacionadas a participar e auxiliar em atividades as quais estimulam os assentados a participarem de feiras de comercialização; na organização do grupo de formação e debate das mulheres no qual são expostas pautas relativas à Agroecologia; criação de um banco de sementes crioulas para a preservação de sementes não-transgênicas; palestras de orientação em relação ao manejo sanitário do rebanho leiteiro evitando a utilização de antibióticos; estímulo à utilização do manejo do pastoreio, como o uso da técnica Voisin; dentre outras iniciativas orientadas às demandas dos assentados.



Figura 10: Fotografia do banco de sementes crioulas captada do escritório da COPTEC em Tupanciretã.

Nos lotes do assentamento Santa Rosa, pôde ser observada, em algumas visitas em meio à realização da pesquisa, a existência da produção de horticultura, fruticultura, lavouras de milho e mandioca, produção artesanal de biscoitos, pães e artesanatos, por parte de alguns assentados. Nestes também pôde ser observada a criação de animais como suinocultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite. Isso pode ser evidenciado inclusive na fala do assentado P.

Ele produz o alface, a melancia tudo no processo agroecológico e ele vende na feira. Aquilo que o movimento prega ele ta fazendo [...]... é o sonho do movimento, ele ta fazendo [...]

Assim, foi constatado que no assentamento Santa Rosa ocorrem por parte dos assentados, tanto experiências vividas em produção agropecuária associadas em algum grau ao discurso da Agroecologia, quanto a produção de soja transgênica. Portanto podem ser observadas e vivenciadas entre estes assentados múltiplas experiências produtivas e de práticas associadas a sua sobrevivência e não somente vinculadas a cadeia produtiva do monocultivo da soja.

2.3 Os Sentidos do Discurso Agroecológico do MST Nesse Contexto

Os sentidos do discurso da Agroecologia no MST referentes à produção agropecuária, modelo agrícola e desenvolvimento socioambiental junto aos sujeitos interpelados nessa pesquisa, ao enunciarem esse discurso desestabilizam e assim tensionam para sua ressignificação no interior dos assentamentos, mediante o cenário atual do meio rural no Brasil. O discurso da Agroecologia, pelo que pôde ser percebido, é enunciado pela base social do MST como um meio de contestação e questionamento de uma situação social muito presente no contexto dos assentamentos, que é o do avanço do agronegócio. Assim, o que se configura são duas movimentações discursivas distintas enunciadas nos assentamentos sob a coordenação do MST, que emergem de sujeitos com posições discursivas neste campo social e experimentam vivências diferenciadas os quais questionam-se, conflituam e buscam assim ressignificar o discurso da Agroecologia, mesmo frente ao contexto que é hegemônico pelo agronegócio.

Em relação ao assentamento Santa Rosa foi observado que é em meio ao contexto no qual está localizado que o discurso da Agroecologia se constitui em consonância com o cultivo da monocultura de soja, como em tantos outros assentamentos no Brasil tensionados pelos monocultivos do eucalipto e da cana de açúcar. Esta característica, entre tantas outras já consideradas evidencia a enunciação de um discurso relativo à Agroecologia que é formado e foi apropriado sob um contexto, tanto no meio rural brasileiro, como no assentamento onde se realizou a pesquisa empírica. Assim, considera-se que estes sofrem forte interpelação ideológica e cooptação socioeconômica por parte do modelo do agronegócio e de uma

agricultura baseada em princípios técnicos convencionais como os propagados pela Revolução Verde.

No entanto, cabe também considerar algumas questões relacionadas à conjuntura política municipal que, de certa forma, influenciam na formação discursiva acerca da Agroecologia no Assentamento Santa Rosa. A relação com a prefeitura municipal de Tupanciretã, conforme o que foi observado em pesquisa, no atual governo é cooperante aos assentamentos, pois ocorre um determinado estímulo e apoio à comercialização dos produtos agropecuários produzidos pelos assentados no município, a reparos das estradas e vias de ligação aos assentamentos. Mas nos discursos captados não houveram marcas discursivas em relação a sua cooperação para o estímulo dos preceitos da Agroecologia. Já a EMATER, INCRA, EMBRAPA, segundo os assentados, técnicos e dirigentes do MST, não participam ou influenciam de forma muito insipiente na formação discursiva acerca da temática da Agroecologia nesse contexto.

Em relação ao atual governo do estado não foram captadas marcas discursivas as quais apontassem alguma participação e estímulo direto na formação do processo discursivo da Agroecologia no assentamento pesquisado. Apenas houve menção por parte dos dirigentes ao governo realizado no período entre 1999-2002 no RS. Estas considerações feitas pelos dirigentes, mesmo que por simpatia ou afiliação partidária com este governo, reafirmam a ação política realizada por parte do Estado naquele período, em nível estadual no RS, no fomento, apoio e estímulo de um discurso relacionado a Agroecologia junto aos Assentamentos de Reforma Agrária constituídos no período, como foi o caso do Assentamento Santa Rosa.

Portanto, esses movimentos de formação discursiva, de constituição das experiências e dos papéis assumidos neste campo social, não podem ser compreendidos de forma separada, independente, mesmo que distintos. Assim, em Orlandi (2001) considera-se que deve ser levada em conta a complexidade do processo de interpelação e assujeitamento da base social do MST nos assentamentos e demais espaços de sociabilidade que estes ocupam, quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem e o discurso. Contudo, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência dos sujeitos não pode ser adiada ou suprimida somente pela interpelação ideológica estabelecida (THOMPSON, 1987).

Fica também claro que os sujeitos atuantes junto ao Assentamento Santa Rosa, em meio à realidade do município de Tupanciretã, quando enunciam o discurso da Agroecologia conota-se, em seu conteúdo, o questionamento e a resistência exercida e vivenciada em

relação ao discurso do agronegócio. Porém, também proporciona a estes ocuparem outros espaços sociais como a feira de comercialização de produtos considerados “orgânicos” ou coloniais⁴⁷ no município (Figura 11) e outras localidades⁴⁸, ou mesmo buscarem novas formas de financiamento para projetos de fomento da assistência técnica. Mesmo que assuma um enfoque de viés produtivista e tecnicista, sob determinados aspectos, foi observado que o discurso da Agroecologia no MST junto ao Assentamento Santa Rosa possibilita a reafirmação de novas formas de existência e de resistência na ordem política ao modelo agropecuário hegemônico no local. Portanto, o discurso da Agroecologia impõe-se nesse espaço como uma possibilidade da base social do MST mediante sua produção agropecuária de pequeno porte e com uma marca reconhecida como colonial, orgânica ou agroecológica, mesmo com limitações, em um contexto municipal e regional que não lhe parece ser próprio.



Figura 11: Fotografia da Feira conhecida como de Produtos Coloniais na qual os assentados expõem e comercializam sua produção. A feira também é conhecida pela comunidade como Feira de “Orgânicos”, Feira “Agroecológica” ou Feira “dos Sem Terra”.

⁴⁷ Produtos de origem vegetal ou animal produzidos de forma caseira, artesanal em instalações de pequeno porte em agroindústrias familiares, caseiras, artesanais e de produtos coloniais. Ver mais em Prezotto (1999).

⁴⁸ A COPTEC, segundo declarações do coordenador da equipe, tem estimulado e proporcionado a participação das famílias assentadas em Feiras em outros municípios, como a Feira da Economia Solidária do Mercosul que é realizada anualmente em Santa Maria – RS, por exemplo. No ano de 2008 esta participação da COPTEC no auxílio e participação das famílias assentadas em Feiras em outras localidades chegaram a três.

Desta forma, conforme Thompson (1987), a experiência destes sujeitos passa a ser determinada, em grande medida, pelas relações e posições de produção em que os homens nasceram ou ocuparam involuntariamente. Essas experiências vivenciadas pelos sujeitos que enunciam o discurso da Agroecologia no MST, no contexto estudado, aparecem muitas vezes não determinadas pelo contexto, mas pela formação política e técnica experienciadas no MST refletidas em seu teor discursivo.

Por conseguinte, percebeu-se que a constituição do discurso da Agroecologia no MST está também relacionado à defesa da soberania alimentar, diversificação da produção e o não uso de agrotóxicos nas plantações. Estes debates perpassam pela realidade, nas falas e na formação discursiva dos sujeitos nos assentamentos do município de Tupanciretã, bem como no assentamento estudado empiricamente, mesmo que com um contexto adverso a enunciação do discurso da Agroecologia.

A questão da soberania alimentar destaca-se na localidade pesquisada seja pelo contingente populacional de assentados que necessitam viabilizar-se socioeconomicamente, pelo potencial produtivo agropecuário que os assentamentos podem apresentar, pela grande produção leiteira existente, pela produção de alimentos hortícolas e de grãos. Ao enunciarem o discurso da Agroecologia os assentados, técnicos e dirigentes associam, em algum grau, estas produções à Agroecologia. Porém há também a participação dos assentados, não todos, na cadeia do agronegócio por meio da produção de soja no município, fato que também coloca em evidência os assentamentos em Tupanciretã junto à comunidade local.

Sob essa perspectiva pode ser percebido que o discurso da Agroecologia é enunciado neste assentamento associado aos modos de produção agropecuários possíveis de serem relacionados aos preceitos da Agroecologia⁴⁹, como algo contra-hegemônico e “alternativo”. Mas da mesma forma, segundo os sujeitos enfocados na pesquisa empírica, a produção agropecuária, praticada nos preceitos da Agroecologia unicamente não é capaz de viabilizar social e economicamente uma família assentada em um lote em Tupanciretã.

Nesse contexto complexo e repleto de diversas situações sociais em relação aos assentamentos e à base social do MST, o processo discursivo que ocorre e é enunciado nesses espaços significam o espaço do campo social estabelecido e, ao mesmo tempo, a si próprios. Sob essa perspectiva, a Agroecologia enquanto uma proposta de desenvolvimento

⁴⁹ Esses modos de produção a serem possivelmente relacionados a agroecologia seriam técnicas como a horticultura e a fruticultura orgânica, a utilização da homeopatia e da Fitoterapia no manejo agropecuário e alguns preceitos da permacultura para a projeção e construção de instalações junto aos lotes das famílias assentadas.

socioambiental e de produção agropecuária é uma possibilidade que está em construção, como um novo paradigma a ser proposto no contexto do desenvolvimento rural e agrário, e os assentamentos de Reforma Agrária podem ser possíveis espaços de materialização dessa proposta. Assim, nos assentamentos e nas localidades onde estes estão inseridos é possível encontrar grande parte da base social do MST, na qual a ordem discursiva da Agroecologia é construída pelo movimento, nesses espaços, em busca de uma estabilização e legitimidade, e a partir disto, almeja criar uma identidade junto a sua base social.

Como alude Bourdieu (1983), um campo social, como no Assentamento Santa Rosa localizado em Tupanciretã, também está permeado, dentre outras questões sociais, pela definição de objetos de disputas e interesses específicos. Para esta pesquisa, o objeto em disputa seriam os sentidos a serem assumidos na constituição do discurso da Agroecologia no MST e, como universo de pesquisa e verificação empírica o Assentamento Santa Rosa, o qual abarca dentre diferentes sujeitos, a base social do MST, sob distintas interpelações ideológicas vivenciadas no assentamento e no município de Tupanciretã.

Entretanto o que foi observado e constatado foi que o objeto em disputa seria a viabilização social e econômica das famílias assentadas mediante ao modelo hegemônico da produção de soja no município, associado ao discurso do agronegócio. A monocultura da soja acontece nos assentamentos aliada ou em concorrência com outra forma de produção agropecuária, também associada ou concorrendo com o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, que de certa forma também assumiu uma legitimidade social como fonte de lucratividade e renda. Assim o campo de disputa acerca de um discurso relativo a um modelo de desenvolvimento e produção agrícola em Tupanciretã perpassa também pelas situações observadas em pesquisa e acima descritas.

No campo social no qual foi realizada a pesquisa empírica para ser verificada, uma determinada funcionalidade acerca das disputas e conflitos em relação à constituição do discurso da Agroecologia seria necessária a existência de um grupo considerável de sujeitos adeptos a Agroecologia e prontos para disputar o jogo acerca de um modelo de desenvolvimento rural em contraposição ao discurso do agronegócio no município.

Isso pode ser também evidenciado não somente pela observação realizada durante a pesquisa, mas no depoimento do dirigente P. ao expor que

O pessoal indaga, mas não entra na questão da disputa (**Agroecologia Vs Agronegócio**). O pessoal sempre nas reuniões quer ter conhecimento, de saber, ver se vai dar certo, até para reproduzir. Mas em nível de estado tem vários lugares que conseguiram fazer esse embate.

(Complemento grifado elaborado pelo autor).

Outra declaração que corrobora nesse aspecto é a do técnico A., que na sua percepção nos espaços de reunião junto ao assentamento pesquisado e no MST em Tupanciretã

Há discussão, há questionamento nos encontros do MST. Mas depende muito do lugar onde vai se falar da Agroecologia.

Contudo, o que foi possível ser observado no universo pesquisado, interpretando-o como um campo social, é que não há uma disputa clara e acirrada entre o discurso da Agroecologia do MST e do agronegócio no assentamento estudado. O objeto que está em evidente disputa seria a viabilização da reprodução social e econômica das famílias assentadas sobre o seu lote de terra. O que pode ser observado em relação à maioria dos lotes do Assentamento Santa Rosa é a não predileção pela produção agropecuária e pelo manejo ambiental sob os preceitos da Agroecologia como um possível meio de sobrevivência e de reprodução socioeconômica.

A posição discursiva ocupada por uma parcela significativa dos sujeitos em meio ao contexto estabelecido em Tupanciretã e no assentamento é determinada pela questão da sobrevivência e da necessidade de viabilização socioeconômica da família assentada. Assim, esses sujeitos estão submetidos a sobreviver sob uma determinada situação social e econômica estabelecida, a qual vincula o seu discurso, em relação a modos de produção e vida, ao imediatismo da sobrevivência, não estando associado à Agroecologia como meio de subsistência na localidade onde o assentamento está instalado.

Assim os sujeitos que estão engajados em um campo têm um certo número de interesses em comum, em suma, tudo aquilo que vincula-se a própria existência do campo. Daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos (BOURDIEU, 1983). A luta em meio ao campo social pressupõe um acordo entre os antagonistas, como a base social do MST, os latifundiários, o Estado, por exemplo, sobre o que merece ser disputado, no caso a sobrevivência, fato escondido por detrás da aparência de algo dado como óbvio, que poderia ser o embate político estimulado pelo MST contra o cultivo da soja transgênica. De certa maneira os sujeitos que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo, como por exemplo, o progressivo aumento da produção de soja nos assentamentos coordenados politicamente pelo MST, contribuindo para produzir a crença no valor do que está sendo disputado, no caso seria a questão da sobrevivência, não a da Agroecologia.

Isto ocorre mesmo que reproduza e venha de certa forma agir em forma cooperante com a cadeia produtiva da soja, do agronegócio e não questione ao latifúndio de terras que também está estabelecido em Tupanciretã. Pois, em primeira via, segundo os sujeitos entrevistados, o que está em jogo é a questão da sobrevivência das famílias assentadas, uma

melhor estruturação dos lotes e do assentamento e com isso alguma solução produtiva que viabilize isso, muitas vezes de imediato, podendo ficar em segundo plano o modo como tal será feito.

Porém, neste campo social há sujeitos que enunciam o discurso da Agroecologia e destacaram-se ao enunciá-lo durante a pesquisa empírica realizada. Estes sujeitos seriam os técnicos vinculados a COOPTEC, os quais demonstraram serem dotados de um determinado reconhecimento social junto aos dirigentes e assentados no assentamento, bem como estarem dispostos em disputar o jogo, em relação ao discurso da Agroecologia. Os técnicos demonstram em seus depoimentos e durante a observação realizada em pesquisa estarem dotados de um determinado *habitus*⁵⁰, que seria atuar tecnicamente no assentamento Santa Rosa, reconhecendo as leis iminentes do jogo em questão, que é o da sobrevivência e reprodução socioeconômica das famílias assentadas junto aos seus lotes. Entretanto, quando possível durante sua atuação cotidiana junto às famílias assentadas e com os dirigentes do MST, os técnicos realizavam propostas e enunciavam um discurso em prol de técnicas e formas de relação homem-ambiente associadas aos preceitos da Agroecologia como forma de contraposição ao modelo de produção agropecuária convencional-tradicional (Figura 12). Outros sujeitos que também se destacaram nesse sentido foram alguns assentados que comercializam produtos advindos da produção agropecuária associada aos preceitos da Agroecologia durante a feira semanal que acontece no centro de Tupanciretã.

Ainda, isso pode também ser evidenciado e percebido durante a entrevista com o dirigente W. o qual declara nesse sentido que

A gente vê que o técnico tem várias atividades né, na região tem várias oficinas sobre isso, é colocado isso né. O que a gente sente um pouco... os assentados no geral né... tem vários desinteresse por isso né, dentro da nossa região que é uma grande região da monocultura da soja né... O pessoal de repente deixa de preservar a Agroecologia pra planta soja e a gente sabe que a cultura da soja destrói a natureza né, só a base de veneno e coisa né...

Portanto, a constituição do discurso da Agroecologia no MST no assentamento Santa Rosa ocorre como uma forma de continuar legitimando o tema da Agroecologia enquanto alternativa de produção, mas não como uma única forma de relação homem-ambiente ou como modelo de produção agropecuária prioritário e exclusivo a ser seguido. Este discurso ao materializar-se nesse espaço assume uma conotação de ruptura relacionada, inclusive por

⁵⁰ Para Bourdieu (1983, p. 65) *habitus* é “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas”.

causar estranhamento nas redes de filiações históricas ao agronegócio e aos sujeitos que enunciam um discurso relativo à inviabilidade produtiva e econômica da pequena produção agrícola.



Figura 12: Fotografia de um painel exposto no escritório da COPECT o qual ilustra o conjunto de iniciativas técnicas relacionadas a temática da Agroecologia.

A estrutura do campo social, conforme Bourdieu (1983) é um estado da relação de força entre os sujeitos ou as instituições engajadas na luta ou na distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. A ação do MST, possível de ser observada durante a realização da pesquisa empírica, que está na origem das estratégias destinadas à realização de uma determinada transformação social, conforme enuncia em seu discurso seriam: a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária na região e com isso o contingente populacional de assentados propiciarem a dinamização e ativação de novas oportunidades sociais e econômicas na estrutura social local; o desenvolvimento de uma cadeia produtiva alternativa na região que é a do leite, por meio da

COPERTERRA; e as experiências, projetos e iniciativas desenvolvidas e estimuladas em sua maioria pelos técnicos vinculados ao MST e a COPTEC, as quais, em grande parte, podem ser relacionáveis aos preceitos da Agroecologia.

Deve-se considerar que ao problematizar o conjunto de capitais específicos necessários para a enunciação do discurso da Agroecologia e a sua materialidade estão, mediante o contexto sociohistórico de um assentamento, de certa maneira condicionadas a reproduzirem-se dentro dos limites estabelecidos pela constituição histórica e conjuntural deste campo social. O acúmulo dos capitais necessários para a legitimação e reconhecimento da constituição da Agroecologia acerca de uma disputa, como por exemplo, as disputas acerca de modelos de desenvolvimento agrícola e rural, por exemplo, como Agroecologia X Agronegócio, poderiam tornar possíveis a viabilização de em um contexto de disputa que coloque em evidência o discurso da Agroecologia. A conversão ou a constituição de colocar em voga outra possibilidade de desenvolvimento agrícola para o Assentamento Santa Rosa e o município de Tupanciretã só seria possível mediante o acúmulo de outras espécies de capital (organização política, cultural, econômica e social) sob certas condições de disputa as quais ainda não estão constituídas, a não ser em iniciativas e ações políticas pontuais desenvolvidas, em sua maioria, pela equipe técnica vinculada a COPTEC.

A experiência vivida anterior ao momento atual vivenciado pelos assentados, dirigentes e técnicos envolvidos no assentamento Santa Rosa veio à tona também durante as entrevistas. Em primeira circunstância, tanto para os assentados, como para os dirigentes a experiência anterior vivida em relação a algo relacionado à Agroecologia vinculou-se a sua história de vida junto a família em unidades de produção, anterior ao lote onde atualmente vivem. Para os técnicos a primeira vivência ou contato em relação à temática da Agroecologia esteve mais diretamente relacionada à sua experiência anterior vivenciada junto a sua formação acadêmica em interface com o engajamento político nos espaços de atuação no movimento estudantil relativos à questão agrária e ao MST. Essas experiências segundo Thompson (1978, p. 362) constituem um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção. Sendo assim, os sujeitos constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento, assim formando uma determinada consciência social.

Em segunda circunstância, um aspecto em comum, para todos os entrevistados, os quais declararam que determinaram a sua compreensão e o conteúdo do seu discurso em

relação a Agroecologia foram as experiências vivenciadas nos assentamentos e nos espaços de formação política e técnica junto ao MST. Mesmo que com limitações técnicas, teóricas e de cunho político-ideológico explícito em relação ao discurso oficial enunciado pelo MST em tanto outros espaços, em certa medida, no assentamento Santa Rosa, o movimento cumpre um papel determinante na formação da consciência e na efetivação da interpelação ideológica de sua base social em relação à temática ambiental, ou algo aproximado, aos preceitos da Agroecologia.

O conjunto de experiências vivenciadas por estes sujeitos, anteriores a sua participação no MST juntamente com as experiências posteriores vivenciadas participando do movimento, tendem a determinar uma ocupação ambígua das posições discursivas as quais ocupam. Pois o que os discursos enunciados por estes sujeitos evidenciam é a ocupação de uma posição discursiva em relação à Agroecologia em certas situações identificadas de militância junto ao MST, e a ocupação de outra ao serem referidas as questões relativas à sobrevivência cotidiana no assentamento. Por exemplo, como militante do MST o discurso da Agroecologia é enunciado relacionado a palavras como “resistência”, “contraponto”, “vida saudável”, “alternativa” e como uma atuação técnica e política junto aos assentamentos.

Essa compreensão pode também ser percebida no depoimento do técnico C. que disse

E assim vai né... Ah tem muito essa questão o movimento, os dirigente pregam uma coisa e nós temo que sobrevive, nesse processo. E nesse contexto ta nós né, tentando joga pros dois lado né. Nós sabemos que o ideal é um processo de construção, mas nós não podemos chegar na família e dizer ó: acessa o custeio e vamo planta isso, porque daí vamo ta batendo de frente com a sobrevivência, é uma questão delicada... Aqui em Tupã é bem complicado porque é bem imposto né.

Dessa forma, a experiência em relação ao discurso da Agroecologia enunciado no MST que foi observada na pesquisa empírica, como alude Thompson (1987) constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, ocorre em um espaço de prática, intervenção, obstacularização, recusa tanto de ações, quanto da enunciação de um determinado discurso, tanto da Agroecologia, como do agronegócio nesse contexto, e assim a formação de identidades de classe no MST.

Assim, perante esse contexto, em Orlandi (2001) torna-se possível problematizar e compreender que uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito determina-se na história a partir de uma forma individual concreta no caso do capitalismo. Logo, pode-se perceber que resta pouca margem para o discurso da Agroecologia constituir-se simbolicamente, e no caso, colocar em pauta a disputa entre modelos de produção agropecuária e desenvolvimento, perante a ideologia da

sobrevivência baseada no produtivismo e sob a lógica do lucro capitalista. Sob essa perspectiva a interpelação do indivíduo trabalhador rural em sujeito do MST se dá pelo contexto histórico e pelo conjunto de relações sociais, políticas e econômicas micro e macro-conjunturais vivenciadas no cotidiano, em grande medida, no local onde se situa cada sujeito, e claro, sendo estas determinadas por influência e pela coerção ideológica que incidem sobre o discurso e aos modos de sobrevivência da base social do MST.

Dessa forma, pode-se compreender que muitas vezes a submissão e o assujeitamento da base social do MST mediante o contexto social estabelecido e constituído nas localidades dos assentamentos de Reforma Agrária, não ocorre por “falta de vontade”, “falta de formação política” ou por desvio de conduta e valores do movimento. Pois este processo de formação discursiva não se dá apenas pela disposição e a posição na qual o sujeito se coloca no espaço como um sujeito discursivo, mas por estar inserido e condicionado a sobreviver sob uma determinada realidade. Sob essa perspectiva, a partir de Thompson (1987) torna-se possível problematizar que as regularidades no interior do ser social, com frequência, como um discurso ou a adoção de determinadas práticas de sobrevivência, podem ser resultantes de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade dos sujeitos.

CAPÍTULO III

AS INTER-RELAÇÕES SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO DISCURSO AGROECOLÓGICO DO MST

A elaboração deste capítulo tem como objetivo problematizar e inter-relacionar características em comum, traços e marcas discursivas em meio ao campo social e as experiências dos sujeitos junto à constituição do discurso da Agroecologia no MST. O plano de análise para a realização desta inter-relação serão as questões já trazidas neste trabalho por meio do seu primeiro e segundo capítulo. Desse modo, na primeira parte deste capítulo será buscado inter-relacionar fatos, questões e sujeitos os quais interagem em âmbito geral com o MST, ou seja, no plano nacional, com os que interatuam com o MST no contexto do Assentamento Santa Rosa. Cabe ressaltar que não foram destacados todos os fatos e situações possíveis relacionadas ao MST, mas foram elencadas algumas evidências e percepções que destacaram-se durante a realização da pesquisa para a elaboração deste trabalho.

Outro objetivo deste capítulo consiste na realização de um breve ensaio acerca do campo de conhecimento da Agroecologia e dos estudos acerca do que vem sendo denominado como sociologia ambiental. Essas questões serão alicerçadas junto à evidências percebidas que se destacaram durante a pesquisa bibliográfica e empírica para este estudo, bem como sua relação com as questões do campo social, as experiências e a formação discursiva aqui estudada. Dessa forma, na parte final deste capítulo, serão problematizadas algumas questões relativas ao debate acadêmico acerca da Agroecologia e a forma como os sujeitos estabelecem a relação com o ecossistema, por exemplo, nos assentamentos, onde podem influenciar nas sociabilidades, nas experiências e até na constituição de um determinado discurso.

Assim, a estruturação deste capítulo será feita a partir das seguintes partes: as questões comuns ao discurso da Agroecologia no MST com o Assentamento Santa Rosa: desafios e perspectivas; possibilidades e limitações do debate agroecológico no contexto atual “do” MST “e para” o MST.

3.1. As Questões Comuns ao Discurso da Agroecologia no MST e no Assentamento Santa Rosa

Mediante as inter-relações buscadas em relação ao contexto político de atuação e de enunciação do discurso da Agroecologia no MST em âmbito geral e no Assentamento Santa Rosa busca-se identificar algumas situações e fatos sociohistóricos que influenciaram na formação discursiva da Agroecologia e que predispõe o MST e a sua base social a um conjunto de experiências e situações de vida junto ao espaço social no qual atuam. Neste contexto insere-se a relação do MST junto ao Estado inclusive no que tange o acesso as Políticas Públicas. Cabe considerar que em âmbito nacional o MST estabeleceu, historicamente, relações políticas com Estado ora com maior intensidade por meio dos conflitos e disputas acerca da questão agrária, ora com maior afinidade e capacidade de negociação em busca de estabelecer acordos com os governos em vigência.

O atual governo federal desenvolveu algumas ações governamentais e PPs, as quais tinham como indicativo ter algum grau de atenção voltada para a temática da Agroecologia. Dentre essas, as que se destacam são as PPs que também enfocam a pequena produção agrícola que tem como público assistido os assentados de reforma agrária do MST, baseadas no crédito agrícola como o PRONAF, que por sua vez tem em uma de suas linhas, o fomento a Agroecologia, à assistência técnica e a extensão rural, como no caso da PNATER, e as medidas que tratam do escoamento da produção pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB.

O enfoque que estas políticas públicas dão a temática da Agroecologia, ou ao desenvolvimento rural sustentável, pode ser visualizado nos objetivos do PRONAF modalidade Agroecologia, cuja finalidade é o “investimento em sistemas de produção agroecológica, ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento” (BNDES, 2009).

Em um dos trechos do documento da PNATER, também consta, como um dos seus princípios, a Agroecologia, considerado como um dos eixos norteadores para a sua consolidação

3.1. Princípios da Política Nacional de Ater

- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (PNATER, 2004 p.7).

No tocante ao Assentamento Santa Rosa em Tupanciretã no RS a constituição de PPs de fomento e estímulo a temática da Agroecologia tem relação com a experiência de um governo estadual que ocorreu, no período de 1999 à 2002 e a formação acadêmica dos sujeitos os quais coordenaram estes setores naquele período. Além destes fatores, também cabe destacar a atuação e a pressão política exercida pelas ONGs e demais movimentos sociais, além do MST, para a inclusão da temática da Agroecologia junto as PPs de financiamento e fomento agrícola para a agricultura.

Contudo, não é possível mensurar ao certo a efetividade destas políticas públicas junto aos assentamentos de Reforma Agrária sob a coordenação política do MST, em âmbito nacional e os seus impactos ao estímulo efetivo de técnicas de produção agropecuária nos preceitos da Agroecologia⁵¹. Porém, foi possível constatar durante a pesquisa realizada que essas PPs estão em dificuldades e com problemas em sua implementação e acesso por parte dos assentados pertencentes à base social do MST. Durante a realização da pesquisa empírica no Assentamento Santa Rosa foi observado que na realidade local há dificuldades por parte dos assentados em acessar os recursos por existir uma predileção em financiar projetos relacionados a produção agrícola considerada convencional associada ao cultivo de grãos e ao agronegócio.

Um dos depoimentos do assentado R. revela esta tendência

o que que acontece a linha de crédito hoje no Brasil é diferenciada. Hoje nós temos a agência de Tupanciretã que trabalha com soja e milho no custeio e não tem mais o que fazer e a gente diz, ah, tem o PRONAF Agroecologia mas não [...]

Ao ser questionada em relação ao acesso as PPs que possam vir a estimular a realização de técnicas aliadas aos preceitos agroecológicos a técnica J. disse que é

É bem falho assim. O acesso ao crédito induz a não produzir nada parecido com a Agroecologia, pois o crédito é bem direcionado aos grãos, inclusive das sementes. O que agente tem são pequenas experiências.

⁵¹ Isso deve-se tanto pela falta de dados concretos gerados, pela dificuldade do autor em sistematizar em tempo hábil a bibliografia acadêmica produzida em relação a este tema específico e não ser algo que faça parte do recorte deste objeto de estudo.

O dirigente P. declara que, além do direcionamento na aprovação do financiamento por parte da agência local do Banco do Brasil, há dificuldade em acessar o PRONAF Agroecologia, uma das linhas de crédito oficiais disponibilizadas para os assentados

Os oficiais aqui, não só em Tupã, mas não só aqui, é difícil. O plano safra bota no meio, PRONAF Agroecologia. Mas dae tu cai, esbarra no Banco do Brasil. O BB tem cidades como Tupã, não viabiliza financia, arroz, feijão, pasto. Mas se tu ir lá com um pacote fechado para financiar soja e milho te financiam na hora. Essa é uma das grandes dificuldades nossa. Pois o governo lança e cada agência em uma autonomia.

Essa percepção demonstra uma dissonância em relação à publicização de um Programa ou PP e a forma como efetivamente ela está sendo operacionalizada, na localidade e no assentamento onde foi realizado uma parte deste estudo. Os fatos relatados, além de evidenciarem assimetria na destinação de recursos e incentivos por parte do Estado aos grandes produtores do agronegócio, em relação aos pequenos produtores rurais, também demonstram que há restrição ao acesso as PPs, as quais são um dos principais instrumentos de estruturação e viabilização de assentamentos rurais no Brasil (LEITE et al, 2004)⁵².

Somado a isto, às agências de fomento e pesquisas em agropecuária do Estado em relação ao estímulo e à difusão do debate e de técnicas agropecuárias nos preceitos da Agroecologia junto ao assentamento Santa Rosa tem a seguinte forma de atuação, conforme relato do assentado C.

É aquilo que os companheiros já falam... a EMBRAPA, é aquele quadradinho, vieram fazer dois anos de experiência aqui e não tiveram a interferência de ninguém. Eles vieram aqui e fizeram o modelo tradicional.

Para o técnico A., as agências governamentais atuaram da seguinte forma quando desenvolveram iniciativas junto aos assentamentos em Tupanciretã

Quando vêm aqui eles vem com o pacotão deles aqui pronto. Trazem e tentam implementar e pronto para dentro dos assentamentos.

Estes fatos e evidências de pesquisa demonstram a predileção e a disponibilização de financiamento e estímulo por parte do Estado ao modelo de produção agropecuária do agronegócio por meio das agências estatais neste governo. Em Tupanciretã, na realidade estudada os órgãos estatais vinculados ao governo Federal mencionados foram a agência do Banco do Brasil no município, a EMBRAPA e o INCRA.

Sobretudo, essas evidências reafirmam as questões apresentadas no primeiro capítulo, segundo a qual o atual governo é considerado como um dos sujeitos atuantes na pauta da

⁵² Em referência ao atual governo, este poderia merecer uma atenção especial nesse estudo perante sua atuação junto à questão da Reforma Agrária no Brasil, mas para isto seria necessário um recorte mais amplo do objeto em estudo.

Reforma Agrária e da Agroecologia enunciando um discurso ambíguo. Isso pode ser claramente evidenciado nos documentos oficiais e ao publicizar ações políticas relativas a estes temas, pois o governo anuncia à predisposição para realizar algumas políticas que, muitas vezes não são materializadas e não tem significativa efetividade junto a uma das parcelas do seu público alvo. Esta movimentação discursiva realizada pelo Estado, por intermédio do atual governo, enuncia para a sociedade um discurso em relação à temática agroecológica com um sentido, no qual demonstra preocupação e atuação junto às questões ambientais na agricultura, mesmo que em meio a diversas divergências de linha e pautas políticas por parte do MAPA e do MDA, por exemplo. Já para os assentados este discurso assume um outro sentido, de uma PP com o tema da Agroecologia, pois resulta na prática em pouca efetividade, com entraves de acesso e pouco incentivo. Assim, o atual governo federal caracteriza-se como um sujeito que influencia a constituição do discurso da Agroecologia no MST, mesmo que de forma contraditória e com uma ação muitas vezes contrária aos anseios do MST.

Sob essa perspectiva, corrobora-se com a observação de Vendramini (2004), segundo a qual a ação e as políticas de subsídio do Estado promovem a capitalização dos processos de trabalho rurais e criam instrumentos de mercantilização da agricultura de pequena escala. O Estado, por mais que afirme o contrário, torna-se um dos catalisadores do modelo de acumulação capitalista, que se expressa na expansão e diversificação do complexo agroindustrial e na rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura.

Em meio à pesquisa empírica realizada em observações e conversas, bem como nas evidências encontradas na pesquisa bibliográfica pode-se dizer que, na esfera do RS, houve um estímulo mais efetivo por parte do Estado em relação à temática da Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária, inclusive nos coordenados pelo MST entre os anos de 1999 a 2002. Durante as conversas com os assentados, técnicos e dirigentes no Assentamento Santa Rosa notaram-se ressalvas em relação ao governo estadual acima mencionado, pois também alegaram a realização de ações demasiadamente de caráter publicitário neste período. Contudo, estes sujeitos admitem e reconhecem os avanços, investimentos e estímulos de ordem política e financeira realizados na estruturação do assentamento por intermédio do “Programa Novo Modelo de Assentamentos” e por parte da EMATER. Reafirma-se assim a importância e a influência exercida pelo Governo do RS (1999-2002) como um sujeito influente na constituição do discurso da Agroecologia no Assentamento Santa Rosa e no estado do RS naquele período histórico.

Um aspecto que cabe ser mencionado é a experiência acerca do forte questionamento e crise pela qual diversas CPAs no MST passaram na década de 1990 e 2000, calcadas na coletivização do trabalho e da organização social coletiva, conforme diversas referências bibliográficas pesquisadas. Junto a COPERTERRA, a cooperativa vinculada ao MST em Tupanciretã, a crise ocorrida junto a outras experiências pesquisadas não foi percebida ou constatada na pesquisa empírica realizada.

Cabe destacar em relação a algumas experiências consideradas não exitosas já estudadas de CPAs junto a base social do MST, alguns aspectos sociais e históricos relacionados à COPERTERRA foram distintos. Sob o ponto de vista da organização social durante a constituição do Assentamento Santa Rosa em 1998, bem como da sua estruturação a partir de 1999, foi escolhido pela base social do MST no local a divisão dos lotes de forma individual. Esse modo de organização materializou-se de forma geral por cada família assentada trabalhando e vivendo em seu lote. Essas características tendencialmente produziram no contexto estudado um conjunto de aspectos sociohistoricos diferenciados em relação às experiências de cunho coletivista. Cabe destacar que os demais assentamentos do município, considerados sob a coordenação do MST, também não realizaram experiências de cunho coletivista de trabalho e na organização social de seus lotes entre as famílias assentadas.

Como se pode perceber a fundação e a estruturação do assentamento Santa Rosa, bem como da formação da COPERTERRA em 2001, ocorreu em um período histórico posterior às diversas experiências consideradas, tanto exitosas, como não exitosas de cooperativas no MST. Não cabe aqui destacar ou evidenciar um suposto êxito da COPERTERRA, mas sim destacar seus aspectos semelhantes e diferenciais em relação ao contexto geral no qual atua o MST e estabelece suas relações sociais, políticas e econômicas, bem como enuncia o discurso da Agroecologia.



Figura 13: Imagem extraída de um dos materiais publicitários distribuídos para os associados da COPERTERRA.

Assim o enfoque da cooperativa atualmente é auxiliar, intermediar e comercializar a produção dos assentados associados. A COPERTERRA por intermédio de sua equipe técnica e de seus representantes atuam junto aos assentados geralmente para prestar serviços, realizar cursos de formação e de atividades de estímulo à produção leiteira. Na pesquisa empírica, não foi percebida, por parte destes, uma atuação junto aos assentados como um instrumento de representação e organização política para o MST. Isso demonstra uma atuação dos sujeitos envolvidos junto à cooperativa com uma preocupação mais voltada para soluções técnicas e com enfoque na produção agropecuária junto aos assentados, o que, de certa forma afasta-se de um tipo de atuação nos moldes das CPAs dos anos 1990.

Vale ainda destacar que a COPERTERRA estimula e desenvolve atividades que visam desenvolver os preceitos da Agroecologia junto aos assentados que são associados durante os cursos de formação. Isto pode ser evidenciado mediante os materiais de formação (Figura - 14) do Projeto Leite Sul.

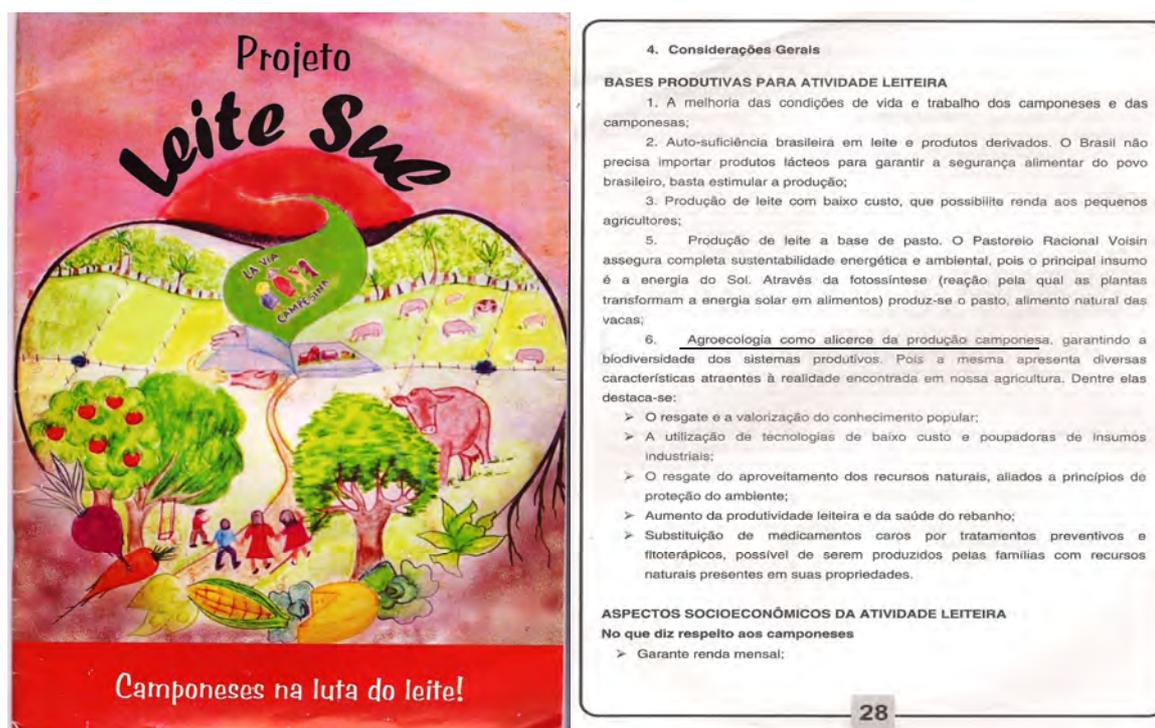


Figura 14: Imagem da capa da cartilha do Projeto Leite Sul que foi distribuída para os assentados e técnicos que participam da iniciativa.

Esse exemplo demonstra uma outra característica assumida atualmente pelas Cooperativas vinculadas ao MST. Além de não atuarem com tanto protagonismo em relação à organização social e do trabalho junto aos assentamentos, elas também passam a estimular a

utilização de técnicas agropecuárias de natureza agroecológicas. Portanto, cabe considerar que as Cooperativas e a Agroecologia para o MST atualmente não são modelos de produção opostos e antagônicos, mas sim estratégias de atuação complementares e passíveis de coexistirem com outras formas de organização existentes no movimento (condomínios, parcerias, mutirões, dentre outros). Dessa forma, cabe considerar que no MST é possível vivenciar e em seus assentamentos podem ser produzidas, pelos assentados, diversas estratégias produtivas em conjunto com a Agroecologia ou junto a outras ações. Assim, a formação discursiva da Agroecologia no MST é passível de ocorrer também em meio a diversas estratégias e modelos produtivos não exclusivamente vinculados a Agroecologia, conforme foi observado na pesquisa empírica.

No tocante às formas de expressão e sentidos do discurso da Agroecologia no MST mediante às posições discursivas assumidas pelos sujeitos no contexto do Assentamento Santa Rosa, foi evidenciado que estes, ao se expressarem em suas falas, enunciam um discurso com sentidos semelhantes ao discurso da Agroecologia no MST no âmbito mais geral da organização. Esse discurso tem como marcas discursivas questões não só voltadas à produção agropecuária, mas também relacionadas à proteção e a preservação socioambiental dos ecossistemas. Estas marcas seriam relacionadas com a questão do uso dos agrotóxicos, estímulo à diversificação produtiva no lote, incentivo à produção de alimentos saudáveis a fim de obtenção de soberania alimentar, dentre outras marcas já mencionadas nos dois capítulos anteriores. A utilização constante dessas marcas discursivas pelo MST, quando enuncia o discurso da Agroecologia, pode ser visualizada nesta notícia vinculada em sua página na internet

Assentamento é exemplo de Reforma Agrária em Minas Gerais

Além de produzirem milho, feijão, arroz, mandioca, ovos e frango caipira, os Sem Terra estão plantando mais de 30 variedades de hortaliças e legumes: inhame, chuchu, jiló, pepino, abobrinha, acelga, agrião, alecrim, alface de diversos tipos, alho poró, almeirão, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, serralha, chicória, coentro, couve, couve-flor, espinafre, manjericão, mostarda, pimentão verde, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, taioba, tomate cereja. Que diversidade! Tudo com adubação 100% orgânica e agroecológica. Mais: com trabalho coletivo e em um profundo espírito socialista.

Fonte: Site do MST. Notícias. 06 de janeiro de 2010.

Da mesma forma, essas marcas discursivas também foram percebidas durante a realização de conversas e entrevistas realizadas no Assentamento Santa Rosa. Exemplo disto é que para o técnico R.C. como para os demais sujeitos entrevistados

A principal função da Agroecologia seria a transformação hoje para os assentados a partir da conscientização em relação ao meio-ambiente e a qualidade de vida,

produção de alimentos de qualidade na boca da galera. Para mim a Agroecologia tá ligado a isso, se libertar do uso de insumos e usar o que vem de dentro do seu lote.

Além dessas semelhanças no conteúdo discursivo no que tange à compreensão, tanto em relação ao discurso da Agroecologia no MST em seu contexto mais amplo, quanto no ambiente pesquisado, em referência aos aspectos socioambientais e de um desenvolvimento rural sustentável, estes podem ser problematizados de outras formas. Uma delas é compreender tal discurso como um instrumento de manutenção e obtenção de poder, como meio de influência e ação política junto ao público que interage com o MST. Este público seria constituído por sujeitos externos ao Movimento, como ONGs, associações, sindicatos, partidos, coletivos estudantis, dentre outras organizações, e por sujeitos internos ao MST, ou seja, sua base social. Isto pôde ser evidenciado tanto no contexto mais amplo de atuação social do MST, como junto ao assentamento no qual foi realizada a pesquisa empírica.

Esta posição assumida pelo MST ante a um determinado público depende das relações que o mesmo estabelece no decorrer da formação discursiva. Assim, faz-se necessário conceber as formações discursivas como blocos não homogêneos e sem um funcionamento automático⁵³. Nesse sentido, o deslize e a transferência de sentidos advém do efeito metafórico⁵⁴ que constitui-se no decorrer da história. Portanto, as formações discursivas, no caso a constituição do discurso da Agroecologia no MST, realizam-se em meio à contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente junto às relações sociais estabelecidas e às condições de produção do discurso nas quais se situam os sujeitos (ORLANDI, 1999).

Os Movimentos Sociais em meio ao campo social no qual estão situados e atuam passaram a pautar diversos campos temáticos, como a temática socioambiental, visando fortalecer e aumentar a sua expressão e ampliar a sua ação política (IBARRA et al, 2002). Assim, a opção em constituir uma enunciação acerca do discurso da Agroecologia, por exemplo, pode possibilitar ao MST a mobilização e a agregação de novas relações de poder visando obter aliados, tanto nacionalmente (ANA, Grupos de Agroecologia, Universidades, ONGs, associações), como internacionalmente (Via Campesina, Cáritas Internacional, ONGs, associações, dentre outras).

⁵³Para a Análise do Discurso, as palavras são entendidas para além dos sentidos literais, pois considera-se o movimento, o percurso, o curso dos processos de significação, levando em conta a pluralidade e a possibilidade de ruptura do que já está legitimado como único modo de dizer (PÊCHEUX, 1999).

⁵⁴A questão da metáfora pode ser melhor compreendida em Lacan, (1998) e Pêcheux, (1975).

Em Bourdieu (1989) também é possível problematizar o processo de produção dos discursos políticos em um campo social, ao revelar os mecanismos em que as ideologias políticas são produzidas. Desse modo, no entendimento de Bourdieu, o campo político é o local por excelência da ocorrência das lutas simbólicas em busca do poder simbólico, pois “é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.164).

Em um campo social no qual ocorre uma determinada produção e formação discursiva, como assinala Pêcheux, (1975), pode-se compreender que neste processo acaba sendo delimitado aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em um determinado momento, conjuntura e posição discursiva estabelecida. Assim, o discurso do MST ao utilizar determinados conteúdos pode tendencialmente aliar-se a um debate de cunho socioambiental para a obtenção de parcerias políticas, abrir novos canais de contato e fontes de financiamento para projetos e iniciativas do Movimento. Ao adotar esta posição discursiva junto ao público externo ao Movimento, os sujeitos tendem a forjar uma experiência discursiva, produzindo certa memória discursiva que incide diretamente na formação discursiva da temática agroecológica no MST.

Já para o público interno ao MST no Assentamento Santa Rosa, por exemplo, conforme já problematizado no capítulo anterior, o discurso da Agroecologia é associado geralmente à renda, produtividade e principalmente à sobrevivência das famílias assentadas. Esse sentido dado ao discurso da Agroecologia, ou seja, como deve ser a produção agropecuária no assentamento, pode ser compreendido como elemento simbólico de disputa e de poder. O debate acerca da sobrevivência é uma demanda posta como essencial não só para as famílias assentadas, mas também, para a conquista de legitimidade por parte dos técnicos e da direção do MST junto ao público assentado, e assim exercerem sua atuação e liderança política. Desse modo, as lideranças do MST, ao demonstrarem que de certa forma estão comprometidas com as pautas cotidianas de sua base social podem vir a receber apoio desta mesma em suas ações de mobilização e pautas políticas. Um discurso, como o da Agroecologia, por exemplo, ao ser enunciado como um instrumento de mobilização social e do embate político ao agronegócio, mas não como um meio de sobrevivência imediata, possivelmente não arregimentaria aliados diretos no cotidiano do Assentamento Santa Rosa, pois esse assentamento é constituído por assentados que em sua maioria têm suas tarefas e ocupações diárias junto à produção agropecuária realizada em seus lotes de terra.

Portanto, há o discurso enunciado para um público externo ao MST, como para o interno que depende da posição adotada e assumida pelos sujeitos que disputam o poder de um determinado campo social. Porém cabe ressaltar que esta disputa acerca dos sentidos do discurso da Agroecologia junto a sua clientela política tende a limitar sua compreensão, dando a entender que a Agroecologia é apenas um meio de contestar o agronegócio ou que é apenas um conjunto de técnicas e práticas de produção agropecuária que causam menores impactos ao meio-ambiente.

Assim, para Bourdieu (1989), os discursos políticos que se encontram em oferta no mercado de bens políticos são produtos das “lutas simbólicas” que determinados sujeitos travam entre si em um campo político no espaço social. No interior do espaço social no qual o MST interage, tanto fora, como dentro dos assentamentos e em suas instâncias de coordenação política, é nele que está o campo político no qual é enunciado o discurso da Agroecologia, como outros discursos. Assim, nestes campos são travadas, entre os agentes sociais específicos (no caso os sujeitos), as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, p.14). Ou seja, a luta simbólica é a

luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (BOURDIEU, 1989, p.174).

Segundo Bourdieu (1989), uma vez que o teor de cada discurso político resulta das condições objetivas e subjetivas específicas e dos interesses em jogo na luta política, este jamais teria um caráter de verdade absoluta sob uma determinada ideologia política. Assim, ao observarem as necessidades internas do campo político, os sujeitos políticos têm suas tomadas de decisões condicionadas pelas posições que ocupam na estrutura do campo e, além disso, devem introduzir certas características ao conteúdo de seus discursos políticos de modo a poderem se “distinguir” das ideologias apresentadas por seus concorrentes. Da mesma forma, ao atender às necessidades externas do campo, os sujeitos devem acoplar elementos em suas ideologias de modo a contemplar o maior número possível de clientes para, com isso, obter a sua legitimidade junto a eles. Assim, diante da aceitação de que tanto o critério de verdade quanto o teor das ideologias políticas é estabelecido conforme o desenrolar das lutas simbólicas pelo poder simbólico, a pretensão de que um discurso político, como o da

Agroecologia, seja aceito como verdade absoluta não tem sustentação (SILVA, 2005). Portanto, a estratégia do MST ao enunciar o discurso da Agroecologia caracteriza-se como pragmática e de forma não ideologizante, pois os sujeitos parecem compreender que a supremacia de um discurso político, bem como a sua legitimidade, depende de seu poder simbólico de mobilização de adeptos.

Dessa forma, a disputa ou o embate com as transnacionais do agronegócio ou a criação de uma referência na produção agropecuária nos assentamentos como forma de embate ao agronegócio, não ocorre como objeto central de disputa simbólica, no contexto do assentamento Santa Rosa, como ocorre em âmbito nacional para o MST. Logo, o objeto central de disputa no contexto estudado é a questão da sobrevivência para a base social do MST. Esta disputa pelo sentido do discurso da Agroecologia no MST pode ser evidenciada com mais clareza em uma das deliberações tomadas pelo MST no seu congresso nacional

6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007).

Já o sentido do discurso da Agroecologia não assume este tom de embate no contexto do assentamento nem mobiliza a base social do MST, conforme relato do assentado R.

Em Tupã não tem esse atrito, a Agroecologia não tem, é aquela aceitação né, porque é necessário ter uma, é, exemplo, uma coisa organizada no mercado, um diferencial. Ah eu produzo produto agroecológico, mas tem que ter um diferencial. É nesse embate, nesse processo que se conduz a discussão né. Mas não que seja, ah, eu sou contra, eu sou a favor, não chega a isso.

Sob essa perspectiva, para Pêcheux, (1975), a formação discursiva é determinada por uma formação ideológica a partir de uma certa posição e conjuntura na qual o sujeito encontram-se dentre a luta de classes, sendo assim possivelmente determinando o que pode e deve ser dito. Assim, se estabelece a relação entre o intradiscurso (formulação do discurso no momento atual) e o interdiscurso (memória relativa ao já dito). Portanto, em meio à realização das práticas discursivas os sujeitos produzem e reconhecem os sentidos do discurso na história, ou seja, durante as suas experiências vividas⁵⁵. Contudo, essa relação entre o intradiscurso e o interdiscurso não é direta nem homogênea já que os sentidos na história

⁵⁵Para Orlandi (1999) há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, o que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação.

passam por deslocamentos no decorrer da prática discursiva, pois depende da posição na qual o sujeito enuncia sua produção discursiva. Dessa forma, todo dizer e os seus sentidos, na realidade, se encontram na confluência de dois eixos: o da memória e o da atualidade (ORLANDI, 1999).

A base social do MST ao optar em construir e vivenciar uma determinada realidade, consciente ou inconscientemente silencia e põe em esquecimento um sentido discursivo (agroecológico/desenvolvimento rural sustentável), e coloca em destaque um outro sentido (agronegócio/monocultura/soja transgênica), pois estes sujeitos, mesmo querendo, ou não, fazem uma opção por produzir e reproduzir determinados supostos ideológicos, relações sociais, discursos e a manutenção de um *status quo* vigente. Sob essa perspectiva ao mencionar aspectos relativos à história e a política, deve-se considerar, conforme Orlandi (1999), o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. Em meio a um determinado contexto no qual o MST produz um discurso, tanto em âmbito nacional, como no Assentamento Santa Rosa, os seus sentidos se constroem com limites e também estes limites são construídos pelos sentidos. Assim, o discurso da Agroecologia no assentamento Santa Rosa enquanto acontecimento discursivo, justamente como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos, ao ser reprimido ou receber pouca atenção, tendencialmente auxilia ou acarreta na produção de uma hegemonia acerca do discurso do agronegócio.

Ao adotarem práticas e técnicas agropecuárias voltadas aos preceitos do agronegócio, os assentados, técnicos e dirigentes, conforme declararam, mesmo não sendo de sua vontade tendem a reproduzir o que é imposto pelo contexto e a cooperar no campo social pesquisado para a legitimação e consolidação do poder simbólico do agronegócio. Dessa forma, ao adotar estas práticas e predispor-se a ações cotidianas colocam-se, em uma posição, que ao enunciar um discurso relativo a algum sistema de produção agropecuária são interpelados por uma determinada ideologia. Essa experiência vivenciada pela base social do MST, ao enunciar um determinado discurso, pode ser compreendida em Bourdieu (2003) como um *habitus* de ação, pois ocorre em meio a um conjunto de idéias e representações que são consideradas “estruturas estruturadas” como resultado da interiorização das estruturas objetivas que são também “estruturas estruturantes” porque elas são predisposições que norteiam as práticas dos indivíduos e que podem reestruturar as estruturas objetivas.

Ainda sob esse aspecto, outro fator que diferencia a realidade pesquisada em relação ao discurso enunciado pelo MST em âmbito geral é que em muitos outros assentamentos

espalhados pelo Brasil além de passar pela influência socioeconômica da cadeia produtiva da soja, como no caso estudado, os assentamentos também vêm passando pela forte influência das transnacionais por meio da inserção produtiva das monoculturas da silvicultura e da cana de açúcar, com destaque na região Sudeste do Brasil, como pode-se evidenciar, por exemplo, em Ferrante (2007).

Acredita-se ainda que os supostos aliados e rivais políticos do MST tanto em âmbito geral como no local pesquisado, devem ser mencionados, pois são sujeitos, que de alguma forma estabelecem influência e participam da rede discursiva que constitui o discurso enunciado pelo Movimento, bem como participa do jogo de forças no campo social. Assim, outra situação que é marcante na atuação política do MST em âmbito nacional é a sua atuação em conjunto com a Via Campesina em diversos atos, mobilizações e ações políticas, nas quais o Movimento as compõe com seus militantes sua coordenação nacional. Este é outro aspecto que é distinto do MST em relação a sua organização no Assentamento Santa Rosa. A Via Campesina durante a pesquisa empírica foi pouco ou quase não mencionada em conversas e nas entrevistas, além de não ser observada sua atuação junto com o MST no local.

Os aliados do MST e de sua organização política no contexto do Assentamento Santa Rosa aparentemente são os outros Movimentos Sociais organizados na região, como o MAB e o MPA, e alguns setores do atual governo junto a Prefeitura (Vice-prefeito e Secretário de Agricultura), de um Vereador filiado ao PT no município e os setores comerciais beneficiados pela produção agropecuária e movimentação financeira que os assentamentos produzem. Em relação a possíveis rivais do Movimento, como a FARSUL, o Sindicato Rural de Tupanciretã e os produtores de soja, esses foram pouco mencionados pelos sujeitos pesquisados. Não que estes sujeitos sejam ausentes no município e junto aos assentamentos, muito pelo contrário, estão presentes por meio da produção de soja e o controle que exercem em relação ao escoamento da produção no município. Porém no espaço social analisado, no campo político de disputas que estes sujeitos constituem, ou seja, no qual é enunciado o discurso da Agroecologia, o objeto de disputas não é concorrencial entre os assentados e os granjeiros mediante as evidências dessa pesquisa, pois a participação na cadeia produtiva da soja no contexto observado viabiliza, de certa forma, a sobrevivência das famílias assentadas.

Mais um aspecto, conforme Scherer Warren (2007), que deve ser considerado nessa discussão é que existem alguns tipos de lutas⁵⁶ entendidas como essenciais no interior dos

⁵⁶ Para a autora essas lutas se complementam, mas são também geradoras de tensões e conflitos no interior dos movimentos, mas tem como fator favorável possibilitar a articulação em redes mais abrangentes de atores sociais.

Movimentos Sociais, que são: as demandas materiais/emergenciais do movimento; a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade; a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade. Essas lutas de certa forma são expressas também pelo MST, pois esse é um movimento que atua e tem sua inserção sociopolítica junto com sujeitos portadores de necessidades distintas do ponto de vista existencial e que estão em períodos diferentes de luta⁵⁷ e de sobrevivência. Essa diferença torna-se bastante perceptível na base social do Movimento, em especial, entre os já assentados (muitos há vários anos) que tendem a não mobilizarem-se acerca das mesmas pautas que o contingente de sem terras que ainda estão em busca de um pedaço de terra. Desse modo as pautas socioambientais, também por conta dos aspectos relativos à conjuntura política interna do MST podem ter resistências, ser alvo de questionamentos e não serem prontamente apoiadas pela sua base social.

Assim, corroborando Vendramini, (2004), aponta que os interesses imediatos de classe constituem interesses no seio de uma dada conjuntura de relações sociais e os interesses fundamentais que surgem em seu meio centram-se em interesses que podem questionar a própria estrutura. Ainda, como alude Vendramini, os primeiros interesses definem-se dentro de certo modo de produção social, que pode ser o da produção agropecuária no MST, por exemplo, ao passo que os interesses fundamentais podem definir-se entre os modos de produção, como a questão da sobrevivência. Estes interesses não existem separados uns dos outros, pois estão dialeticamente vinculados. Dessa forma um interesse pode questionar o outro e inclusive por em questão as pautas e deliberações políticas produzidas pelo MST, como a questão da Agroecologia. Nesse sentido, este conjunto de experiências que o MST produz com sua base social são configuradas e configuram um determinado espaço social e nisso os seus campos constituintes, sendo um destes o campo político da enunciação do discurso da Agroecologia, constituindo, além de um discurso, uma experiência, que é da temática da Agroecologia no MST.

⁵⁷ Nesse sentido há um forte debate no movimento e uma constante reivindicação por infra-estrutura junto às instâncias governamentais, para a estruturação dos assentamentos, visando consolidar e tornar esses locais espaços de produção e reprodução dos meios necessários para a vida dos assentados.

3.2. Possibilidades e limitações do debate agroecológico no contexto atual “do” MST “e para” o MST

Em relação à temática da Agroecologia e ao referir-se ao contexto dos assentamentos de Reforma Agrária juntamente com os aspectos sociais, políticos e econômicos os quais tangem sua formação e estruturação devem ser consideradas as questões socioambientais, relativas ao ecossistema⁵⁸ destes espaços, e a forma como a base social do MST relaciona-se com este. Esta forma de relação para a base social do MST se dá desde a chegada ao local do assentamento, desde a ocupação da terra até sua efetivação como assentamento abarcando questões como infra-estrutura (estradas, demarcação dos lotes, construção de moradia, saneamento, etc.), a escolha e a forma de criação dos animais e dos cultivos agrícolas. Estas ações junto ao ecossistema do assentamento dependendo de quais as opções técnicas e estruturais produzem em variados graus impactos ambientais.

Ainda em relação a essas temáticas, nesse debate também devem ser consideradas as condições em que ocorreram a relação homem-natureza na área do assentamento anterior a sua instalação e as suas condições ambientais⁵⁹ para o desenvolvimento da vida dos assentados e da produção agropecuária no local. Estes fatores mencionados tornam-se importantes, devido muitos assentamentos serem instalados em locais anteriormente habitados e que passaram pela ação humana, como no caso das áreas compradas ou desapropriadas pelo Estado, as quais pertenciam anteriormente a latifundiários e grandes proprietários de terras.

Assim, ao analisar a viabilidade de um modelo de produção junto aos assentamentos de Reforma Agrária as suas condições ambientais devem ser analisadas. Este fator pode ser evidenciado, por exemplo, em um dos estudos realizados pela FAO/INCRA em 1998. Este estudo abordou as possíveis limitações e potencialidades para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no país. Nesse estudo foi apontado que o quadro natural, dentre outros fatores, foi um dos principais aspectos restritivos ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos (PAs) na época. Conforme a pesquisa (FAO/INCRA, 1998) a maioria dos PAs possuía uma série de limitações em seus recursos naturais, que limitavam sua capacidade de evolução produtiva, em especial, na realização da pequena produção agrícola baseada em cultivos diversificados, com pouca utilização de tecnologias pesadas

⁵⁸ Em Norgaard (1984), o ecossistema inclui o sistema de conhecimento, o sistema de valores, a organização social e a tecnologia par a par com seu sistema biológico. Desta forma tudo está relacionado com tudo, o conhecimento, as transformações socioeconômicas e ecológicas estão entrelaçadas.

⁵⁹ Estas condições seriam as relativas ao uso e fertilidade do solo, uso e abastecimento de água, relação com a fauna e flora local.

(maquinaria e insumos químicos agrícolas), utilização de mão-de-obra humana intensiva e otimização no uso dos recursos naturais locais.

Ainda conforme o estudo realizado

As limitações são diversas e relacionadas à capacidade de utilização dos solos, seja por infertilidade (causada por composição arenosa, portanto de difícil ou impossível correção pela adubação), como pelo relevo acidentado (que impede a produção de grãos, dada à forte erosão que estão sujeitos estes solos). Como o desenvolvimento destes PAs não é acompanhado por nenhum plano que permita a produção de alternativas adaptadas a estas limitações edáficas, como a implantação de culturas permanentes ou da pecuária intensiva, conclui-se que a maioria destas áreas são inviáveis do ponto de vista produtivo. De uma forma crítica, ocorre em alguns PAs a falta de água, tanto para o consumo humano quanto para os animais de criação (FAO/INCRA, 1998, p.65-66).

Assim, para problematizar e propor uma discussão inicial, sob um prisma interdisciplinar, acerca dos assentamentos não se pode considerar apenas aspectos relativos à configuração social, política e das posições assumidas pelos sujeitos nesses espaços para enunciar um discurso, mas também suas facetas socioambientais.

Um exemplo marcante nesse sentido foi evidenciado durante a pesquisa empírica. Alguns assentados tinham dificuldade em realizar práticas e técnicas agropecuárias, bem como o manejo ambiental do seu lote mediante os preceitos da Agroecologia. Além das dificuldades comumente mencionadas em diversos estudos acadêmicos como a mão-de-obra, dificuldade de escoamento e comercialização da produção, fora a questão da sobrevivência dos assentados foi também observada a dificuldade em iniciar estas práticas devido a situação dos vizinhos de lote ou ao assentamento produzirem cultivares transgênicos com a utilização de agrotóxicos, pois conforme o técnico R.C

Dependendo aonde o cara for querer fazer Agroecologia não consegue devido à monocultura da soja a, até pelos venenos e a contaminação da transgenia nos lotes vizinhos. Não tem escolha aqui só tem que usar transgênico, aqui em Tupanciretã não se tem essa liberdade de trabalhar com soja não-transgênica.

Cabe destacar que há várias publicações, como as de Görden (2004) e de Schlesinger (2006) que alertam para os efeitos e os impactos ambientais causados pela produção de cultivares transgênicos, tais como a ocorrência de hibridismo genético com espécies de plantas nativas, contaminação ambiental dos agrotóxicos utilizados e demais insumos que afetam grandes extensões territoriais em um ecossistema.

Sob essa perspectiva é importante considerar que cada vez mais os fatos e as questões sociais da atualidade podem ser percebidos à luz de temáticas como o desenvolvimento industrial, a civilização moderna, as PPs e os recursos naturais analisados de forma separada, ainda sob um panorama transversal e socioambiental. Assim, acredita-se que os atuais estudos

acerca da sociologia ambiental⁶⁰ podem também contribuir com a discussão da temática agrária, inclusive propondo um enfoque interdisciplinar e que busque analisar a correspondência entre natureza- história- sociedade. Nessa direção, conforme Foster (2005), entende-se que a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, visto que a relação entre natureza e sociedade é um produto histórico intrínseco à tomada de decisões relativas aos rumos e modos de desenvolvimento e estratégias de sobrevivência da sociedade.

A partir desse tipo de abordagem, pode-se explicar como as atividades humanas modificam “os ecossistemas e como os ecossistemas estabelecem um marco para a subsequente ação individual e organização social” (WOODGATE e REDCLIFT *apud* COSTA NETO, 2004, p.122). Sob essa ótica, os assentamentos de Reforma Agrária podem ser visualizados como um espaço social que é composto por um ecossistema no qual o conjunto de seus espaços e contextos que os compõem, inclusive a sua vegetação nativa, as reservas de água, a sua fauna e as suas condições do solo são sistemas vivos que contam com a interação dos humanos. Ao estabelecerem relações com o ambiente os sujeitos socialmente artificializam esses ecossistemas para realizar a produção dos seus meios de sobrevivência e bens de consumo, podendo, ou não, levar em consideração os fluxos de energia dos quais a natureza produz sua renovação continuamente. Assim, a sociedade torna possível a produção e a reprodução das suas condições de existência a partir da forma como se relaciona com a natureza, que por meio dos “[...] seres humanos se apropriam, produzem, circulam, transformam, consomem e excretam materiais e/ou energia provenientes do mundo natural [...]” (TOLEDO p.87 *apud* CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000).

Dessa forma, quando a natureza é humanizada, quer dizer, como natureza produzida, ela faz parte das condições gerais dos modos de produção do homem. A violação de sua integridade por meio da produção agropecuária e dependendo do modo como é realizada, por exemplo, pode desencadear a degradação ou a destruição das suas condições naturais de produção e reprodução em um modelo de sociedade, que passa a adotar formas contraditórias de desenvolvimento. Essa contradição que ocorre em meio ao processo de acumulação capitalista tende a transgredir o limite das condições naturais em um ecossistema. Assim, considera-se que a teoria sociológica e econômica deve considerar em suas análises as especificidades e as características inerentes ao processo de renovação dos recursos naturais e da própria natureza nesse processo (ALTVATER, 2007). O acesso cada vez maior aos recursos existentes na natureza passam a fazer parte de interesses e relações mercantis, sendo

⁶⁰ A sociologia ambiental, por meio de seus principais autores tem como ponto de partida uma proposta de crítica à sociologia clássica, devido uma ênfase excessiva no social em detrimento do natural, ver em Dunlap (2002).

estratégica a ocupação e a apropriação de territórios prósperos em disponibilidade imediata e com reservas de recursos naturais. Esse modo de exploração da natureza caracteriza-se como um dos princípios da expansão do sistema capitalista baseado na agregação da natureza (e do homem) ao processo de produção do capital, e a agropecuária é considerada uma das suas atividades essenciais nesse processo acumulativo.

Como contraponto e problematização deste modelo de desenvolvimento tanto no âmbito da sociedade, como na academia surgem discussões acerca do que intitula-se ecologismo popular ou ecologismo dos pobres⁶¹, o qual aborda e discute os inúmeros conflitos socioambientais da atualidade. Diversas populações “pobres” ou a margem da modernidade, ao defender o acesso a recursos naturais para sua sobrevivência, tem uma função vital nesse contexto e ecossistema. Dessa forma emerge em meio ao campo social e do conhecimento ambientalista ou ecologista, as organizações e movimentos camponeses e indígenas que atuam e fazem reivindicações acerca de pautas e conflitos socioambientais, não só no Brasil, mas em diversos países da América Latina como Bolívia, Equador, México entre outros.

No âmbito acadêmico este contraponto manifesta-se em meio aos conhecimentos teóricos e metodológicos da Sociologia, da Agronomia, da Física, da Biologia, da Comunicação, da Educação, da Antropologia, da História e da Ecologia, formulou-se o campo de estudos da Agroecologia sendo considerada como “La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica y transdisciplinaria” (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 19).

Com enfoque metodológico próprio, mas com contribuições teóricas de diversos ramos do conhecimento, conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a Agroecologia emergiu como uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos sujeitos, ancorando à constituição de um novo paradigma de desenvolvimento rural. A Agroecologia busca vincular o conhecimento tradicional dos agricultores e camponeses (categoria utilizada em sentido amplo) ao conjunto de diferentes práticas sustentáveis de agricultura (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) ao conhecimento técnico e científico para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural sustentável junto as mais diversas comunidades, principalmente as empobrecidas e estagnadas economicamente. Sobretudo, a Agroecologia para Sevilla Guzmán e Molina (2005) seria um

⁶¹ A ecologia política para Martinez- Alier (2007). é a fusão da ecologia humana com a economia política. Ela estuda os conflitos ecológicos distributivos em uma economia ecologicamente cada vez menos sustentável.

modo de atuação política objetivando campesinar a agropecuária e o manejo ambiental em um ecossistema, a partir de uma consciência de classe, de compreensão das espécies da fauna, da flora e das inúmeras etnicidades. Além de ser uma forma de produção agrícola, a Agroecologia também abarca conhecimentos e elementos socioculturais⁶².

Ainda para Sevilla Guzmán a Agroecologia

[...] supõe o manejo dos recursos naturais surgido desde as identidades dos etnoagroecossistemas locais; a existência desta matriz sociocultural pode contribuir com um elemento essencial na configuração de um potencial endógeno humano que mobilize a ação social coletiva em que se baseia a Agroecologia [...]. (GUZMANN 2005, p.14).

Sob essa perspectiva considera-se que os camponeses e a biodiversidade estão em um espaço e produzem sociabilidades em um lugar entendido como um lócus em que se produzem relações sociais e simbólicas. São parte de um ecossistema com uma conformação de base material/natural e cultural/simbólica (SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 2005). Dessa forma, a Agroecologia, como aludem Caporal e Costabeber (2002), corresponde ao campo de conhecimento o qual fomenta as bases científicas que apóiam o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura com embasamento ecológico ou sustentável.

No entanto esses autores advertem para

[...] alguns exemplos do mau uso do termo, não raras vezes tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com um produto ecológico, com uma prática ou tecnologia agrícola e, inclusive, com uma Política Pública. Isso, além de constituir um enorme reducionismo do seu significado mais amplo, atribui à Agroecologia definições que são imprecisas e incorretas sob o ponto de vista conceitual e estratégico, mascarando a sua real potencialidade de apoiar processos de desenvolvimento rural (Caporal e Costabeber, 2002, p.14).

Cabe ainda mencionar, conforme Caporal (1994), que ao desenvolver alternativas de produção agropecuária para os assentamentos, estas propostas não deveriam estar relacionadas somente ao padrão tecnológico. Além disso, é necessário que sejam estimuladas na matriz produtiva e nos mecanismos de inserção nos mercados de compra e venda dos produtos, uma vez que não são um setor relativamente independente as atividades agropecuárias desenvolvidas em meio ao sistema capitalista.

⁶² Para Picolotto e Piccin (2008) grande parte do conhecimento humano sobre a biodiversidade foi produzido pelos camponeses através das suas inter-relações com o ambiente em que estão inseridos e os seres vivos de seu lugar.

Para Caporal e Costabeber (2002), a Agroecologia traz a idéia e a expectativa de um outro paradigma de desenvolvimento rural em contraposição ao modelo agropecuário dominante que é intensivo no uso e produção de capital, energia e recursos naturais não renováveis, que é depredatória ao meio ambiente, causadora de dependência econômica e excludente do ponto de vista social. Acredita-se que apesar dos estudos acerca da Agroecologia serem considerados ainda novos e ainda em emergência na academia brasileira, é possível afirmar que tanto a sociologia ambiental, como o campo da Agroecologia pode trazer boas reflexões, apontamentos e possibilidades de problematização e teorização dos fatos sociais em pesquisas na sociologia que tenham como objeto de estudo a temática socioambiental.

Portanto, cabe destacar que a discussão da Agroecologia sob esses parâmetros também ocorre nos espaços de formação e também definem sentidos na constituição do discurso da Agroecologia no MST. No MST, conforme Gonçalves (2008), ela não é discutida somente em cursos esporádicos de formação política e técnica.

Para a realização de uma formação política, teórica e técnica em relação a temática da Agroecologia o Movimento no início dos anos 2000 iniciou a formação dos “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia”⁶³ em vistas de qualificar e atender às demandas de assistência técnica aos assentados, quanto processar a mudança da matriz produtiva (GONÇALVES, 2008). Dessa forma, o objetivo principal dos cursos ofertados nos centros de pesquisa é formar e capacitar agricultores e extensionistas para difundir a Agroecologia em assentamentos rurais e acampamentos do MST, em outros estados ou em outros países, recebendo estudantes de diversas procedências. Ainda segundo Gonçalves (2008) no Brasil, o Movimento tem 13 cursos de Agroecologia com cerca de 650 educandos. Esses espaços considerados também como de formação acadêmica também são instrumentos utilizados pelo MST para a formação político-ideológica de sua base social, sendo estes locais considerados privilegiados para a enunciação do discurso da Agroecologia.

No entanto, mediante essas condições de produção discursiva (em sentido amplo incluem o contexto sociohistórico e ideológico) realizadas pelo MST sob determinados princípios ideológicos, junto a sua base social, não garantem somente a realização de experiências de vida sob a prescrição da Agroecologia nos assentamentos, pois como

⁶³ Segundo o autor para a viabilização dessas estruturas e atividades, o MST muitas vezes contou com parcerias institucionais realizadas com entidades públicas (Governo e Universidades) e organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos e outros Movimentos Sociais).

observou Thompson (1981), na prática, a ideologia multiplica-se de diversas maneiras, por meio dos impulsos e da experiência. Um exemplo disto é que o padrão tecnológico desenvolvido nos assentamentos que independente da vontade da direção política do MST passa e muitas vezes é determinado pelo dinamismo concorrencial das empresas dos setores químico e mecânico as quais atuam progressivamente interpelando às tarefas cotidianas dos técnicos e assentados junto à produção agropecuária nos lotes.

Pois conforme Orlandi (1999) os sujeitos ao longo de sua história produzem e vivenciam acontecimentos que constituem um imaginário que os afetam em suas posições políticas. A interpelação ideológica nesse caso é um processo, um trabalho discursivo que não se constitui a deriva, mas sempre ancorado em redes de filiação históricas, quer para se constituir, quer, no caso do MST, para também promover rupturas (espaço, discurso e sujeito) em seus objetos, temas, sentidos, espaço, posições etc (ORLANDI, 1999). Essas rupturas podem estar associadas à enunciação de um discurso como o da Agroecologia em contextos adversos ou até antagônicos para a ocorrência dessa produção discursiva como tentativa de constituir algo contra-hegemônico. Entretanto, essa ruptura pode ter outra faceta que pode ser traduzida pela dificuldade de convencimento e fixação do discurso da Agroecologia junto ao cotidiano experienciado pela base social do MST, pois suas visões de mundo (valores, saberes, etc.) e de sociedade são construídas nesses processos e tendem a influenciar o seu modo de pensar e agir quando passam a fazer parte do Movimento.

Corroborando com esta problematização cabe ser considerado, como alude Caldart (2001)

[...] duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação da base social ligada ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua *humanidade em movimento*. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a *coletividade Sem Terra*, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que *se sente* ou *se vive* participando das ações ou do cotidiano do MST (CALDART, 2001, p.212).

Dentre essas características, cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constitui, segundo Bourdieu (1997), um sistema específico de disposições para algum tipo de ação. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos nos grupos sociais consolida um conhecimento prático (não plenamente

consciente) relativo àquilo que é possível ou não ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta em que agem. Desse modo, determinada posição do grupo no espaço social e suas estratégias de ação seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis.

Ao longo do tempo, ainda na observação de Bourdieu (1997), aponta-se que os ajustamentos entre a atuação da base social do MST e as condições objetivas de ação passam por um processo no qual as estratégias mais adequadas de reprodução social podem ser adotadas, sendo incorporadas pelos sujeitos como parte do seu *habitus* cotidiano. Essas estratégias podem tanto ter um caráter individualista e não interativo com as pautas políticas do MST, bem como podem assumir o compromisso de atuar na disputa e definição de rumos destas pautas.

Visualiza-se assim, o campo no qual o MST disputa o meio rural brasileiro. Pois este é um espaço social estruturado, um campo de forças, onde estão situados dominantes e dominados, com relações constantes e permanentes de desigualdade, as quais são exercidas no interior desse espaço (campo de lutas) um jogo para transformar ou conservar esse campo de forças. Os sujeitos nesse campo social empenham em sua concorrência com os outros as suas forças relativas que detém e que definem sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias de luta (BOURDIEU, 1997).

Deve-se ainda considerar que pode acontecer um descompasso entre o sujeito individual e o sujeito no coletivo, em uma sociedade com valores individualistas. Além disso, a base social do MST ao constituir um Movimento Social enfrenta muitas tensões provocadas pelos limites históricos do contexto político atual do país e devido as suas limitações de organização e pela atual disputa política interna, fatores estes muitas vezes adversos e desagregadores para a elaboração de proposições e para a realização das suas reivindicações históricas, como a da Reforma Agrária. Há também as tensões e disputas provocadas neste campo político pelas necessidades e expectativas dos sujeitos que compõem o MST ao buscarem uma resposta imediata para a resolução dos seus problemas de vida, como o acesso a terra e as condições para nela produzir. Já no assentamento essa resposta imediata seriam relativas às condições de infraestrutura junto ao seu lote e por formas de convivência com os demais assentados (VENDRAMINI, 2002).

Ainda, sob essa perspectiva vale ainda mencionar que fatores de ordem política e organizacional que predisporam o acontecimento das crises ocorridas em diversas CPAs no MST estão inscritas até hoje no discurso e na atuação de alguns militantes do MST. Essa

concepção e forma de ação deve ser superada para que não penetre mais ainda e faça com que a temática da Agroecologia para o MST reflita na constituição de um modo de produção de vida e militância impregnado por vícios e com tendência a inviabilizar mais uma alternativa viável que é construída pelo Movimento. Estes valores seriam muitas vezes gerados por falta de organicidade e participação da base social do MST em atividades relativas à administração e funcionamento das associações, cooperativas e reuniões do Movimento. Essa participação seria relacionada ao acontecimento de poucos rodízios dos militantes na ocupação de funções administrativas, técnicas e políticas nestes espaços devido à criação de uma crença de que supostamente as lideranças já estabelecidas têm “mais” esclarecimento político e conhecimento técnico-administrativo na condução dessas experiências. Segundo Carvalho (1999), a cadeia de problemas que pode advir com isso é enorme, pois tende a ocasionar: ruptura da solidariedade interna; fragmentação e debilidade das ações produtivas e da inserção nos mercados de produtos e serviços, inclusive de crédito; assimetria de informação entre a base social; centralização das decisões administrativas e políticas, dentre outras questões.

Portanto, para fortalecer os seus modelos de produção agropecuária sob o ideário político-ideológico do Movimento, como por exemplo, a propagação e a difusão da temática da Agroecologia, há a necessidade de constante participação de sua base social junto as suas instâncias de discussão e deliberação política, bem como, acompanhar, avaliar e renovar seus quadros dirigentes. Isso perpassa em dar estímulo para que os militantes do MST participem de cursos de formação técnica, reuniões e demais espaços de formação política, estimulando a organicidade e atuação de sua base social, junto às pautas políticas. Dessa forma, a idéia da organização política da base social do MST e das suas instâncias responsáveis pela produção agropecuária nos assentamentos, pode apontar para o desenvolvimento de alternativas viáveis em vistas de não ocorrer uma integração subordinada ao modelo de produção agrícola do agronegócio, e continuar cada vez mais suas mobilizações em busca da superação das desigualdades sociais e da exploração socioambiental depredatória no meio rural.

Dessa forma, um discurso, como o do MST, sua ação política e as experiências desenvolvidas junto a sua base social em relação a temática da Agroecologia são, considerando todos os aspectos relativos que foram problematizados neste trabalho, uma forma de ruptura com o discurso político do agronegócio, tanto em perspectivas de desconcentração da posse da terra, como no tocante a produção agropecuária no meio rural brasileiro. Contudo, esse discurso no MST tem dificuldades de significar-se em meio ao contexto no qual é produzido, pois muitos sentidos não podem fazer apenas um sentido em

um cenário no qual o Estado e suas instituições, bem como os sujeitos do agronegócio enunciam um discurso e atuam realizando constantes estímulos para o fomento e a alta performance econômica do seu modelo de grande empresa do agronegócio no Brasil.

CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, cuja abordagem focou o processo de formação e constituição do discurso da Agroecologia no MST, concluiu-se que o MST é referenciado como um Movimento Social situado historicamente e imerso em relações sociais determinadas, pois é nesse contexto em que ele se organiza. Notou-se que o discurso pode ser um meio privilegiado de observação das relações entre a língua e a ideologia, como é também uma forma de mediação, possibilitando que em seu funcionamento se visualizem os mecanismos de produção de sentidos desse material simbólico, bem como a posição que os sujeitos ocupam em um espaço social.

Foi observado que as CPAs foram uma das principais formas em que o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto a um discurso relacionado a esse modelo de produção. Portanto, foi percebido que a opção por um determinado tipo de organização social e produtiva em um espaço social, como um assentamento, faz parte dessas situações de enfrentamentos e disputas por projetos, rumos e discursos, tanto externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

No decorrer dessa pesquisa identificou-se que a constituição do discurso da Agroecologia no MST ocorre em um contexto sociohistórico no Brasil em que está em voga o debate ecológico ou ambiental, o qual é gerador de experiências em tecnologias sociais de caráter socioambiental tanto em âmbito urbano, quanto rural junto a sua população. Dessa forma, em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção nos assentamentos foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia, que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social nos assentamentos sob a coordenação do MST.

Cabe destacar que no processo de formação discursiva da Agroecologia no MST, deve-se considerar a existência da discursividade da direção do Movimento, pela qual perpassam sua atuação política e experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes

governos, partidos, sindicatos em busca de aliados ou em negociação; as pautas relativas às políticas públicas, como o acesso ao crédito; as questões relativas à mobilização da base social do Movimento; a resposta às pressões e as informações enunciadas pelos meios de comunicação; as reuniões, encontros e congressos do MST; dentre outras possibilidades de atuação. Dessa forma há um contexto no qual o conjunto de sujeitos enfocados nesse estudo interagiram e enunciaram diversas discursividades em relação ao MST e ao tema da Reforma Agrária. Assim, pode-se considerar que estes influenciaram no processo de formação da opinião pública e, em grande medida, a formação de uma memória discursiva em relação ao MST tanto nas esferas externas (sociedade em geral), como internas do Movimento (assentamentos, cooperativas, dentre outras).

Assim, afirma-se que a formação do discurso acerca de um sistema de produção e uma pauta política, no caso do MST, pode ser considerada uma construção feita no próprio discurso, por isso, permeável e passível de deslizamentos de sentido. Além de um discurso, isso pode ser caracterizado como um interdiscurso, pois disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa a palavra em uma dada situação discursiva. Sob essa perspectiva, foi possível problematizar as condições de produção discursiva em um contexto considerando-o como um espaço social composto pelo campo político no qual o MST atua. Sob essa perspectiva foi observado que o MST estimula a Agroecologia nos assentamentos como mais uma alternativa de produção agropecuária e de manejo ambiental na relação assentado-ambiente. Foi também evidenciado que o discurso relativo à Agroecologia por parte do MST constituiu-se articulado com outras pautas socioambientais. Nesse aspecto o discurso da Agroecologia assume uma dimensão não só no sentido de abranger e consolidar os sistemas de produção agropecuária junto aos assentamentos, mas também como uma das pautas políticas centrais do Movimento nos últimos tempos, na produção de um discurso e de uma simbologia, tanto para sua base social, Movimentos Sociais e entidades aliadas, como para o Estado e o conjunto da sociedade que acompanha suas mobilizações.

Assim, o MST ao enunciar esse discurso busca debater, junto com os seus apoiadores, uma pauta socioambiental mais ampla na qual inserem-se as suas diversas relações com o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e internacionalmente. Isto envolve, por exemplo, dentre diversas pautas, a questão da apropriação dos recursos naturais e territórios por parte das indústrias transnacionais instaladas no Brasil, inclusive as vinculadas ao agronegócio e o estímulo dado pelo Estado para o crescimento e estabelecimento econômico dessas empresas. Ainda, outro aspecto analisado é que a constituição do discurso

da Agroecologia no MST está também relacionado à defesa da soberania alimentar, diversificação da produção e o não uso de agrotóxicos nas plantações. Estes debates perpassam inclusive a realidade, as falas e a formação discursiva dos sujeitos nos assentamentos do município de Tupanciretã, dentre eles o assentamento Santa Rosa, no qual foi feita a pesquisa empírica, mesmo que com um contexto adverso a enunciação do discurso da Agroecologia, principalmente devido ao desenvolvimento local preponderante da cadeia do agronegócio.

Concluiu-se que o discurso da Agroecologia não se forma exclusivamente pelo MST ou somente junto à Via Campesina de forma isolada, uma vez que a Agroecologia tem uma estruturação interdiscursiva na qual sujeitos/mediadores interagem, disputam e influenciam político-ideologicamente a formação deste processo discursivo. Em meio a esse conjunto de ações sociais e políticas que se constituem no MST, o discurso da Agroecologia associado ao discurso socioambiental se conforma como um processo permeado por conflitos e divergências as quais perpassam a mediação desse discurso por parte dos sujeitos atuantes no movimento, pelas entidades do terceiro setor (ONGs, Associações, entre outras), Universidades, Estado, instituições as quais também tem sujeitos que produzem discursividades em relação a esse discurso.

Ainda, outra variável que foi percebida é que o MST, ao deliberar em seus espaços políticos e por meio da ação de sua base social em atuar e discursar acerca de pautas diferenciadas, como a da Agroecologia, abriu possibilidades desses sujeitos interagirem em outros espaços de relações sociais. Essa interação lhes proporcionou novas oportunidades de atuação política junto a uma gama maior de sujeitos que passaram ou ainda podem vir a apoiá-los. Enfim, essa perspectiva possibilita aos movimentos sociais estabelecerem ações e uma produção discursiva em todos os campos da política, tanto no âmbito simbólico, como interativo, institucional e substantivo, catalisando para si um conjunto de oportunidades políticas junto às redes de sujeitos às quais se relacionam, mobilizando recursos de poder. A partir disto ocorreu no MST o que pode ser considerado um processo de hibridação de múltiplos recursos materiais, discursivos, simbólicos e cognitivos.

Como exemplo de um sujeito atuante junto à pauta da Reforma Agrária e da temática da Agroecologia tem-se o Estado no Brasil, representado pelo atual governo federal. Foi evidenciado que o Estado na atualidade enuncia um discurso ambíguo, tanto sobre sua relação com o MST, como referente à questão do debate acerca da Agroecologia. Isto pode ser claramente evidenciado nos documentos oficiais pesquisados e ao publicizar ações políticas

relativas a estes temas, pois anuncia à predisposição para realizar algumas políticas as quais, muitas vezes, não são materializadas e não tem significativa efetividade junto a uma das parcelas do seu público alvo. Entretanto, cabe também considerar as ações e os planos do governo que pautam a Agroecologia como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a linha do PRONAF- Agroecologia e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Assim, ao mesmo tempo em que foi enunciado um discurso de apoio ao tema da Agroecologia e à Reforma Agrária, também ocorreram ações do governo, em grande medida, de apoio e fomento ao agronegócio e à concentração da posse das terras agricultáveis do país para a expansão desse modelo incentivada com recursos públicos. Por meio desta atuação, o atual governo federal foi considerado como um dos sujeitos que influencia a constituição do discurso da Agroecologia no MST, mesmo que de forma contraditória e com uma ação política muitas vezes contrária às propostas e aos anseios do MST.

Em relação ao contexto onde ocorreu a pesquisa empírica, no RS, apenas houve menção por parte dos dirigentes do MST ao governo realizado no período entre 1999-2002 no RS. Assim, o contexto político a ser destacado é o ocorrido no estado do RS de 1999 a 2002, pois o Estado foi evidenciado como um sujeito importante, o qual assimilou e enunciou um discurso relativo à necessidade da Reforma Agrária e da Agroecologia como princípios balizadores de um plano de desenvolvimento do meio rural junto aos Assentamentos de Reforma Agrária constituídos no período, como foi o caso do assentamento Santa Rosa.

Conclui-se que as experiências acumuladas pelo MST em referência à agroecologia e a esse discurso são oriundas de diversas discursividades enunciadas em outros espaços e por diversas correntes de pensamento políticas nacionais e internacionais, porém com as peculiaridades do Movimento. Em meio a essas experiências em relação ao discurso da agroecologia no MST foi observada uma dinâmica que constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstacularização, recusa tanto ações, quanto a enunciação de um determinado discurso, tanto da Agroecologia, como do agronegócio nesse contexto, e assim ocorre a formação de diversas identidades. Portanto, ficou claro que para a base social do MST esse discurso é enunciado mediante disputas, conflitos e questionamentos no contexto do Movimento, pois foi constatada tanto a existência de modos de cultivo e técnicas vinculadas à agricultura moderna ou convencional nos assentamentos, quanto às aliadas aos preceitos da Agroecologia.

No plano empírico de análise desse trabalho foi observado que o discurso da agroecologia era enunciado no assentamento Santa Rosa associado aos modos de produção

agropecuários possíveis de serem relacionados aos preceitos da agroecologia, como algo contra-hegemônico e “alternativo”. Mas da mesma forma, segundo os sujeitos enfocados, a produção agropecuária, praticada nos preceitos da agroecologia nesse contexto unicamente não era capaz de viabilizar social e economicamente uma família assentada em um lote de assentamento em Tupanciretã. Logo, no assentamento Santa Rosa foi observado que é em meio ao contexto no qual está localizado que o discurso da agroecologia se constitui em consonância com o cultivo da monocultura de soja, como em tantos outros assentamentos no Brasil tensionados pelos monocultivos do eucalipto e da cana de açúcar. Assim, considera-se que a base social do MST passa por uma forte interpelação ideológica e cooptação socioeconômica por parte do modelo do agronegócio e de uma agricultura baseada em princípios técnicos convencionais como os propagados pela Revolução Verde. Exemplo disso é que no município onde foi realizada a pesquisa empírica no qual o monocultivo da soja e o agronegócio são hegemônicos, mesmo com a criação de alternativas locais como a cadeia produtiva da bovinocultura de leite, resta pouca margem para o discurso da Agroecologia constituir-se simbolicamente, bem como colocar em pauta uma disputa associada à diferença entre modelos de produção agropecuária em um determinado contexto, perante a ideologia da sobrevivência baseada no produtivismo e sob a lógica do lucro capitalista.

Portanto, essa dificuldade apresentada pelos assentados em enunciar o discurso e atuar nos preceitos da Agroecologia no assentamento Santa Rosa foi evidenciada mediante as dificuldades estabelecidas em sua realidade para viabilizarem-se economicamente e ter uma produção agropecuária que proporcione a sobrevivência das famílias sobre os lotes de terra. Para os técnicos a contradição em enunciar o discurso e desenvolver ações sociais e técnicas junto aos assentamentos era imposta pela dificuldade em realizar ações educativas de manejo, cultivo, sanidade e terapia agropecuárias nos preceitos da agroecologia justificada, muitas vezes, pela pouca aceitabilidade dessas por parte dos assentados. A pouca aceitação dos assentados em relação às ações e práticas agroecológicas tinha referência, segundo os técnicos, dirigentes e os próprios assentados devido as dúvidas e desconfianças acerca da eficácia da Agroecologia em viabilizar a produção econômica dos lotes e de suas famílias. Em relação aos dirigentes, as suas dificuldades em enunciar o discurso e ter uma ação cotidiana nos princípios da Agroecologia foram vinculadas ao distanciamento do lote e com isso das práticas agropecuárias neste, devido a suas tarefas de coordenação política no MST, o que também o desvinculariam de debates mais constantes sobre a Agroecologia no MST.

Contudo, a Agroecologia, no contexto observado empiricamente, foi um tema que ao materializar-se assume um viés produtivista e tecnicista, pois tem um sentido associado à realização de produção agropecuária. Devido a isso, muitas vezes são deixados de lado os sentidos relativos ao manejo ambiental do ecossistema dos assentamentos, bem como uma proposição a ser seguida e acionada em vistas de pautar um outro modelo de desenvolvimento social e econômico no meio rural.

No contexto aqui explicitado, foi possível observar que muitas vezes a submissão e o assujeitamento da base social do MST mediante o contexto social estabelecido e constituído nas localidades dos assentamentos de Reforma Agrária, não ocorre por “falta de vontade”, “falta de formação política” ou por “desvio” de conduta e valores do movimento. Entende-se que o processo de formação discursiva não se dá apenas pela disposição e a posição na qual o sujeito se coloca no espaço como um sujeito discursivo, mas por estar inserido e condicionado a sobreviver sob uma determinada realidade. Logo, o objeto central de disputa no contexto de Tupanciretã era a questão da sobrevivência para a base social do MST, não a contraposição ao modelo do agronegócio por meio da Agroecologia. Diante desses fatores foi evidenciado que nos assentamentos as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção de Reforma Agrária dirigidos politicamente pelo MST.

Cabe ressaltar que uma característica em comum, indicada por todos os entrevistados, é a declaração de que a sua compreensão e o conteúdo do seu discurso em relação à Agroecologia foram determinadas pelas experiências vivenciadas nos assentamentos e nos espaços de formação política e técnica junto ao MST. Mesmo que com limitações técnicas, teóricas e de cunho político-ideológico explícito em relação ao discurso oficial enunciado pelo MST em tantos outros espaços de ação, em certa medida, no assentamento Santa Rosa, o Movimento cumpriu um papel determinante na formação da consciência e na efetivação da interpelação ideológica de sua base social em relação à temática ambiental e aos preceitos da Agroecologia.

Portanto, a constituição do discurso da Agroecologia no MST, no assentamento Santa Rosa, ocorreu como uma forma de continuar legitimando o tema da Agroecologia enquanto alternativa de produção, mas não como uma única forma de relação homem-ambiente ou como modelo de produção agropecuária exclusivo a ser seguido. Este discurso ao materializar-se nesse espaço assumiu, mesmo que com muitas limitações, uma conotação de ruptura relacionada, inclusive por causar estranhamento nas redes de filiações históricas ao

agronegócio e aos sujeitos que enunciam um discurso relativo à inviabilidade produtiva e econômica da pequena produção agrícola.

Nesse estudo também foi brevemente descrita a necessidade de, ao analisar espaços sociais, como os assentamentos de Reforma Agrária, constar nas análises os aspectos relativos ao ecossistema e os recursos naturais nesses locais. Por meio desses aspectos foi possível explicitar que os estudos atuais acerca do campo de conhecimento da sociologia ambiental podem também trazer subsídios para a discussão da temática agrária, inclusive propondo um enfoque interdisciplinar para o tema. Do mesmo modo, no aspecto acadêmico foram consideradas como importantes para a formação do debate acerca da Agroecologia no Brasil, como no MST, as contribuições dos pesquisadores e professores da Escola de Estudos Avançados em Campesinato – Córdoba/Espanha, as quais fomentam estudos e pesquisas no âmbito epistemológico-conceitual desse tema.

Mediante esse conjunto de fatores e aspectos de ordem sociohistórica relativa à formação do discurso da Agroecologia no MST ficou clara a percepção de que sua base social enfrenta cotidianamente muitas tensões provocadas pelos limites históricos do contexto político atual do país e devido às suas debilidades organizativas e pela sua forma de disputa política interna, fatores estes muitas vezes adversos à proposição e à realização das suas reivindicações históricas, como a da Reforma Agrária.

Sob esse ponto de vista, conclui-se que um discurso, como o do MST, sua ação política e as experiências desenvolvidas junto à sua base social em relação à temática da Agroecologia são e indicam a intenção, considerando todos os aspectos limitantes e contraditórios que foram descritos nesse trabalho, uma forma de ruptura com o discurso político do agronegócio, tanto em perspectivas de desconcentração da posse da terra, como no tocante à produção agropecuária no meio rural brasileiro. Contudo, esse discurso claramente tem dificuldades de significar-se em meio ao contexto no qual é produzido, pois muitos sentidos não podem fazer apenas um sentido em um cenário no qual o Estado e suas Instituições, bem como os sujeitos do agronegócio enunciam um discurso e atuam realizando estímulos constantes para o fomento e alto desempenho econômico do modelo do agronegócio no Brasil. Desse modo, ao resgatar traços, formas e marcas discursivas de cada sujeito que interagiu e se pronunciou em relação ao MST foi possível, além de reconstituir importantes marcas históricas e a formação de um discurso, compreender em meio a que contextos e com que sentidos foi constituído esse discurso nesse Movimento. É necessário reconhecer que tanto a formação do discurso da Agroecologia no MST, quanto sua

materialização como proposta de modelo de produção agropecuária a ser adotado nos assentamentos é um processo em construção, no qual, o MST busca se colocar como mais um sujeito nesse processo.

Mesmo com as contradições e as debilidades que o MST possa ter em sua organização social e política junto a sua base social, esse Movimento tem méritos, de certa forma, no sentido de fornecer esperança, dignidade e a possibilidade de acesso a bens básicos para uma sobrevivência minimamente digna (moradia, infra-estrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer) aos participantes da luta pela terra. Portanto, fica claro que o MST ao longo dos seus mais de 25 anos, como tantos outros Movimentos Sociais em escala mundial, também passam por processos de transformação, ampliação e reconversão de suas formas de organização política e social.

Portanto, de forma alguma foi buscado encerrar uma total e definitiva compreensão acadêmica acerca da problemática apresentada nesse caso. Pois essa dissertação além de ser um exercício acadêmico com limitações reportou-se a um objeto de pesquisa específico, deve ser considerado como mais uma das pesquisas realizadas e que tratam das temáticas relativas à Agroecologia, ao MST e a Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. No. 53, 1º semestre de 2002, pp.35-78.

ALTIERI, M.A. **La Agroecología y el desarrollo en América Latina**. In: Agroecología y Desarrollo. Revista del CLADES, año I, nº I, p. 25-36, marzo, 1991.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental nº 4. PNUMA/Orplac: México, 2000.

ALTVATER, E. **Existe um marxismo ecológico**. BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. (no prelo). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>.2007.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Financiamento da Transição Agroecológica**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Tiragem: 1000 exemplares. Junho, 2007.

BALEM, T.A.; SILVEIRA, P.R.C.A **Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar**. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005, Porto Alegre. Anais. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2005.

BARCELLOS, S.B. **Desagregação da organização social e produtiva do assentamento Carlos Marighela-RS: um estudo de caso**. Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 74-93, jan./jun. 2009.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad.: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENSAID, D. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 433- 495.1999.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C.; PINTO, L.B.; OLIVEIRA, R.P. **Assentamentos rurais no Brasil: diversidades sócio-econômicas**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999. v. 1. p. 164.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERTERO, J. F. **Uma crítica à Sociologia Rural de José de Souza Martins**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 17/18, p. 99-112, 2007.

BIONATUR. **Histórico**. Disponível em: <http://www.alternet.com.br/bionatur/index2.htm>. Acessado em: 07/11/2008.

BORGES, J.L. **A transição do MST para a Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 183f.

BORRAS, S.M. **La Via Campesina: um movimento en movimiento**. Amsterdam: Transnational Institute/Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva.1987.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **Espaço social e espaço simbólico**. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius. 1997.

BOURDIEU, P. **Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique**. Paris: INRA, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003**. *Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acessado em: 03 de Agosto de 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRASIL. Gabinete da presidência. **DECRETO Nº 6.913, DE 23 DE JULHO DE 2009**. **DOU** **24.07.2009**. Disponível em: <http://www.contadez.com.br/content/noticias.asp?id=91398>. Acessado em: 03 de Agosto de 2009.

CALDART, R.S. **“O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo”**. Estudos Avançados, 43 (15), São Paulo, 2001.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 237 p.

CAPORAL, F.R. **A Questão Tecnológica na Realidade dos Assentamentos de Reforma Agrária – RS: Anotações Para Debate**. Programa de Reforma Agrária. EMATER. 1994.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS.54 p. (Programa de Formação Técnica Oficial da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, 5). 2002.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A.; GERVÁSIO, P. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), Abril de 2006.

CARDOSO, FH. **Avança Brasil: proposta de governo/Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: s.ed., 1998.

CARVALHO, F.Z.F. **O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan**. Tese de doutorado. Belo Horizonte. UFMG. 2008.

CARVALHO, H.M. **Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Curitiba, 2007 (Digitado).

CARVALHO, C.; MALAGODI, E. **CAMPESINATO AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM NOVO MODO DE ACESSAR POLÍTICAS PÚBLICAS**. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Recife, maio/junho de 2007.

CASADO, G.I.G.; MOLINA, G.M.; GUZMÁN, S.E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

COELHO, V. P.; SILVEIRA, C. A. da. **A Agroecologia e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, legitimando modelos de agricultura e de desenvolvimento rural?** .In: 47.º Congresso da SOBER, 2009, Porto Alegre. 2009.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal** / Claudinei Coletti. - - Campinas, SP: [s. n.], Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP. Campinas-SP. 2005.

COMPARATO, B.K. **A ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva, vol.15, n. 4, ISSN 0102-8839, 2001.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de aquisição de alimentos**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em: 04 de Agosto de 2009.

CORDEIRO, A. et al. **Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil – Relatório preliminar do Estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais no campo no Brasil**, 2003.

COSTA NETO, C.P. L.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopia. México: Clacso, p. 203-215. 2002.

COSTA NETO, C. **Discutindo referências para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-sociológica**. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) Agroecologia: conquistando a soberania alimentar. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

COSTABEBER, J.A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

DA ROS, C.A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 475p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Instituto Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**, “Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária”. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acessado em: 12 de Agosto de 2009.

DELGADO, G. **Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Versão Preliminar (mimeogr.), 2004.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUNLAP, R.E. **Evolución de la sociología del medio ambiente: breve historia y valoración de la experiencia estadounidense**. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

EMATER-RS. Escritório Municipal de Tupanciretã. **Relatório de Ações e Resultados 2001**. Tupanciretã, 2001.

FAO/INCRA. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt *et alii*. Agosto/1998.

FAMURS. **Dados do Município de Tupanciretã**. Disponível em: www.tupancireta.famurs.com.br. Acessado em: 17 de Dezembro de 2009.

FARSUL. **História**. Disponível em: http://www.farsul.org.br/pg_farsul.php www. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

FEE – **Banco de Dados Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp, acesso maio – dezembro de 2006. Acessado em 16 de Dezembro de 2009.

FERNANDES, B.M.; STEDILE, J.P. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRANTE, V.L.B. **Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas**. In: MEDEIROS, L.S. et al. (org.). Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERRANTE, V, L.B. **Assentamentos Rurais no território da cana: controvérsias em cena**. REVISTA NERA – ANO 10, N.11 – Julho/Dezembro de 2007.

FIAN; VIA CAMPESINA. **Campanha global pela reforma agrária: a reforma agrária no Brasil** - Informe da missão investigadora da FIAN e da Via Campesina sobre a situação das políticas e programas governamentais de reforma agrária enquanto responsabilidade no cumprimento dos direitos humanos, Junho de 2004.

FOSTER, JB. **A ecologia de Marx – materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRENTE POPULAR (PT, PSB, PC do B, PPS, PSTU, PCB e PV). **Programa de governo – Texto para discussão** (versão preliminar, não revisada 23/07/98).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. FEE-RS. **Agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) per capita e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS**. 2006.

GALLO, S.L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1992.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. UNICENTRO – Presidente Prudente. 2008.

GÖRGEN, S. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Porto Alegre, 2004.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 2000.

IBARRA, P; PUIG, S.M; GOMÁ, R. **Creadores de Democracia Radical: Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas**. Movimientos sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. Espanha: Icaria, 2002, p. 9-22.

JST. (**Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**). São Paulo, n° 263, ano XXIV, 2006a. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acessado em: 16 outubro de 2009.

JST. (**Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**). São Paulo, n° 264, ano XXV, 2006b. Acessado em: 16 outubro de 2009.

JST. (**Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**). São Paulo, n° 266, ano XXV, 2007. Acessado em: 16 outubro de 2009.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAZZARETTI, M.A. **A Produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade.** 2007. 396 p. Doutorado em Sociologia. UFPB-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, PB, 2007.

LEDESMA, M.P. **Cuando lleguen los dias de la cólera (Movimientos sociales, teoria e historia.**Revista Zona Abierta 69.N.º 34, pp. 53-117. 1994.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso.** 3ª ed. Campinas: Pontes / UNICAMP, 1997.

MARRADI, A. **Metodologia de las ciências sociales** – Alberto Marradi, Nélide Archenti, Juan Inácio Piovani – 1.ª Ed. – Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

MARTINEZ ALIER, J. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto. 379 p. 2007.

MARTINS, A.F.G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST.** São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, J.S. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, L.S de. **História dos Movimentos Sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad.2004.

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em Assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul.** Florianópolis: UFSC, 2000. (Tese de Doutorado).

MELUCCI, A. **The symbolic challenge of contemporary movements.** Social Research, 52(4), 789-816, 1985.

MENDONÇA, K.S. de. **Estilhaços de memórias: a ocupação sem-terra como não-lugar de memória.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVII, 2004, Porto Alegre. Anais. São Paulo: Adaltech Informática, 1 CD-ROM. NP 02 – Jornalismo. 2004.

MENDONÇA, S.R. **Economia e política na historiografia Brasileira**. Antropolítica Niterói, n. 7, p. 23-39, 2. sem. 1999.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos no RS iniciam nova etapa de assistência técnica**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20057>. Matéria de: 16/01/2009. Extraído: 16 de Março de 2009.

MÍDIA SEM MÁSCARAS. **As falsidades do MST** - Entrevista com o Vice-Presidente da FARSUL. 2007. Acessível em: http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3235&Itemid=221. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

MOREIRA, A.; MEDEIROS, V. **A Reestruturação Territorial Através de Assentamentos Rurais: o caso do Município de Tupanciretã – RS**. Revista Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 86 – 93, 2009.

MST. Caderno de formação n.º 11. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo, 1986.

MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 de Junho de 2007.

MST. **Sobre o MST** in Quem somos; Nossa história; Últimas Notícias. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

MUNHOZ, S. **Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos**, 1994.

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. **Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento**. In: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

NAVARRO, Z. **O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins Carvalho)**. In: SANTOS, B.S. (Org). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, D.P. **Mediação social e mediadores políticos. Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Editora da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Coleção Estudos Rurais, 2008.

NORGAARD, R.B. **Development Betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of future**. Routledge, London, 1994.

NORGAARD, R.B. **Una sociología del medio ambiente coevolucionista**. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura.** In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. *Mesas Redondas*. Rio Claro: IGCE, 1994.

ORLANDI, E.P. **A análise de discurso: três épocas.** In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, M. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas (SP): Pontes; 1999.

ORLANDI E. P. **Discurso e Texto.** Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E.P. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise de Discurso; 2003 Nov 10-13; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003.

PAIVA, I.A. **A ação dos atores sociais na formação de grupos em Assentamentos Rurais/RN.** Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>. Acessado em: 10/08/2009.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso (1969).** In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.61-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975).** Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. 317 p.

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória in o Papel da Memória.** 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Remontemos de Foucault a Spinoza.** Trad. Maria do Rosário V. Gregolin, mimeo, 2000.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** 3a ed. Campinas (SP): Pontes; 2002.

PEIXOTO, M. **O Planejamento do Desenvolvimento de Assentamentos Rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro.** Rev. Univ. Rural. Séries Ciências Humanas.V. 1-2.P.159-172. 2002.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M. B. **Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa?** Extensão Rural (Santa Maria), v. 15, p. 5-36, 2008.

PICCIN, M.B.; PICOLOTTO, E.L. **A luta e o processo de gestão de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e Agroecologia.** In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007.

PIMENTEL, A.C.S.; VITAL, T.W. **Cadeia Produtiva Popular da Mandioca na Zona da Mata de Pernambuco.** In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, PR, 2007. CD-Rom.

PINHEIRO, V.C. **Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica.** Planejamento e Políticas Públicas, Nº 12 (jun/dez), pp.63 – 88, 1995.

PREZOTTO, L.L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária.** Dissertação – Curso de Pós - Graduação (Mestrado) em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial.** Brasil, janeiro de 2005. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ_009.htm. Acessado em 10 de Dezembro de 2009.

RODRIGUES, M.L. **MST: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação- Acontecimento discursivo.** Tese de Doutorado. Campinas-SP. 2006.

SABOURIN, E. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?.** *Soc. estado.* [online]. vol.22, n.3, pp. 715-751. 2007,

SANTOS, R.N. **Agraristas Políticos Brasileiros.** Ed. Mauad. 2007.

SANTOS, R.N. **Política e inovação social no agrarismo brasileiro.** In: Congresso da ANPOCS, Caxambu. Disponível em: www.anpocs.com.br. Acessado em: 30 de Outubro de 2009.

SAUTU, R.; BONIOLO, P.; DALLE, P.; ELBERT, R. **Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología.** CLACSO, Col.Campus Virtual, Argentina. 192 p, 2005.

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR.** 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ), v. 15, p. 05-22, 2007.

SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais – a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.** Rio de Janeiro: FASE, 76 p. 2006.

SCOPINHO, R.A.; MARTINS, A.F.G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método.** *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003.

SEVILLA GUZMÁN, E; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España.** In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). *El campo y la ciudad.* Madrid: MAPA, p.153-197. (Serie Estudios). 1996.

SEVILLA GUZMANN, E. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 96, 2005..

SOARES, N. **A Nova face do MST: João Paulo Rodrigues é uma das principais lideranças do MST e simboliza uma geração que começa a mudar a forma de agir e pensar dos militantes sem terra**. Revista Fórum. São Paulo, ano 0, p. 12-15, jun./2005.

SOUZA, M.A. **Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra): dimensões educativas**. Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins - v.1, n.2, fev. ISSN: 1517-3992. 2000.

STÉDILE, J.P.; GOERGEN, S. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis, SP: Vozes, 1991.

STRAPAZZON, J.P.L. **E o verbo se fez terra**. Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra [SC] 1980-1990. Florianópolis: UFSC, (Dissertação de Mestrado). 1996.

THOMPSON, E.P. **The poverty of theory and other essays**. London: Merlin, 1978.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa. Vol. III A força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.a.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Oficinas da historia). Vols.1 e 2. 1987.b.

VALADÃO, A.C.; BRANDENBURG, A. **A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná**. Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>. Acessado em: 10 de Agosto de 2009.

VENDRAMINI, C.R. **Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana**. In: Célia Regina Vendramini. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. 1 ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, p. 69-90, 2002.

VENDRAMINI, C.R. **Experiência humana e coletividade em Thompson**. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 1, n. n.12, p. 25-36, 2004.

VENDRAMINI, C.R. **Origens sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. A questão social no novo milênio - Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

VENDRAMINI, C.R. **A experiência coletiva como fonte de aprendizagem nas lutas do Movimento Sem Terra no Brasil**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 1, n. 06, p. 67-80, 2005.

VENDRAMINI, C.R. **Pesquisa e movimentos sociais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VEJA. Edição n. 24. São Paulo. Editora Abril. 1997.

VERAS, M.M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VIA CAMPESINA. **Cartilha da Biodiversidade, Organização Popular, Agroecologia**. 5.º Jornada de Agroecologia. 2005.

VIOLA, E.; LEIS, H. “**A evolução das políticas ambientalistas no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**”, in Hogan, et. al (orgs.), Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Universidade Estadual de Campinas. 1995.

ZANINI, W.R. **A gestão social descentralizada a partir do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais: Avaliação da experiência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Pedro do Sul – RS**. Dissertação de Mestrado. 2006.

ZERO HORA. Jornal. **A desistência do homem que enfrentava o MST**. Notícia publicada em 09 de abril, no Jornal de Nº 15933 em 2009.

ZIMMERMANN, N.C. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L.S. et al. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro Semi-Estruturado Para Entrevista em Campo de Pesquisa

QUESTÕES REALIZADAS:

- O que cada entrevistado entende por agroecologia?
- Como cada entrevistado entrou em contato com a proposta da agroecologia?
- O que lhe motiva a utilizar práticas agroecológicas?
- Como cada ator social vê a atuação dos outros nesse processo? Ex: assentados em relação aos técnicos e dirigentes; técnicos em relação aos assentados e dirigentes; dirigentes em relação aos assentados e técnicos.
- Você conhece as experiências em agroecologia que existem no movimento ou no assentamento? Qual sua opinião sobre elas?
- Que mudanças a agroecologia na opinião dos entrevistados vêm causando no cotidiano do assentamento?
- A agroecologia vem satisfazendo as necessidades produtivas e socioeconômicas dos assentados?
- A agroecologia seria para os entrevistados uma alternativa apenas de produção agropecuária ou também seria uma alternativa de manejo do ecossistema relativo ao lote e ao assentamento?
- Como os entrevistados avaliam a implementação de projetos de cooperação técnica em agroecologia no assentamento?
- A agroecologia seria uma das ações prioritárias no setor de produção e comercialização do MST-RS?
- Na opinião dos entrevistados qual seria o papel dos materiais e cartilhas produzidas pelo movimento, como matérias de formação e informação sobre a agroecologia?
- Esse discurso ele se constitui de forma “tranqüila” ou tensa e disputada no assentamento, nas reuniões, assembléias do movimento, em sua opinião?
- Quais as características que você acha que marcam o discurso da agroecologia no MST?